

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana

**ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DA ATUAÇÃO DE
ENTIDADES ASSISTENCIAIS NUM MUNICÍPIO DE PEQUENO
PORTE DO INTERIOR PAULISTA: O CASO DE URUPÊS.**

Sérgio Henrique Rezende Crivelaro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr. José Francisco

São Carlos

2007

Crivelaro, Sérgio Henrique Rezende

Aspectos da participação política e da atuação de entidades assistenciais num município de pequeno porte do interior paulista: o caso de Urupês / Sérgio Henrique Rezende Crivelaro -- 2007.
145f.

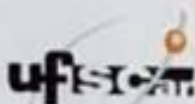
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Prof. Dr. José Francisco
Banca Examinadora: Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira, Prof. Dr. Roberto Braga
Bibliografia

1. Sustentabilidade democrática. 2. Municípios de pequeno porte. 3. Políticas públicas. I. Crivelaro, Sérgio Henrique Rezende. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana
C. P. 676 – 13.560-970 – São Carlos – SP
Fone/FAX: (16) 3351-8295
e-mail: ppgueu@power.ufscar.br
home-page: www.ufscar.br/~ppgeu



FOLHA DE APROVAÇÃO

SERGIO HENRIQUE REZENDE CRIVELARO

Dissertação defendida e aprovada em 30/10/2007
pela Comissão Julgadora

Prof. Dr. José Francisco
Orientador (DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Roberto Braga
(DEPLAN/UNESP - Rio Claro)

Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira
(DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira
Presidente da CPGEU

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Prof. Dr. Bernardo, pela liderança, empenho e constante cordialidade junto ao PPGEU.

Prof. Dr. Zé Francisco, por me acolher e mostrar uma universidade mais humana.

Prof. Dr. Roberto Braga, pela solicitude e certeza de suas contribuições.

Prof^a. Lilo pela dicas na qualificação!

À população urupeense!

Sônia, pelos socorros das últimas horas, pelos boleros embalantes e pelo constante sorriso.

Aos amigos PPGEU nos contatos mais estreitos do Bar do Toco, organizando o Arraiar, alguns churrascos sofridos...rs, fazendo as tarefas do Shimbo, organizando o SIMPGEU,

conversando na “Lan do PPGEU”, indo pra Barretos na casa da Paulinha,

pra praia no AP da Regina Foschini e outras peripécias mais...

Regina Reani, por fazer-me contagiar de alegria, por escutar seus doces medos e suaves respostas aos meus.

Renata Segalla, sobretudo pelo compartilhar de “alegrias e incentivos” das últimas horas.

Michelly Ramos, pelas palavras de luz nos momentos de escuridão científica.

Cícero, pelo apoio, respeito, companhia e amizade.

Aline Tadei, pela ajuda nas coletas.

Cris, por tudo e em todos os momentos, nunca menos que felizes e intensos.

Rafael e Mateus, pela “grandeza” de suas companhias.

Sara e Marcelo, por nossas sérias neuras compartilhadas e entremeadas por reconfortantes sorrisos.

A minha família, sempre lutando por esse valor e agradecendo por essa dádiva. Em especial, aos meus pais (Tica e Sérgio) e aos meus irmãos (Nessa, Pri e Chico), pelo amor e incentivo.

... nesses momentos um filme se passa,
... dinâmico !!!

a cada segundo, um detalhe a mais
a cada cena, algo que ficou pra trás
e tudo volta, embora não volte mais

o registro é sublime
foi intenso, de cores vivas, vivais...

Sérgio Crivelaro

31 05 2007

DEDICATÓRIA

A minha mãe,
pelo amor incondicional, pela força infinita e amparo do seu colo.
Por acreditar em mim mais do que eu mesmo e ser a ÚNICA a não cambalear nesta
caminhada.
Maior professora em minha vida.

Ao meu pai,
pela fortaleza cândida de seus braços,
pela muralha perseverante de mudanças para o bem,
e pelas oportunidades de intenso aprendizado familiar.

ÍNDICE

ÍNDICE	v
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
RESUMO	1
ABSTRACT	2
Apresentação.....	3
Estratégias de Pesquisa.....	4
A.1 Objetivos	5
A.1.1 Objetivo Geral	5
A.1.2 Objetivos Específicos	5
A.2 Perguntas de Pesquisa.....	6
A.2.1 Pergunta Principal.....	6
A.2.2 Perguntas Intermediárias	6
A.3 Hipóteses.....	6
A.3.1 Hipótese Principal.....	6
A.3.2 Hipóteses Intermediárias	7
A.4 Estudo de Caso	7
A.5 Etapas da Coleta de Evidências.....	8
A.5.1 Etapa 1 – Caracterização do objeto empírico.....	9
A.5.2 Etapa 2 – Caracterização da dimensão política do município.....	9
A.5.2.1 Levantamento exploratório: observação direta e documentos	9
A.5.2.2 Questionários.....	10
A.5.2.3 Entrevistas	11
A.5.3 Etapa 3 – Triangulação de Dados e Encadeamento de Evidências	12
A.6 Análise das Evidências	13
CAPÍTULO 1 Municípios no Brasil: um enfoque sobre os de pequeno porte.....	15
1.1 Um breve histórico dos Municípios no Brasil.....	15
1.2 Entes da Federação: autonomia e inter-relação	16
1.3 Municípios de pequeno porte no Brasil	18
1.4 Criação de municípios.....	19
1.5 Características dos municípios de pequeno porte.....	20
1.6 Breve síntese do comprometimento tributário dos municípios no Brasil	24
1.7 Pequenos municípios: a marca da personalidade	25
1.8 Síntese conclusiva.....	27
CAPÍTULO 2 A Dimensão Política da Sustentabilidade Democrática	28
2.1 Dimensões de sustentabilidade e contexto socioambiental	28
2.2 A dimensão política da sustentabilidade: necessidades e ações.....	29
2.3 Política e Democracia: consenso, dissenso e a emergência da participação	31
2.4 Retomada da participação e qualidade política	33
2.5 Formas de(a) participação.....	35
2.6 Participação: alguns entraves.....	38
2.7 Novas variáveis: desenvolvimento local e descentralização	39

2.8 Planejamento urbano, municípios e democracia	42
2.9 Síntese conclusiva	44
CAPÍTULO 3 Estudo de Caso – Urupês (SP)	46
3.1 Caracterização da area	46
3.1.1 Região Administrativa de São José do Rio Preto	47
3.1.2 Município de Urupês (SP)	56
3.2 Levantamento exploratório	64
3.2.1 Entidades de Caráter Público	64
3.2.2 Poder Legislativo	71
3.2.3 Poder Executivo	73
3.2.4 Judiciário	76
3.3 Questionários	76
3.4 Entrevistas	89
CAPÍTULO 4	113
4.1 Reflexões sobre a dimensão política de municípios de pequeno porte	113
4.2 Problemas, limites e potencialidades ao desenvolvimento democrático sustentável nos municípios de pequeno porte	122
Considerações Finais	131
Referências	134
Anexos	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gastos médios efetuados pelos governos municipais com serviços de competência exclusiva da União e dos Estados frente às receitas total e tributária, segundo os grupos de habitantes (*). Brasil – 2002 (BREMAEKER, 2003).	24
Tabela 2 - Frequência de Municípios que dispõem dos Instrumentos de Planejamento – Brasil.	43
Tabela 3 - Distribuição da População, segundo tamanho populacional dos municípios - Região Administrativa de São José do Rio Preto – 2002 (SEADE, 2004a).	48
Tabela 4 - Comparação do IDH-M entre os anos de 1991 e 2000 (PNUD, 2003 – organizado por CRIVELARO, 2007).	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de Planilha para informações preliminares sobre a entidade de caráter público.	9
Quadro 2 – Informantes-chave e número de entrevistados.	11
Quadro 3 – Objetivos da Participação.	36
Quadro 4 – Formas de participação.	36
Quadro 5 – Registro fotográfico das entidades de caráter público em Urupês.	64
Quadro 6 – Caracterização das entidades de caráter público em Urupês.	66
Quadro 7 – Levantamento de pessoa jurídica das entidades de caráter público em Urupês.	68
Quadro 8 – Levantamento dos Partidos Políticos de Urupês.	71
Quadro 9 – Expediente e Ordem do Dia de Sessões da Câmara Legislativa.	71
Quadro 10 – Comissões específicas do poder legislativo.	72
Quadro 11 - Secretarias do executivo de Urupês.	74
Quadro 12 – Conselhos Municipais em Urupês.	75
Quadro 13 - Pontos destacados do Plano de Governo no período eleitoral da atual administração municipal de Urupês.	75

Quadro 14 - Questões pessoais e percepção sobre o município.....	90
Quadro 15 - Percepção sobre a administração municipal e a forma de gestão pública e o relacionamento entre os três poderes.....	92
Quadro 16 - Percepção dos três poderes sobre a população, organizações da sociedade civil e sobre a administração municipal.	96
Quadro 17 - Arena política de participação, comunicação e organização da sociedade civil.	101
Quadro 18 - Dimensões da Sustentabilidade democrática.	104
Quadro 19 - Percepção temporal sobre o município.	107
Quadro 20 – Entrevista com representante da Pastoral da Criança.....	109
Quadro 21 – Entrevista com representante dos Vicentinos.....	110
Quadro 22 – Entrevista com representante da Associação Espírita Matheus.	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Convergência de várias fontes de evidência (YIN, 2001 – elaborado por CRIVELARO, 2007).....	13
Figura 2 – Divisões Territoriais com ênfase à Região Administrativa de São José do Rio Preto e ao município de Urupês – sem fins cartográficos (FONTE: IBGE, 2005 – elaborado por CRIVELARO, 2007).	47
Figura 3 – Classes de tamanho populacional e número de municípios da RA de São José do Rio Preto (FONTE: IBGE 1996, 2002 – elaborado por CRIVELARO, 2007).	49
Figura 4 – Classes de tamanho populacional e área dos municípios da RA de São José do Rio Preto (FONTE: IBGE, 1996, 2002 – elaborado por CRIVELARO, 2007).....	49
Figura 5 – Os municípios da RA de São José do Rio Preto e o IPRS que estão inseridos (SEADE, 2004a).	52
Figura 6 – Classes de tamanho populacional e IDH-M da RA de São José do Rio Preto (FONTE: PNUD, 2003 – elaborado por CRIVELARO, 2007).	53
Figura 7 – Classes de tamanho populacional, IDHM- Educação da RA de São José do Rio Preto (FONTE: PNUD, 2003 – elaborado por CRIVELARO, 2007).	54
Figura 8 – Classes de tamanho populacional, IDHM-Renda da RA de São José do Rio Preto (FONTE: PNUD, 2003 – elaborado por CRIVELARO, 2007).	54

Figura 9 – Classes de tamanho populacional e IDHM-Longevidade da RA de São José do Rio Preto (FONTE: PNUD, 2003 – elaborado por CRIVELARO, 2007).	55
Figura 10 – Famílias tradicionais e o desenvolvimento cafeeiro: “Café Mundo Novo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS, 2006).	57
Figura 11 – Fotografia da posse do Prefeito Oswaldo Lopes da Costa, em 1933 (PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS, 2006).	58
Figura 12 – Localização geográfica e acesso rodoviário do município de Urupês – sem fins cartográficos (DER, 2006 – elaborado por CRIVELARO, 2007).	59
Figura 13 – Imagem de Satélite do Município de Urupês (FONTE: GOOGLE EARTH, 2007).	60
Figura 14 – Imagem de Satélite da cidade de Urupês (FONTE: GOOGLE EARTH, 2007).	60
Figura 15 – Fotos do Município de Urupês – trevo rodoviário, hospital, comércio e fórum (FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS, 2006).....	61
Figura 16 – Indicadores do IPVS para Urupês (SEADE, 2004b).....	63
Figura 17 – Câmara Municipal de Urupês (Foto: Sérgio Crivelaro, 2007).....	73
Figura 18 – Conhecimento recíproco da população em Urupês.	77
Figura 19 – Acesso às notícias e acontecimento de Urupês.....	77
Figura 20 – Percepção do tamanho das famílias em Urupês.	78
Figura 21 – Conhecimento e contato com os vizinhos em Urupês.....	79
Figura 22 – Conhecimento e contato com os vizinhos em Urupês.	79
Figura 23 – Frequência de encontro com os familiares em Urupês.	79
Figura 24 – Satisfação em morar em Urupês.	80
Figura 25– Consulta sobre melhorias na cidade e vontade de participação para decidir sobre verbas arrecadadas em Urupês.	81
Figura 26 – Consulta sobre melhorias na cidade e vontade de participação para decidir sobre verbas arrecadadas em Urupês.	81
Figura 27 – Cidadania e acompanhamento sobre decisões para o futuro do município de Urupês.....	82
Figura 28 – Cidadania e acompanhamento sobre decisões para o futuro do município de Urupês.....	83

Figura 29 – Solicitações diversas junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário.	83
Figura 30 – Solicitações diversas junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário.	84
Figura 31 – Participação social em Urupês.	84
Figura 32 – Frequência de participação semanal nas atividades sociais.	85
Figura 33 – Pessoas de influência nos grupos de atividade social.	85
Figura 34 – Atividades beneficentes dos grupos sociais.	86
Figura 35– Percepção da população urupeense sobre o mundo e a cidade: melhor ou pior?	87
Figura 36 – Percepção da população urupeense sobre o mundo e a cidade: melhor ou pior?	87
Figura 37 - “Força” para mudanças em Urupês.	88
Figura 38 – Visão de política para a população de Urupês.	88
Figura 39 – Expectativa quanto ao futuro de Urupês.	89
Figura 40 – Composição e qualificação da dimensão política de municípios de pequeno porte.	114

RESUMO

CRIVELARO, S. H. R. Aspectos da participação política e da atuação de entidades assistenciais num município de pequeno porte do interior paulista: o caso de Urupês. 145f. Dissertação (mestrado em Engenharia Urbana). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

Este trabalho tem por objetivo compreender a organização da dimensão política de municípios de pequeno porte perante os ideais de democracia e sustentabilidade para fins de política pública e planejamento. Parte-se da hipótese que a dimensão política de municípios de pequeno porte se configura por 1) relações de sociabilidade mais estreitas (como o conhecimento mútuo, a pessoalidade, a amizade, a vizinhança, o parentesco), 2) entidades de caráter público (de caráter religioso e de assistência), 3) e a própria administração municipal (representada sobretudo pela figura do prefeito). A estratégia de pesquisa está baseada no estudo de caso exploratório único. Como objeto empírico foi selecionado o município de Urupês situado na região noroeste do Estado de São Paulo. Por meio de revisão da literatura, levantamento exploratório, observação direta, entrevistas, questionários e sistematização dos dados, os resultados alcançados confirmam a hipótese proposta e permitem as seguintes ponderações: 1) as características de sociabilidade constituem e conferem importantes canais de comunicação, participação e representação social para a identificação da demanda e oferta de serviços de caráter público, agravando ou beneficiando as condições socioambientais do município; 2) falta um maior esclarecimento do papel de cada ator na sociedade; 3) falta maior comunicação efetiva e não apenas formal entre os poderes executivo, legislativo e judiciário; 4) as entidades de caráter público, sobretudo as de cunho religioso e assistencial, desempenham importante papel no que diz respeito à minimização das desigualdades sociais. Dessa forma, a caracterização da dimensão política de municípios de pequeno porte mostrou-se bastante pertinente para elucidar possibilidades e minimizar contradições para se pensar políticas públicas para o planejamento sustentável e democrático.

Palavras-chave: sustentabilidade democrática, dimensão política, municípios de pequeno porte, políticas públicas e planejamento.

ABSTRACT

CRIVELARO, S. H. R. Aspects of political participation and performance of charities in a small city in São Paulo State, Brazil: the case of Urupês. 145p. Master science in Urban Engineerin. Federal University of São Carlos, São Carlos (Brazil), 2007.

This work aims to understand the organization of the political dimension of the small municipalities before the ideals of democracy and sustainability for public policy and planning. It starts with the hypothesis that the political dimension of the small municipalities is configured by 1) closer relations of sociability (such as mutual understanding, personality, friendship, neighborhood, kinship), 2) institutions of public character (on religious and assistance), 3) and the municipal administration itself (mainly represented by the figure of the mayor). The research strategy is based on the exploratory case study unique. As empirical object was selected Urupês municipality located in the northwestern region of São Paulo, Brazil. Through literature review, exploratory survey, direct observation, interviews, questionnaires and systematization of the data, the results confirm the hypothesis proposed and allow the following considerations: 1) the characteristics of sociability are important and provide channels of communication, participation and social representation to identify the demand and provision of public character, aggravating or benefiting the social and environmental conditions in the city, 2) lack a greater understanding of the role of each actor in society, 3) lack most effective communication not only formal between executive, legislative and judicial branches, 4) entities of public nature, especially of a religious and care nature, play an important role with regard to minimizing social inequalities. Thus, the characterization of the political dimension of the small municipalities proved to be very relevant to clarify possibilities and minimize contradictions for thinking about public policies for sustainable and democratic planning.

Keywords: democratic sustainability, politics dimension, small cities, public politics and planning.

Apresentação

Este trabalho surge do interesse e motivação pessoal pela busca de uma melhor compreensão das relações que determinam e interferem na qualidade de vida das pessoas. O objetivo é entender melhor a relação entre a dimensão política e a configuração socioambiental de pequenos municípios. Uma breve contextualização dos motivos que contribuem para a abordagem deste tema se refere as minhas origens: primeiro pelo fato de ser natural de um pequeno município e ter vivenciado a realidade deste universo, e segundo, pela busca de relações antrópicas mais harmoniosas no mundo e para o mundo, vias pela qual surgiu o interesse e possibilidade de concretização ou aprofundamento na linha de políticas públicas, planejamento urbano e sustentabilidade do programa de mestrado em Engenharia Urbana da UFSCar.

Com a conclamação da democracia participativa, descentralização, desenvolvimento local e sustentabilidade, a dinâmica política torna-se fator determinante para a contemplação de suas variadas vertentes e componentes. No Brasil, país marcado por desigualdades gritantes nos mais variados contextos, verifica-se uma carência de estudos sobre a dimensão política e seus reflexos no contexto socioambiental, sobretudo dos municípios de pequeno porte. Este trabalho pretende contribuir no “pensar globalmente e agir localmente”, ou melhor, no pensar e agir localmente não descartando as influências do global. O objetivo principal é “compreender a organização da dimensão política de municípios de pequeno porte perante os ideais de democracia e sustentabilidade para fins de política pública, gestão e planejamento”.

O desenvolvimento deste trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No **Capítulo 1** é realizada uma contextualização justificativa para a pesquisa sob a perspectiva dos municípios no Brasil, com enfoque para as principais questões que problematizam e instigam o estudo de municípios de pequeno porte.

No **Capítulo 2**, são apresentadas as principais questões inerentes ao debate da dimensão política da sustentabilidade e da democracia.

No **Capítulo 3** realiza-se uma caracterização da área de estudo e do objeto empírico, o Município de Urupês (SP). Também neste capítulo descreve-se os resultados alcançados conforme as unidades de análise e suas respectivas estratégias de coleta de dados.

No **Capítulo 4**, aprofunda-se a reflexão sobre os resultados alcançados a partir de sua inter-correlação e embasamento teórico possibilitado pelo debate encontrado na literatura específica sobre a temática central da sustentabilidade democrática, municípios de pequeno porte, política pública e planejamento.

Finalizando, as **Considerações Finais** reforçam a principal contribuição desta dissertação.

Estratégias de Pesquisa

O delineamento do projeto de pesquisa partiu de prévia **observação da realidade** reforçada por embasamento de discussões contidas em **literatura específica**. Identificado o **fenômeno**, decompõe-se o mesmo em variáveis que definem e interferem no seu desenvolvimento. A partir das variáveis são formuladas questões gerais sobre o fenômeno e selecionadas aquelas mais interessantes como assunto de pesquisa científica (**perguntas de pesquisa**). Dessa forma, as possíveis respostas para tais questões são dadas em forma de **hipóteses**, que serão testadas, validadas ou rejeitadas a partir do **objetivo** pretendido na pesquisa e a constatação visualizada pelos resultados. Sua **viabilidade** também é considerada perante as motivações pessoais do pesquisador e grau de governabilidade sobre seu conteúdo¹.

Neste trabalho, a observação da realidade e a motivação inicial da pesquisa foi o universo representado por municípios de pequeno porte e a carência de estudos que abordam estes municípios como unidade de análise. Conforme exposto no Capítulo 1,

¹ A metodologia descrita é uma síntese de todo conteúdo programático exercitado na disciplina “Processo de Delimitação de Problema de Pesquisa Científica – EUR 024”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, e ministrada pelo Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo.

os dados sobre estes municípios denotam a relevância de melhor compreender as características e relações estabelecidas intra e inter municipalmente. Além disso, diante do cenário atual do debate sobre políticas públicas, planejamento urbano e desenvolvimento, que apontam para uma ampliação de práticas participativas e da política como elementos capazes de promover a redução das desigualdades humanas (sociais, espaciais, econômicas, culturais etc.) com o abrangente “desenvolvimento democrático e sustentável”, tem-se uma combinação de condições com diversas questões e lacunas a serem respondidas e preenchidas.

A seguir descreve-se a metodologia utilizada no trabalho². Cabe ressaltar que não se trata de um modelo metodológico padrão mas sim estratégias de pesquisa de forma a encadear evidências coerentes conforme os objetivos propostos. No Capítulo 3 (Estudo de Caso), quando pertinente, as estratégias de pesquisa são situadas de forma específica para o item relatado.

A.1 Objetivos

A.1.1 Objetivo Geral

Compreender a organização da dimensão política de municípios de pequeno porte perante os ideais de democracia e sustentabilidade para fins de política pública, gestão e planejamento.

A.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a dimensão política de municípios de pequeno porte, com enfoque para as entidades de caráter público³;
- Analisar a estrutura, funcionamento e abrangência das entidades de caráter público;
- Levantar informações sobre as características da população e a sua percepção quanto à dimensão política;

² Vale lembrar que o delinear da pesquisa é dinâmico e se aperfeiçoa concomitante ao desenvolvimento da própria pesquisa. Portanto, o capítulo foi elaborado pensando-se na melhor maneira de sua demonstração. No caso, a seqüência apresentada não foi necessariamente a seqüência de criação.

³ As **entidades de caráter público** foram delimitadas como “grupos que se reúnem periodicamente para tratar de questões de interesse público ou permitem participação pública” tais como associações de assistência, grupos religiosos, sindicatos, partidos políticos etc.

- Compreender como e de que maneira interagem os diferentes atores locais tais como os poderes executivo, legislativo e judiciário, a sociedade como um todo e suas diversas formas de organização;
- Identificar as limitações e potencialidades ao desenvolvimento democrático sustentável decorrentes da dimensão política local e influências supra-locais (globalização).

A.2 Perguntas de Pesquisa

A.2.1 Pergunta Principal

Qual a composição e características da dimensão política de municípios de pequeno porte?

A.2.2 Perguntas Intermediárias

Da pergunta principal são derivadas perguntas intermediárias que auxiliam na delimitação do fenômeno.

- Como interagem os diferentes atores políticos locais (poderes executivo, legislativo, judiciário e organizações da sociedade civil)?
- Qual a estrutura, funcionamento e abrangência das organizações da sociedade civil, em especial aquelas de caráter público?
- Quais características da dimensão política se destacam na população local e qual a percepção da população sobre essas características?
- Quais os limites e potencialidades decorrentes da dimensão política local e as influências supra-locais?

A.3 Hipóteses

A.3.1 Hipótese Principal

A dimensão política de municípios de pequeno porte se configura por 1) relações de sociabilidade mais estreitas (conhecimento mútuo, face-a-face, amizade, vizinhança, parentesco) e a representação mais evidente por 2) entidades de caráter

público (representada sobretudo por aquelas de cunho religioso e de assistência); 3) e a própria administração municipal (representada sobretudo pela figura do prefeito).

A.3.2 Hipóteses Intermediárias

Assim como as perguntas intermediárias, as hipóteses intermediárias auxiliam na delimitação e norte do fenômeno a ser estudado.

- Os laços estreitos de sociabilidade constituem e conferem importantes canais de comunicação, participação e representação social para a identificação da demanda e oferta de serviços de caráter público do município de pequeno porte.
- A arena política convencional acaba sendo esvaziada visto que os assuntos públicos são compartilhados no cotidiano das pessoas. Este fato acaba descaracterizando as funções de cada ator social e pode ser um entrave potencial ao desenvolvimento democrático sustentável. Todavia, a participação da sociedade civil analisada sob enfoque diverso das formas convencionais (conferências, palestras, audiências etc.) representam possibilidade de atuação para o planejamento e política pública do município de pequeno porte, desde que os papéis de cada ator estejam devidamente esclarecidos.
- As entidades de caráter público, sobretudo as de cunho religioso e assistencial, desempenham importante papel no que diz respeito à minimização das desigualdades sociais. Tais entidades apresentam organização própria de funcionamento e ação pública, constituindo-se ator relevante de atuação junto ao poder municipal (estatal ou público) e demais poderes.
- Os sindicatos, partidos políticos, poderes judiciário e legislativo acabam por representar um papel secundário nos municípios de pequeno porte.

A.4 Estudo de Caso

A estratégia de pesquisa está baseada no **estudo de caso exploratório único**. Conforme Yin (2001, p. 32-33), o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente

definidos. Ainda conforme o autor, a investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado baseia-se em várias fontes de evidência com os dados convergindo em formato de triângulo. Também se beneficia do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

O estudo de caso **único** é indicado quando representa o caso decisivo ao se testar uma teoria bem formulada e pode ser usado para determinar se as proposições de uma teoria são corretas ou se algum outro conjunto de explicações possa ser mais relevante (YIN, 2001, p. 62). Outro fundamento para o estudo de caso único se refere ao caráter revelador de uma pesquisa relativamente inédita.

Como objeto empírico do estudo de caso foi selecionado o município de Urupês situado na região noroeste do Estado de São Paulo. O mesmo se enquadra como potencial fonte de evidências para verificação das hipóteses propostas. O Capítulo 4 apresenta características mais detalhadas sobre o município e a região no qual este se insere.

A.5 Etapas da Coleta de Evidências

A coleta de evidências foi organizada em três etapas gerais (Etapas 1, 2 e 3). A Etapa 1 corresponde a caracterização do objeto empírico a partir de estudos mais amplos de instituições de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outros. A Etapa 2 abrange uma caracterização mais detalhada da dimensão política do município, dividido em levantamento exploratório (observação direta e documentos diversos), questionários e entrevistas. A Etapa 3 consiste na triangulação de dados, isto é, um encadeamento das evidências de forma mais consistente. Yin (2001) ressalta alguns aspectos importantes quanto a coleta de evidências para o estudo de caso. Sintetiza três princípios utilizados neste trabalho: a) várias fontes de evidência, b) criação de um banco de dados e, c) manutenção de um encadeamento de evidências.

A.5.1 Etapa 1 – Caracterização do objeto empírico

Nesta etapa foram compilados dados gerais sobre o município de Urupês, bem como a região que se insere, a de São José do Rio Preto. A caracterização foi baseada em indicadores sócio-econômicos, demográficos e espaciais a partir de estudos e levantamentos de órgãos e institutos específicos. Neste aspecto, procurou-se estabelecer uma relação comparativa intra e inter-regional, sugerindo possíveis diferenciais e destaques da região e do município, indicativos ou de potencial relação causal com os objetivos e hipóteses do trabalho.

A.5.2 Etapa 2 – Caracterização da dimensão política do município

A.5.2.1 Levantamento exploratório: observação direta e documentos

No que diz respeito ao levantamento exploratório, deve-se ressaltar que o pesquisador é natural do município estudado. Ainda assim, na fase mais intensa de coleta de dados (de janeiro a julho de 2007), o mesmo optou em residir novamente no município, vivenciando toda a realidade abordada.

A partir do conhecimento prévio sobre a cidade e diálogo com os moradores, primeiramente foi realizada uma **visita exploratória** na cidade de Urupês⁴ procurando identificar as entidades de caráter público.

Identificadas as entidades de caráter público, as mesmas foram fotografadas e seus dirigentes foram contactados e questionados de maneira informal sobre informações preliminares da entidade conforme consta na planilha a seguir (Quadro 01).

Quadro 1– Modelo de Planilha para informações preliminares sobre a entidade de caráter público.

Nome da entidade	
Tipo de entidade	
Dirigente/Responsável	

⁴ Há no município de Urupês o distrito de São João do Itaguaçu, com aproximadamente 400 habitantes. Nenhuma coleta de dados foi realizada pessoalmente neste distrito ou ainda nos bairros rurais remanescentes. Toda coleta ficou concentrada na sede do município. Assim mesmo opta-se pela utilização do termo município pois percebe-se que o alcance dos resultados engloba a população do município como um todo, já que há uma relação muito próxima (seja no comércio, religiosa, na saúde, educação, lazer etc.) dos habitantes da cidade, do distrito, ou ainda da zona rural.

Contato (telefone)	
Número de prédios	
Número de participantes	
Dias de atividade	

No tocante à **observação direta**, foram observados elementos-chave que permitissem análises de convergência ou divergência com as demais fontes de evidência. Para fins analíticos, realizou-se uma divisão focalizada em entidades de caráter público e poderes executivo, legislativo e judiciário. Em cada unidade, procurou-se observar:

- Entidades de caráter público: atividades dos grupos: reuniões, encontros, palestras; espaço da atividade; número de participantes e grau de participação;
- Administração municipal e município como um todo: obras da administração; serviços públicos oferecidos; eventos realizados pela administração municipal; percepção geral sobre o município em suas diferentes dimensões.

Em relação à **documentação** e registros em arquivo, procurou-se fontes de dados potenciais para a pesquisa como se segue:

- Entidades de caráter público: atas de reuniões, relatórios, fotos de acervo, balanço de prestação de contas, cartazes ou anúncios de divulgação, eventos realizados, registro de atividades;
- Administração municipal e município como um todo: plano de governo, orçamento anual, relatórios de prestação de contas, relatório de serviços, jornais da cidade, mapas, tabelas, dados de levantamentos (censos), registros pessoais (fotos, vídeos, etc.).

A.5.2.2 Questionários

Foram distribuídos questionários⁵ em todas as séries do ensino fundamental e médio do município⁶ solicitando-se que o mesmo fosse respondido considerando-se as opiniões da família. No total, foram distribuídos aproximadamente 800

⁵ A elaboração dos questionários foi baseada em literatura específica da temática e metodologias diversas, sobretudo de Gil (1989) e Yin (2001).

⁶ A estratégia de distribuição dos questionários nas escolas baseia-se na percepção de que as mesmas constituem-se instituições aglutinadoras de boa representatividade do município.

questionários contendo 25 questões (abertas e fechadas) sobre a percepção de algumas características no que diz respeito a dimensão política do município. Do total de questionários distribuídos foram contabilizados (perante devolução dos alunos) 614⁷ questionários. O conteúdo dos questionários abordou assuntos que comprovassem (ou não) a pessoalidade das relações sociais, a participação, política e demais percepções sobre sustentabilidade democrática, tal qual a satisfação em residir no município, sugestões para resolução dos problemas, atores abordados para solicitações diversas etc. (Anexo 01). Para melhor compreensão das respostas, apenas foi calculada a porcentagem de respostas para cada questão e alternativa.

A.5.2.3 Entrevistas

As entrevistas com informantes-chave, elaboradas de acordo com Yin (2001) e Gil (1989), foram semi-estruturadas e fechadas. Inicialmente foram entrevistados membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Quanto ao poder legislativo, entrevistou-se apenas um membro que está há bastante tempo em cargo correlato. No tocante às entidades de caráter público, dado a sua grande quantidade e limitação do tempo de pesquisa, optou-se por entrevistar aquelas que foram evidenciadas no discurso dos entrevistados dos demais poderes.

O quadro a seguir exemplifica os informantes-chave entrevistados (Quadro 02).

Quadro 2 – Informantes-chave e número de entrevistados.

Informantes-chave		Número de entrevistados
Poder Executivo	Prefeito	1
	Membro relacionado à Assistência Social	1
	Membro relacionado à Educação	1
	Membro relacionado à Saúde	1
	Membro relacionado à Cultura	1
Poder Judiciário*		3
Poder Legislativo		1

⁷ Conforme Gerardi *et al.* (1981), para populações de tamanho 10.000 são necessários 370 amostras. De acordo com a população do município de Urupês (explicitada no próximo capítulo), utilizou-se o dobro de questionários recomendado.

Entidades de Caráter Público**	Associação Espírita Matheus	1
	Pastoral da Criança de Urupês	1
	Sociedade São Vicente de Paulo (Vicentinos)	1
Total de entrevistados		12
<p>*Embora o Ministério Público seja independente do poder judiciário, optou-se por entrevistar um membro desta organização, dado a aproximação que se tem deste poder junto ao “fórum” do município de pequeno porte.</p> <p>**As entrevistas com estas entidades não seguiu o roteiro explicitado. As mesmas foram realizadas de maneira mais informal, questionando-se sobre a organização e funcionamento das entidades.</p>		

Nas entrevistas foram abordados assuntos que demonstrassem a percepção dos entrevistados em três categorias: sobre o município, sobre a população e sobre as organizações sociais (seja os poderes executivo, legislativo e judiciário, seja as entidades de caráter público). Assim como nos questionários, as questões das entrevistas abordavam assuntos que comprovassem (ou não) a pessoalidade das relações sociais, a participação, política e demais percepções sobre a sustentabilidade democrática para fins de planejamento, gestão e política pública.

A realização das entrevistas seguiu padrão ético-científico com a explicitação dos objetivos da pesquisa, entrega de atestado assegurando o sigilo dos entrevistados e assegurando sua utilização apenas para fins acadêmicos de pesquisa (Anexo 02), e, finalmente, consentimento do entrevistado. Realizadas as entrevistas, procedeu-se com a transcrição das mesmas e tabulação conforme a convergência e divergência entre os discursos dos entrevistados, as demais evidências coletadas e a literatura específica estudada.

O roteiro de entrevista consta no Anexo 03.

A.5.3 Etapa 3 – Triangulação de Dados e Encadeamento de Evidências

A triangulação dos dados está condicionada ao uso de várias fontes de dados. Para tanto, deve-se proceder com o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação. O esquema abaixo exemplifica esta relação:

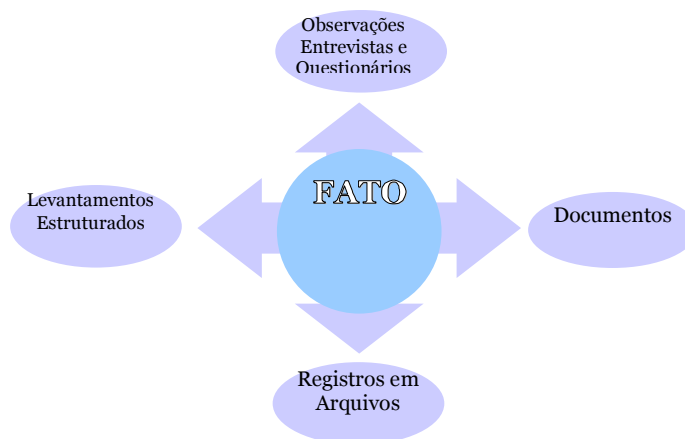


Figura 1 – Convergência de várias fontes de evidência (YIN, 2001 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

Em relação ao encadeamento das evidências, trata-se de uma preocupação que consiste em permitir que um observador externo (no caso, o leitor do estudo de caso) possa perceber que qualquer evidência inicial leve às considerações finais do estudo de caso (YIN, 2001, p. 127).

Portanto, todas as etapas descritas foram formuladas com a perspectiva de melhor delimitar o fenômeno a ser estudado. Seu desenvolvimento permite, por meio de análise reflexiva, a validação e/ou rejeição das respectivas hipóteses.

A.6 Análise das Evidências

Conforme Yin (2001, p. 131), a análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou recombinar as evidências tendo em vista as proposições iniciais do estudo. Para tanto, o trabalho deve conter uma estratégia analítica geral. Neste trabalho adotou a estratégia geral de se basear em proposições teóricas (hipóteses). Esta, por sua vez, auxilia a pôr em foco certos dados e ignorar outros.

Os métodos principais de análise são “adequação ao padrão”, “construção da explicação” e “análise de séries temporais” (YIN, 2001):

a) Adequação ao padrão: comparação de um padrão empírico com outro de base prognóstica. Função de determinar a melhor maneira de fazer o contraste entre as diferenças da forma mais precisa possível, e também desenvolver explicações teoricamente significativas para os diferentes resultados. Exemplo: 1)

caso haja (ou não) comunicação entre a administração municipal e as entidades de caráter público haverá maior contemplação dos interesses da sociedade; 2) caso o objetivo da entidade de caráter público seja o desenvolvimento coletivo do grupo haverá menor desigualdade entre seus integrantes e conseqüentemente, da sociedade.

b) Construção da explanação: aprimoramento de um conjunto de idéias considerando outras explanações plausíveis ou concorrentes. Conforme Yin (2001), “explicar” um fenômeno significa estipular um conjunto de elos causais em relação a ele. Exemplo: ao considerar a dimensão política como fator de forte influência para as condições sócio-espaciais, caracterizar sua dinâmica no âmbito do município pode contribuir para a compreensão de sua configuração (causas) e reflexos no próprio município (conseqüências). Assim mesmo deve-se considerar outras explanações advindas de limites de influência exteriores ao município para melhorar sua explicação.

c) Análise de séries temporais: neste item utiliza-se uma modalidade especial de análise, a cronologia. A disposição em linha cronológica permite determinar relações de causa e conseqüência. Para tanto é fundamental a identificação de indicadores que serão analisados com o tempo, além de intervalos específicos de análise. Neste trabalho, concentra-se a análise sobretudo no período da gestão municipal vigente no período de pesquisa, isto é, na “Gestão 2005-2008”. Entretanto, em diversas etapas e fases do trabalho são consideradas informações sobre o passado e perspectivas quanto ao futuro.

Por fim, os dados e evidências foram organizados em formas de tabelas, gráficos e textos agrupados de forma a permitir a validação ou rejeição da hipótese inicial e considerações gerais sobre a pesquisa desenvolvida.

CAPÍTULO 1

Municípios no Brasil: um enfoque sobre os de pequeno porte

1.1 Um breve histórico dos Municípios no Brasil

A palavra município tem origem em duas palavras latinas: *munia* e *capere*, que significam respectivamente “prerrogativas” e “conservar”. Dessa forma, em essência, o significado de município como unidade político-administrativa é a conservação de suas prerrogativas. A origem da palavra remonta ao período Republicano Romano, no qual os povos derrotados nas batalhas seguiam imposições do Senado Romano e, em troca de sua sujeição e fiel observância às leis romanas, adquiriam prerrogativas concedidas pela República, tais como eleições de governantes próprios e gestão das cidades. Dotadas de tais características, as comunidades eram consideradas Municípios (BIRKHOLZ, 1979 *apud* FAVERO e ZMITROWICZ, 2005).

No Brasil, a origem dos municípios remete ao período de Colônia Portuguesa com a instalação de instituições municipais de acordo com o direito lusitano. Neste período, a centralização do poder estava concentrada nas Capitâneas mas assim mesmo, com apoio das igrejas e pressões sociais, foram atribuídos aos municípios o poder de convocar “juntas do povo”, dirigidos pelas Câmaras Municipais, para discutir e decidir sobre assuntos de interesse da Capitania (ASSIS, 2006).

A partir da Independência do Brasil e com o advento da Lei de 1º de Outubro de 1828 é ordenada a formação política das Câmaras Municipais e a atribuição da função de juízo de paz, entretanto, os atos da administração

municipal estavam condicionados aos Conselhos Gerais das Províncias. As funções da Câmara se restringiam ao caráter administrativo e com ratificação dos Presidentes Provinciais (ASSIS, 2006).

A partir da Proclamação da República, os municípios ganham espaço em questão de autonomia. Com a Constituição de 1891, consagra-se a autonomia destes entes respeitando-se e garantindo-se o pacto federativo recém criado no país. Embora a autonomia municipal ainda guarde resquícios de subjugação decorrente da história federativa e o poder concentrado no Governo Central, com a Constituição de 1934, a separação federativa ganha a conotação até hoje existente com a distinção de competências constitucionais entre Estado Federal, Estados Federados e Municípios. A eleição de prefeitos e vereadores independente do poder estadual e federal consolida a base da organização municipal e o desenvolvimento dos municípios brasileiros a partir de suas atribuições constitucionais e autonomia frente aos demais entes da federação (ASSIS, 2006).

Conforme Favero e Zmitrowicz (2005), o município no Brasil precedeu à formação do próprio Estado e constitui o fundamento da nação até os dias atuais. Na atual Constituição de 1988 o município é reconhecido como ente federativo, reforçado em suas atribuições, prerrogativas e autonomia.

1.2 Entes da Federação: autonomia e inter-relação

O Brasil tem como modelo de organização político-administrativa o sistema de República Federativa. Conforme Prado (2007), “federações” são arranjos político-institucionais caracterizados pela tentativa de conciliação entre a existência de uma nação e diversas regiões que a compõem, preservando sua autonomia e individualidade política. A autonomia regional é fator de maior complexidade administrativa e organizacional, visto que abrange sistemas políticos, múltiplos orçamentos e estruturas burocráticas independentes.

Considerando o termo “federal” derivado do latim *foedus*, que significa pacto, a Federação pode ser entendida como uma parceria estabelecida por um pacto entre unidades territoriais. Por sua vez, estas conformam uma nação de modo que a

soberania não esteja concentrada num só ente (como no Estado unitário), ou em cada uma das partes (como na associação entre Estados e mesmo nas confederações). Portanto, em termos de distribuição do poder, a especificidade do Estado Federal é o compartilhamento da soberania entre governo central (União ou governo federal) e os governos subnacionais. Neste modelo a Constituição é o principal contrato fiador do pacto-territorial (ABRUCIO, 2006, p. 91-92).

Conforme Prado (2007), toda federação deve, de alguma forma, lograr determinados resultados básicos que podem ser resumidos nas noções de coesão e eficiência. Neste sentido, Abrucio (2006, p. 91-92) denota que o princípio da soberania compartilhada deve garantir a autonomia dos governos e a interdependência entre eles, condição esta que só se mantém ao longo do tempo mediante uma relação de equilíbrio entre a autonomia dos pactuantes e a interdependência entre eles. Trata-se da coordenação federativa, aspecto fundamental do federalismo e seu processo de descentralização nas relações intergovernamentais.

De forma a manter o controle mútuo e a negociação como bases da Federação deve-se buscar o equilíbrio entre competição e cooperação entre os entes federados. Evidencia-se perante a coordenação federativa, o papel dos níveis superiores de governo no tocante à descentralização. Dois problemas centrais se apresentam entre as unidades subnacionais de vários países: por um lado, a questão financeira e administrativa que dificultam a desconcentração de atribuições; por outro, o fato de a União e outras instâncias federativas precisarem arbitrar conflitos políticos e da jurisdição, além de incentivar a atuação conjunta e articulada entre os níveis de governo no campo das políticas públicas (ABRUCIO, 2006, p. 93, 95).

Segundo o Art. 18 da Constituição Federal de 1988: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Dessa forma, Urani e Reis (2004) afirmam que a esfera municipal de governo se tornou um dos principais agentes do desenvolvimento sócio-econômico a partir do processo de redemocratização e aprofundamento do processo de descentralização administrativa conferido sobretudo pela Constituição de 1988. Todavia, conforme os autores, os desafios e as possíveis soluções diferem conforme o porte populacional do município em função das diversidades econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Independente do porte populacional, Bremaeker (2003) elenca as atividades e serviços explicitados na Constituição que devem ser prestados pelos municípios com seus recursos disponíveis:

- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão:
 - ✓ os serviços de interesse local;
 - ✓ os serviços de transporte coletivo.
- manter e prestar, com a cooperação técnica e financeira do Governo central e dos Governos estaduais:
 - ✓ programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
 - ✓ serviços de atendimento à saúde da população.
- constituir, conforme dispuser lei municipal:
 - ✓ serviço de guarda municipal.
- sob competência comum do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos

Municípios:

- ✓ cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- ✓ proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- ✓ proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- ✓ proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- ✓ preservar as florestas, a fauna e a flora;
- ✓ fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- ✓ promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais;
- ✓ promover programas de saneamento básico;
- ✓ combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- ✓ estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Além das competências explicitadas, conforme Bremaeker (2003), os municípios executam outros serviços na condição de ente governamental e, ainda, outras que são de competência da União e dos Estados, na maior parte dos casos, custeadas pelos municípios. Para o autor, este fato é proporcionalmente aumentado na medida em que o município apresenta menor quantitativo de população.

1.3 Municípios de pequeno porte no Brasil

O Brasil apresenta grande maioria de municípios de pequeno porte⁸. No conjunto de 5.507 municípios brasileiros, observa-se que cerca de 73% deles possui até 20 mil habitantes. Em tais municípios, residem cerca de 20% da população brasileira, ou seja, aproximadamente 34 milhões de habitantes (PNUD, 2003).

Os municípios com até 20 mil habitantes representam quase 4,5 milhões de Km², o que equivale a 52% do território nacional. Quando consideramos os municípios com até 50 mil habitantes, estes representam aproximadamente 85% do território nacional (PNUD, 2003). Dessa forma, ao considerarmos os pequenos municípios estamos lidando com territórios, em grande parte, suporte para a maior contribuição de atividades como a agropecuária, de abastecimento hídrico, recursos naturais, etc. Numa análise bastante reducionista, seria a grande fonte geradora de matéria-prima para manutenção humana. Para Veiga (2002), os municípios menores (tipicamente rurais) são os que podem garantir a conservação ou o uso sustentável da quase totalidade do patrimônio natural terrestre.

Em relação aos municípios paulistas, a distribuição difere um pouco. Dos 645 municípios, 73% (474) possuem até 30 mil habitantes, o que representa 12% (4,6 milhões) da população do estado. Com o grau de urbanização ocorre o mesmo. Enquanto a média nacional fica em torno de 57%, no estado de São Paulo representa 93%, sendo que, se considerarmos os municípios com até 30 mil habitantes, a média fica em 80%. Outro ponto a se considerar é a área em extensão representada por estes pequenos municípios, representando significativa porcentagem do território. Conforme dados do IBGE (1996), os municípios com até 30 mil habitantes representam 67% do território paulista.

1.4 Criação de municípios

A grande quantidade de pequenos municípios hoje existentes no país deve-se à estratégias político-desenvolvimentistas em distintos períodos. O primeiro vai de 1946 à 1967, com ápice na década de 1960 no qual foram criados 1.186 municípios. O segundo período vai de 1967 até 2002, com ápice para a década de 1990 no qual mais

⁸ Diante da ausência de uma definição bem delineada sobre municípios de pequeno porte, pequenos municípios ou pequenas cidades, neste trabalho adota-se a primeira definição considerando-se o tamanho populacional destes municípios, seja a população urbana ou rural. Considera-se um limite aproximado de 50 mil habitantes, entretanto, observa-se maior recorrência de estudos com limite de 20 mil habitantes. Algumas vezes, “cidade” e “município” são utilizados com similar designação.

de 1.000 municípios foram criados. O primeiro período está relacionado a idéia de Estado-Nação preconizado pela ditadura militar. O segundo período, sobretudo pós-constituição de 1988, relaciona-se à descentralização administrativa sob a égide democrática. Conforme dados do IBGE (2004), a “grande explosão” de municípios criados no período de 1991 a 2002 são em sua maioria de até 20 mil habitantes, correspondendo à 96% do total destes municípios.

Como visto, o processo de fragmentação do território com a criação de novos municípios ocorreu em períodos distintos. Importante lembrar que concomitante a este período, o Brasil veio e vem apresentando um processo contínuo de intensa urbanização. Apenas entre 1991 e 2000, o grau de urbanização da população brasileira passou de 75,6% para 81,2%. Todavia, a intensidade desse processo vem atingindo os municípios de forma diferenciada, com a urbanização aumentando de acordo com o porte populacional. Se entre os municípios maiores (com mais de 500 mil habitantes), o peso da população urbana ultrapassa 97%, nos municípios com até 20 mil habitantes a proporção de pessoas que reside em áreas consideradas urbanas oscila entre 50% e 57%. (IBGE, 2004). Seguindo a tendência de urbanização, os municípios de pequeno porte são pontos estratégicos como tentativa de não repetição das falhas e ausência de planejamento por que passaram as médias e grandes cidades. Este planejamento requer a consideração das potencialidades locais e regionais sendo que a comunidade pode contribuir significativamente para tanto.

1.5 Características dos municípios de pequeno porte

Diversos indicadores contribuem para a reflexão sobre o instituto do planejamento para os municípios de pequeno porte. De forma mais abrangente, o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca variados aspectos sobre os municípios de acordo com seu porte populacional. A seguir, são descritos alguns destes indicadores baseado nos dados do Censo Demográfico 2000.

- **Proporção de pessoas naturais:** fornece a informação do contingente de pessoas que nasceram e residem no município. A análise deste indicador mostra que, em geral, a proporção de naturais tende a ser maior nos municípios menores, especialmente nos municípios com até 50 mil habitantes

(IBGE, 2004). Embora este indicador tenha diversas implicações, duas especificidades decorrentes podem ser aludidas no âmbito da migração. Assim, cidades maiores, em função da natureza do próprio processo de desenvolvimento econômico e social, oferecem maiores oportunidades de emprego e serviços (saúde, educação, entre outros) resultando que, os municípios com menores proporções de pessoas naturais, em geral, são pólos de atração de imigrantes em busca de melhores condições de vida. Em contraponto, a menor “naturalidade” com o município poderia ser indicativo de menor sentido de pertence com o local e, conseqüentemente, menor compromisso de cidadania. Ao contrário, nos municípios com maior porcentagem de naturais, a estreita relação com o local poderia ser condição essencial para alavancar o desenvolvimento democrático.

- **Rendimento domiciliar per capita:** nos municípios menores (até 20 mil habitantes), verifica-se um peso maior dos domicílios mais pobres (no qual a renda mensal é de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo), variando entre 37% e 42,5%. No caso dos domicílios com rendimentos acima de 2 salários mínimos, as variações segundo o porte são ainda mais significativas: de 13,2% nos municípios de até 5 mil habitantes para 44% nos municípios com população acima de 500 mil habitantes. Vale ressaltar a grande diferença entre os extremos de rendimento domiciliar verificada em todas as regiões do país revelando uma *associação positiva entre tamanho populacional e rendimento domiciliar per capita* (IBGE, 2004). Ou seja, conforme o maior tamanho populacional, maior o rendimento superior a 2 salários mínimos e, menor o rendimento até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Importante consideração deve ser dada a uma variável não mencionada neste estudo: o custo de vida. Como se sabe, os gastos com moradia, transporte, educação e alimentação tendem a ser menores nos pequenos municípios. Dessa forma, o indicativo rendimento domiciliar deveria levar em conta o poder de aquisição nas diferentes escalas populacionais, algo complicado diante da magnitude e heterogeneidade de condições do país.
- **Rendimento familiar – contribuição de aposentadorias:** tende a ser maior nos municípios menores: cerca de 35% dos idosos nos municípios com até 20 mil habitantes contribuem entre 30% e 50% do rendimento mensal

familiar, enquanto nos municípios com mais de 500 mil habitantes esse percentual é de 17,7%. Uma das possíveis explicações se relaciona à universalização dos benefícios da seguridade social ocorrida durante a década de 1990. Com a Constituição de 1988, foi implantado o regime de universalização de atendimento aos idosos e inválidos do meio rural. Considerando que esses municípios se caracterizam fundamentalmente como rurais, os idosos residentes nestas localidades puderam se beneficiar desta condição, o que gerou impactos significativos em termos de renda e bem-estar das famílias (IBGE, 2004), isto é, devem ser considerados os impactos sobre o papel dos aposentados nas relações familiares quanto ao cuidado dos demais familiares (filhos, netos, bisnetos), se continuam trabalhando e contribuindo com as despesas, seu lazer e dedicação, entre outros.

- **Educação – analfabetismo funcional:** a recorrência do analfabetismo funcional foi mais intensa nos municípios de menor porte populacional, passando de 39% nos municípios com até 5 mil habitantes até 15,6% nos municípios mais populosos. A provável explicação se dá em função da menor oferta de ensino nestas localidades ou, até mesmo, de menores exigências destes mercados de trabalho (IBGE, 2004). Todavia, este quadro vem se alterando de acordo com os censos escolares (INEP, 2006) que denotam a universalização da rede de ensino para todos os municípios.
- **Ocupação no mercado de trabalho:** os municípios de pequeno porte têm maior proporção de jovens ocupados no mercado de trabalho. Chegam a aproximadamente 22,5% contra 8,4% nos municípios maiores. Conforme o IBGE (2004), este fato resulta da atividade econômica rural que emprega tradicionalmente crianças e jovens, geralmente, em empreendimentos familiares. No grupo de idosos (60 anos ou mais), também há maior proporção de ocupados conforme o menor tamanho do município. Tal condição contraria o estereótipo de que os habitantes de pequenas cidades pouca coisa fazem além de curtir o marasmo ou a monotonia creditada a tais municípios.

Ainda nesta perspectiva de renda e trabalho, conforme reportagem disponibilizada em um dos sites de empregos mais populares do Brasil (o CATHO), o crescimento industrial das pequenas cidades é visível e está mudando o mapa do

emprego no Brasil. Conforme artigo do site: "Hoje em dia, é considerada antiga a idéia de que as melhores oportunidades de trabalho estão nas grandes cidades, nas metrópoles, nos grandes centros urbanos (RUIZ, 2007).

Relata-se que após inchaço populacional dos grandes centros devido à migração intensa de pessoas em busca de oportunidades de emprego, o fluxo industrial passou a influenciar o crescimento das cidades menores. Ressalta-se que os executivos estão preferindo o interior à capital por conta do custo de implantação de uma unidade produtiva, o custo da mão-de-obra e a qualidade de vida. Entre os demais estímulos, viver em algumas destas cidades chega a ser 40% mais barato do que viver em uma grande cidade como São Paulo: "muitas vezes, o funcionário do interior ganha menos do que na capital, mas tem uma qualidade de vida melhor" (RUIZ, 2007).

- **Características ambientais:** neste aspecto, um dos indicadores centrais entre os municípios é o esgotamento sanitário advindo da rede geral. Trata-se de um serviço precário no Brasil que atinge, em média, 56% dos domicílios urbanos e o patamar de 34% nos municípios com até 20 mil habitantes e 70% nos municípios acima de 500 mil habitantes. Conforme dados do Censo de 2000, a ausência de instalação sanitária é mais freqüente nos municípios menores (IBGE, 2004). Decorre disto que, se os pequenos municípios são maioria no Brasil, duas considerações importantes podem ser realizadas: 1) os efeitos da ausência de tratamento de esgoto estariam diluídos e seriam menos ofensivos ao meio ambiente dado a pequena dimensão destes municípios ou 2) estariam potencialmente atingindo proporções gigantescas ao considerarmos a magnitude territorial representada por estes municípios.

Outro estudo, o do Índice de Desenvolvimento Humano, também fornece considerações importantes. Em análise comparativa entre os anos de 1991 e 2000, o estudo geral do IDH-M brasileiro indica que municípios com menos de 50 mil habitantes têm crescimento médio de 15,9% no seu IDM-M na década de 90, avanço superior aos das cidades mais populosas (PNUD, 2003). Este indicador, representativo das condições de renda, escolaridade e longevidade poderia representar um “elemento aglutinador” de diversas características que revelam a

melhoria expressiva das condições de vida da população e de certa forma, positividade resultantes da criação destes pequenos municípios. Entretanto, apesar do avanço, alguns autores apontam para uma inviabilidade econômico-administrativa de tais municípios. Trata-se de um assunto contraditório já que também é apontado um favorecimento da distribuição tributária para os mesmos.

1.6 Breve síntese do comprometimento tributário dos municípios no Brasil

Conforme Gomes *et al.* (2005), a nova realidade política decorrente da Constituição de 1988 conferiu um novo arranjo político administrativo no qual o município teve um aumento percentual dos recursos tributários – passaram a deter 11,4% do total arrecadado no país. Embora a mudança tenha sido bastante significativa, o efeito do aumento do poder tributário no âmbito municipal foi muito pouco perceptível nas pequenas cidades, tendo em vista a baixa capacidade dos pequenos municípios de produzirem a sua própria receita (GOMES *et al.*, 2005).

Na mesma tendência, Veiga (2002) considera um equívoco afirmar que os pequenos municípios são os maiores beneficiários das distorções do sistema tributário. Conforme o autor, os maiores beneficiários são as capitais e os municípios com até 5 mil habitantes (chamados de anões municipais), já que conseguem captar em proveito próprio quase 11% das receitas fiscais finais do país. Dessa forma, os maiores prejudicados são os 40% dos brasileiros que vivem em pequenos e médios municípios (com população nos intervalos de 5 a 100 mil habitantes).

Conforme Bremaeker (2003), 73,2% dos municípios brasileiros comprometem mais do que toda a sua arrecadação tributária para custear serviços que a União e os Estados deveriam executar no seu território por sua própria conta. Conforme estudo deste pesquisador, a grande maioria destes municípios possuem até 20 mil habitantes e despendem com estas atividades quantia superior à que conseguem arrecadar com tributos próprios (Tabela 01).

Tabela 1 - Gastos médios efetuados pelos governos municipais com serviços de competência exclusiva da União e dos Estados frente às receitas total e tributária, segundo os grupos de habitantes (*). Brasil – 2002 (BREMAEKER, 2003).

Grupos de Habitantes (por mil)	Número de Municípios	Gastos Médios Com serviços da União e Estados	Receita Total Média (em R\$)	Receita Tributária Média (em R\$)
BRASIL	5.560	900.042	19.826.496	3.386.635
até 10	2.686	447.857	4.127.714	142.984
10 l-- 20	1.384	568.778	7.977.253	361.224
20 l-- 50	965	883.694	15.724.091	1.119.360
50 l-- 100	300	1.740.441	38.251.448	4.545.375
100 l-- 200	119	3.769.428	93.766.857	13.544.653
200 l-- 500	75	6.339.055	189.225.513	40.378.292
500 l-- 1000	19	14.261.054	457.085.082	92.426.302
1000 e mais	12	37.020.961	2.285.316.584	751.288.137

FONTES: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. – 2002.

IBAM. Banco de Dados Municipais (IBAMCO) – levantamento dos gastos municipais.

(*) Dados expandidos a partir de uma amostra de 4.130 Municípios para um universo de 5.560 Municípios. Observação: não foram levados em consideração os dados de Brasília (DF).

Conforme os dados da Tabela 01, 2.686 municípios com população inferior a 10 mil habitantes dependem mais do que o triplo do que conseguem arrecadar com tributos próprios e 1.384 municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes, comprometem o correspondente a uma vez e meia toda sua receita tributária com gastos que não seriam de sua competência (BREMAEKER, 2003).

Para Bremaeker (2003), decorre desta situação que “se os municípios continuarem a assumir os encargos das demais esferas de Governo, sem que seja efetuada a correspondente compensação financeira, não resta dúvida de que acabará por comprometer a qualidade dos seus serviços oferecidos à população”. Para o autor, a remuneração pela prestação destes serviços é bastante válida já que há maior proximidade com a população, podendo ser melhor oferecido a um custo menor.

1.7 Pequenos municípios: a marca da personalidade

Este tópico foi elaborado a partir do artigo “Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade”, de Joseli Maria Silva. Trata-se de um dos poucos trabalhos que refletem sobre a dinâmica de municípios de pequeno porte. A autora parte da premissa que as pequenas cidades foram esquecidas como integrantes da totalidade da sociedade moderna por serem consideradas como uma repetição atrasada das grandes cidades, fadadas a permanecerem no passado. Para desmistificar esta relação, propõe uma tematização das relações sociais a partir de reflexões da geografia cultural, conforme as considerações que se seguem.

Como característica essencial das relações sociais no município de pequeno porte é citada a personalidade, ou seja, o conhecimento mútuo ou face-a-face da

população. Trata-se de característica singular que exerce influência em diversos aspectos da sociedade ou sobre os membros da coletividade, desempenhados no âmbito cotidiano do indivíduo, da família e das relações de sociabilidade como vizinhança, lazer, amizade, concepção religiosa e trabalho. Portanto, que exercem influência nos comportamentos de convivência (SILVA, 2000).

Além do ambiente da casa que tem como referência a família, o ambiente fora de casa é altamente controlado, em primeiro lugar pela "vizinhança", que dependendo do porte populacional pode ser a cidade como um todo. Neste aspecto, a noção de "conveniência" é fundamental ao definir a necessidade de reconhecimento social que se estabelece na prática como uma convenção tácita, não escrita, mas legível por todos os cidadãos através dos códigos de linguagem e do comportamento no qual a sua transgressão pode "isolar" o "excêntrico" dos que "não são como nós". Não apenas como aspecto negativo, a conveniência possibilita a "coexistência de parceiros não necessariamente "ligados", isto é, sugere uma coerção social que obriga e abriga a vida coletiva pública para que seja possível para todos (MAYOL, 1996 *apud* SILVA, 2000). Em consonância com o exposto, os dois pontos de vista apresentados sugerem a sobreposição de possibilidades, ou seja, podem ocorrer de forma simultânea já que em qualquer ponto da cidade sabe-se com quem está falando. Portanto, as práticas vivenciadas são entre pessoas sempre identificadas com particularidades, reconhecidas e localizadas social e espacialmente. Justamente o oposto das metrópoles, marcadas pelo anonimato, o que é praticamente impossível na pequena cidade.

Assim, as relações de caráter formal são entrelaçadas com relações de afetividade ou proximidade, gerando uma confiança (ou o contrário) estabelecida em regras e códigos da "conveniência", estabelecidos com base na confiança pessoal, sendo que quem as infringe está também sujeito a perder os ganhos do capital relacional (SILVA, 2000).

Outro fato que se sucede do reconhecimento mútuo é o do reconhecimento das diferenças internas de cada grupo social e o lugar de cada um na estrutura da cidade. Isto não implica ausência de complexidade visto que tais municípios comportam universos alternativos como as diferentes religiões, pertencças políticas ou tradições étnicas que, ao se apropriarem do espaço, podem constituir territórios próprios. Além disso, a crescente ampliação dos sistemas de comunicação e a interação com outros

espaços pode potencializar a modificação de seus padrões sociais constituindo novas territorialidades (SILVA, 2000).

1.8 Síntese conclusiva

Em síntese, o capítulo apresentado objetivou evidenciar características que denotam a importância dos municípios de pequeno porte no Brasil. Assim mesmo, são escassos os estudos que analisam, refletem e propõem medidas para se pensar o planejamento, a gestão e as políticas públicas para este grupo de municípios. O próprio Estatuto da Cidade exige (com algumas ressalvas) municípios com menos de 20 mil habitantes a realizarem o Plano Diretor.

Dentre os principais debates que necessitam de aprofundamento e análise envolvendo a temática de municípios de pequeno porte estão a sua magnitude em números absolutos (quantidade de municípios), extensão territorial, estrutura tributária, viabilidade econômico-administrativa, autonomia e contribuição ao desenvolvimento sustentável e democrático consoante com os demais municípios, Estados e União, e as diferentes influências do mundo contemporâneo de fluxos intensos entre o local, o global e as escalas intermediárias.

Embora a maior porcentagem da população brasileira se concentre nas médias e grandes cidades⁹, ausentar os pequenos municípios das pesquisas pode ser uma grande perda de potencialidades de atuação.

Outra peculiaridade importante é a história fortemente marcada por condições assistencialistas e coronelistas dos pequenos municípios. Em tempos de conclamação da democracia participativa, descentralização e desenvolvimento local, entender melhor essas práticas e não apenas aponta-las é condição fundamental para o que se pretende.

Conforme Leroy *et al.* (2002), na impossibilidade de mudanças drásticas são necessários incentivos para mudanças locais partindo de micro-experimentos onde se possa apontar para políticas públicas de massa.

⁹ Apenas 4,1% dos municípios brasileiros, com mais de 100.000 habitantes, comportam mais da metade da população (IBGE, 2004).

CAPÍTULO 2

A Dimensão Política da Sustentabilidade Democrática¹⁰

2.1 Dimensões de sustentabilidade e contexto socioambiental

A sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável são palavras-chave na grande maioria dos documentos, estratégias e discursos sobre a atual conjuntura planetária. Desde suas primeiras aparições na década de 1980, passando por uma crescente popularização na década de 1990, temos agora neste início do século XXI uma gama de aplicabilidade para sua teoria e discussões acirradas sobre seu efetivo caráter. O fato é que a repercussão desses usos e discussões foi tamanha que seria inaceitável negar uma ínfima contribuição deste fato à sociedade.

De maneira bastante resumida, verifica-se que os conceitos formulados para esta perspectiva inicialmente se referiam à dinâmica ambiental, conservação dos recursos naturais e os limites de consumo. Basicamente, as discussões giravam em torno dos padrões do consumo no que se convencionou denominar “consumo sustentável”. Com o tempo, a noção de sustentabilidade foi sendo ampliada e tornando-se mais complexa. Passou a abordar vertentes diversas e, por conseguinte, integradas. Alguns exemplos desta visão mais ampliada são: Sachs (1992) que enfoca cinco perspectivas principais - Sustentabilidade Social, Econômica, Ecológica, Espacial e Cultural, e Teixeira (1998) que procura compreender a sustentabilidade (especialmente em ambientes urbanos) em cinco dimensões - Ambiental, Econômica, Social, Política e Cultural.

¹⁰ O termo sustentabilidade democrática é utilizado por Leroy et. al. (2002). Os autores reforçam que a sustentabilidade só pode ser alcançada por meio do plano social de participação e tomada de decisões representado, por exemplo, pelo sistema democrático em sua teoria.

Grazia e Queiroz (2001) utilizam o termo **sustentabilidade socioambiental**, que implica em uma alteração do modelo de desenvolvimento que se perpetua e faz do Brasil um campeão de desigualdade social e concentração de renda. Especialmente quanto a sustentabilidade urbana, os autores ressaltam que não se trata apenas da sustentabilidade ambiental, até porque não se considera que esta seja possível isoladamente: “trata-se não apenas pensar a base material da cidade – que já reflete as relações sociais – mas as próprias relações socioculturais, as relações de urbanidade” (GRAZIA e QUEIROZ, 2001).

Neste espectro de integração, as considerações de Leroy *et al.* (2002. p. 17-18) frente as relações estabelecidas entre o homem e a transformação da natureza, sugerem uma ordem histórica, que inclui valores e estão sujeitas a permanentes conflitos de interesses, o que remete o debate da sustentabilidade à necessidade de considerar a gestão política dos conflitos frente à escassez, frente aos recursos finitos e à noção de distribuição de renda. Neste sentido, mas não apenas no campo estritamente econômico, a sustentabilidade pode ser entendida como o “processo pelo qual as sociedades administram suas condições materiais, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais”.

Em síntese, no debate sobre a sustentabilidade houve uma ampliação das variáveis que constituem sua determinação. Isto é, mais do que se considerar os problemas de cunho eminentemente ambiental, a tendência foi contemplar suas causas diante das ações e fenômenos antrópicos, o que requer necessariamente considerações sobre as variáveis que interferem e determinam suas ações. O termo “socioambiental” tem sido frequentemente utilizado quando se quer compreender as relações dessas múltiplas variáveis. Mais especificamente, a **dimensão política** tem sido encarada como eixo fundamental pela qual as ações antrópicas se efetivam. Dessa forma, uma análise mais detalhada sobre sua abrangência se faz necessária para a compreensão de seus reflexos no contexto socioambiental.

2.2 A dimensão política da sustentabilidade: necessidades e ações

Conforme Teixeira (1998), a dimensão política da sustentabilidade busca garantir a participação efetiva e organizada da população nos processos de

planejamento, execução e fiscalização de projetos que beneficiem a maioria das pessoas, promovendo a cidadania ativa. Depreende-se disto que esta dimensão esteja presente em todos os setores da sociedade, composta pela reunião de pessoas e assuntos que dizem respeito a cada um e a todos ao mesmo tempo. Encerra princípios básicos de governabilidade, gestão e democracia.

Para Acselrad e Leroy (1999, p. 7), a partir da configuração da esfera política, a questão ambiental se torna apenas um “momento estratégico do debate sobre as finalidades legítimas da apropriação do mundo material”. Os autores creditam à democratização dos processos decisórios, o caminho fundamental pelo qual a sustentabilidade pode ser alcançada. Dessa forma, o desafio que se constitui é de “transformar as camadas populares em sujeitos políticos de seu ambiente material, econômico e cultural”. Tarefa difícil que requer o estabelecimento da primazia dos direitos, base e garantia da cidadania, e sua ampliação para além dos direitos civis até o campo dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (LEROY *et al.*, 2002, p. 25). Neste sentido, a finalidade última de políticas públicas é (ou deveria ser) possibilitar uma sociedade com a cidadania reconhecida a todos saindo de uma condição desigual por meio do exercício da democracia participativa: “a sustentabilidade do país nunca será alcançada sem a sustentabilidade política” (LEROY *et al.*, 2002, p. 160).

Santos e Motta (2004) identificam no debate sobre o desenvolvimento e sustentabilidade, discussões que primam para uma administração com ampliação da democracia e gestão participativa. Para sua operacionalidade, descreve a necessidade de se complementar estes conceitos e delinear estratégias de ação.

No mesmo sentido Acselrad (2005) coloca que é necessário explicitar politicamente os conflitos pela apropriação do meio ambiente:

“Ao invés de tentar simplesmente reduzi-lo artificialmente a uma transação econômica, o conflito entre diferentes projetos de apropriação dos recursos territorializados devem ser explicitados na esfera política, abrindo caminho para a elaboração coletiva de rumos para a democratização do acesso aos recursos naturais e para a desprivatização do meio ambiente comum” (ACSELRAD, 2005).

Assim, verifica-se no debate sobre a dimensão política da sustentabilidade muitas necessidades de ações e modelos a serem contemplados. Há certa escassez de estudos de casos reais. Algumas lacunas permanecem sem respostas como a

composição da dimensão política em diferentes esferas de um município, ou a própria configuração política dos diferentes municípios brasileiros, marcados por uma ampla heterogeneidade de condições. Questões à parte, não se pode deixar de notar que a dimensão política é bastante complexa e que alguns termos são abordados com maior frequência. Trata-se de variáveis indissociáveis para sua efetivação. “Política” e “Democracia” estão no clímax da discussão merecendo uma melhor compreensão na tentativa de preenchimento das lacunas existentes.

2.3 Política e Democracia: consenso, dissenso e a emergência da participação

Os acontecimentos políticos do passado recente do Brasil seguem seqüências e sucessões de fatos a caminho do que vem sendo chamado de “processo de democratização brasileira”. Uma história não-linear que encerra conceitos importantes para a compreensão dessa concreta experiência e suas perspectivas futuras¹¹ (KINZO, 2001).

Conforme Rancière (1996), **política** “é um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível”. Assim, na visão do autor, a política constitui o próprio dissenso, isto é, a discordância entre visões do mundo como tentativa de conciliação. A partir desta condição, Rancière (1996) parte de enunciados da filosofia política para tentar compreender o modo próprio da racionalidade política. Começa pelo conceito de cidadão formulado por Aristóteles no livro III da Política: “Um cidadão em geral é aquele que participa do ato de governar e do de ser governado”. Importante atentar para a denotação de poder e de uma superioridade sobre a inferioridade que lhe corresponde, tal qual o demonstrado pela ampliação das desigualdades sociais no mundo contemporâneo.

Neste sentido, Leroy *et al.* (2002, p. 27) consideram que a apropriação dos recursos de um território é definida em processos decisórios altamente dependentes do perfil das forças sociais hegemônicas e dos níveis de democratização que podem assumir as instituições políticas. Como unidade de análise, as relações de poder assumem formas diversas, algumas ocultas e outras bem visíveis.

¹¹ Para melhor compreensão deste processo de democratização brasileira, ver Kinzo (2001).

Para melhor elucidar, três grandes categorias foram descritas por Platão: diferença no nascimento, o par de opostos da ciência e da ignorância e, por fim, o que Platão chama ironicamente de escolha do deus, significado de acaso ou loucura, a **democracia**. Vale lembrar que, inicialmente, o termo democracia era utilizado como sinônimo de insulto e designava coisa grotesca e impensável (RANCIÈRE, 1996). Interessante sua comparação com designações mais recentes.

Para Bordenave (1985, p. 8) democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Mais do que isso, é tida como um estado de participação. Para Leroy *et al.* (2002, p. 23), a democracia é entendida como um processo de subversão interminável, de luta infindável, na medida em que cada conquista nos confronta com novos desafios, necessidades, ameaças, sonhos, perigos, ideais. Processo que deve necessariamente se espalhar do individual para o coletivo. Dessa forma, o fundamento de relacionamento e de dominação constituem aspectos comuns entre as definições encontradas.

Assim, a **política** surge nas sociedades como ruptura na passagem de uma lógica de dominação à outra. Isto requer que tais esferas de dominação co-existam, isto é, façam parte de um mesmo mundo no qual a prática do dissenso deve construir. Caso isto não ocorra ou haja uma confusão da dominação como elemento natural (o chamado consenso), incorre-se no risco de prevalecer a lei do nascimento como contestação ao governo de riqueza. Esta discussão parece descolada mas tem um cunho bastante atual. O **consenso** tem sido visto como a evolução do político. A ausência de conflitos é vista como forma do concerto entre parceiros que lidam de forma responsável com os dados de uma situação objetiva que se impõe a todos. Trata-se do “melhor discutir do que brigar”, uma situação de equilíbrio que apenas distribui os papéis de acordo com os interesses de cada parte. O consenso é a própria supressão da política e interiorização de nossa impotência face a uma necessidade que nos ultrapassa: “um sono sem sonhos que deve engendrar a paz” (RANCIÈRE, 1996).

Para Leroy *et al.* (2002, p. 52), valores, modelos culturais e regras do jogo em que se definem os interesses são considerados indiscutíveis e os interesses diversos são simbolicamente unificados. Decorrente desta situação, crescentes sintomas de ruptura dos laços de sociabilidade, de segregação sócio-espacial e violência social derrubam o caráter fictício destes aparentes consensos.

Contornar esta situação instalada e em desenvolvimento não é tarefa fácil. Isso porque mudanças na relação de poder requerem complexa engenharia política e a combinação de condições políticas, sociais e econômicas que ainda não estão suficientemente claras (SOUZA, 2001, p. 85). Deve-se ainda considerar o espaço de conquista de direitos, dentro do qual o Estado constitui-se em instrumento fundamental de garantia desses direitos perante os serviços públicos oferecidos à população: “Dentro da própria sociedade, as contradições entre setores diferentes não devem ser camufladas. A explicitação das divergências é condição para ações comuns” (LEROY *et al.*, 2002, p. 186).

Neste debate sobre política e democracia, apresentados como sinônimos em muitas das situações, uma breve análise de seus conceitos essenciais permite reflexões sobre a conjuntura pela qual passamos. É evidente a valorização do processo de democratização e da participação ao mesmo tempo em que consensos são apresentados e incorporados como patamares elevados de democracia. Questões que ponderem sobre características da política, democracia e a emergência da participação nestas relações são de importância vital para o entendimento e proposição de alternativas aos moldes de desenvolvimento resultantes.

2.4 Retomada da participação e qualidade política

Na década de 1980, Bordenave (1985) relata o crescimento do associativismo pelo uso freqüente da participação em setores cada vez mais numerosos da população. Cita os meios de comunicação ao convidarem os telespectadores a participar de sua programação ou partidos políticos conclamando aliados. Uma fase de início à era da participação, entretanto sem acompanhamento de um conhecimento generalizado do que é, seus graus e níveis, condições, dinâmicas e ferramentas (BORDENAVE, 1985, p. 8). Também nesta década, muitos governos locais introduziram mecanismos de incentivo à participação das comunidades no processo decisório das políticas públicas locais, tal qual a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre (RS).

Conforme Sampaio (2005, p. 47),

“... participar politicamente significa tomar parte nas decisões sobre políticas públicas. Consiste em formar opinião sobre uma decisão do Estado; em expressar, pública e livremente, essa opinião; e em vê-la levada em consideração.”

A própria Constituição Federal de 1988 destaca e favorece a instituição da democracia participativa. Conforme Souza (2001, p. 88), parece haver um consenso de que políticas participativas são um objetivo virtuoso para os países chamado Terceiro Mundo, especialmente os recém-democratizados. Para a autora esse consenso é tão forte que reúne os extremos do espectro político: dos conservadores à esquerda; das organizações multilaterais de financiamento mais comprometidas com a distribuição de renda até as que premiam as *best practices*.

Assim como no caso da sustentabilidade, “a participação transformou-se na palavra mágica de todo o projeto de governo local e no ‘abre-te-sésamo’ dos financiamentos internacionais” (SOUZA, 2001).

Entretanto, o fato que se configura no país é um tanto quanto oposto ao desejado. Sobretudo em tempos recentes parecemos viver em uma cultura de pouca participação. Ou talvez a participação tenha se transformado e não estejamos identificando e compreendendo sua nova (ou apenas diferente da tradicional) configuração.

Gehlen (2004, p. 98) pontua algumas características que refletem a cultura de pouca participação vislumbrada pelo país. A primeira delas, e talvez a causa das demais, está condicionada a uma vertente histórica de uma modernização e afirmação nacional vinculada ao conceito de civilização imposta e relacionada a uma forma social considerada desenvolvida (civilizada). A partir desta sobreposição de identidade sociocultural desde a Independência até o processo de redemocratização, a segunda e terceira características se referem a uma valorização do importado e trabalho produtivo, e subordinação sociocultural.

Demo (1996, p. 20) cita algumas idéias correlatas ao conceito de participação como o planejamento participativo, a pesquisa-ação, educação comunitária e política, alertando quanto ao risco de **banalização** da questão aos que ignoram os obstáculos à participação. Partindo do pressuposto que não há processo que não imponha coisa alguma o autor salienta a importância de se impor menos assumindo a tendência impositiva e a partir daí abrir espaços crescentes e nunca terminados de participação. Quanto aos assuntos de ordem pública estatal, a pobreza política é descrita pela falta de discernimento crítico perante as obrigações do Estado, o que facilita a manipulação de ações por aqueles que se encontram no poder.

Conforme Demo (1996), a qualidade política nas suas diversas associações apresenta alguns critérios:

1) **Representatividade:** processo de constituição de lideranças, devendo começar pela superação de vícios históricos;

2) **Legitimidade:** acordo comum que condensa a proposta de definição dos grupos;

3) **Participação de Base:** intensidade participativa, coesão organizada e compromissada ideologicamente para a realização de um projeto comum, na vibração da identidade de propósitos, do passado e do futuro;

4) **Auto-sustentação:** questão do suporte contra o assistencialismo, deve aparecer no funcionamento cotidiano de uma associação, o que geralmente se consegue através da contribuição dos membros (fundamental no sentido educativo-participativo de modo que o membro sinta a importância e o compromisso de manter a associação, que é sua integralmente).

Tais características instigam maiores considerações sobre as formas de participação e seus critérios de composição e influência.

2.5 Formas de(a) participação

O debate a seguir foi estruturado a partir de dois autores-referência sobre participação: Pedro Demo e Juan E. Díaz Bordenave. Verificou-se na literatura analisada uma derivação do conteúdo abordado por estes autores.

Para Bordenave (1985, p. 20) a participação se fixa no objetivo final da autogestão, isto é, autonomia de grupos populares frente aos poderes do Estado e classes dominantes. Isto não implica anarquia mas pelo contrário, aumento do grau de consciência política dos cidadãos, reforço do controle popular sobre processos respondendo aos seus anseios.

Para Demo (1996, p. 18) participação é em essência **autopromoção** e existe enquanto conquista processual, isto é, o autor se refere a participação como conquista para dar o significado de processo no sentido legítimo do termo: “infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo”. Conforme o autor, participação não deve ser entendida como dádiva visto que não seria produto de conquista e sim algo concedido por um doador. Também não deve ser encarada como concessão pois não é fenômeno residual e sim um eixo fundamental da política social Tampouco deve ser encarada

como algo preexistente, como se fora natural de um espaço, já que neste terreno há uma tendência histórica à dominação.

O Quadro 03 sintetiza algumas características sobre os objetivos da participação.

Quadro 3 – Objetivos da Participação.

Autopromoção	característica de uma política social centrada nos próprios interessados que passam a autogerir ou pelo menos co-gerir a satisfação de suas necessidades;
Realização da cidadania	qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres reconhecidos majoritariamente - igualdade e reconhecimento mútuos;
Implementação de regras democráticas	para evitar que processos participativos se degenerem em sessões repetitivas, cansativas, decepcionantes, pouco produtivas, de tal sorte que se instale o desânimo e a desmotivação por inabilidade na condução do processo, incompetência técnica ou política;
Controle do poder	para evitar a manutenção do poder perante aqueles que figuram no cenário político concentrando e perpetuando o domínio de sua classe por meio de uma legitimação em formas assistencialistas que se configuram “necessárias”;
Controle da burocracia	em vista de ser comum ocorrer o fenômeno do mau serviço à comunidade (sobretudo em países subdesenvolvidos), internaliza-se que a burocracia pública é algo normal. Para uma sociedade organizada e participativa isto não é tolerável sendo fundamental a cidadania organizada, capaz de reivindicar, pressionar e mudar as coisas;
Negociação	tratamento de divergências sobre o pressuposto das oportunidades equalizadas, isto é, de igual para igual pelo menos em tese; possibilidade de se reverem os pactos sociais e de se proporem outros (fundamental já que compromissos mútuos são acertados mediante a negociação);
Cultura democrática	processo de identificação comunitária que cristaliza traços característicos como o modo de ser e de produzir, organização e sobrevivência; naturalidade do funcionamento de processos participativos, marcados pelo acesso aberto ao poder, controle, burocracia comprometida com o serviço aos interessados, exercício constante das regras comuns de jogo, negociação como forma principal de tratamento das divergências e assim por diante.

(FONTE: DEMO, 1996 – organizado por CRIVELARO, 2007).

Importante ressaltar que a distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado constitui a diferença entre a participação ativa e passiva. O grau de participação dentro da participação ativa está relacionado a consciência do “ser” e “ter” parte em uma organização: “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte” (BORDENAVE, 1985, p. 22). Nesta perspectiva, algumas formas de participação são definidas, como mostra o Quadro 04.

Quadro 4 – Formas de participação.

Participação de Fato	atividades relacionadas ao ambiente familiar ligados aos seus costumes e tarefas para sobrevivência;
Participação Espontânea	para satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, envolvendo afinidades em comum. Geralmente grupos fluidos sem organização estável ou propósitos claros;
Participação Imposta	o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar certas atividades consideradas indispensáveis;
Participação Voluntária	grupo criado pelos próprio participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho; nem sempre a participação voluntária surge como iniciativa dos membros do grupo;
Participação Provocada	agentes externos ajudam outros a realizarem seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos

	(participação dirigida ou manipulada);
Participação Concedida	parte de poder ou influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores;
Participação Simbólica	os membros de um grupo têm influência mínima, mas são mantidos na ilusão de que exercem o poder. Caso de muitas cooperativas onde a gerência toma todas as decisões e os sócios se limitam a aprova-las;
Participação Real	os membros participam em todos os processos da vida institucional. Não de maneira igual mas todos indispensáveis.

(FONTE: BORDENAVE, 1985 – organizado por CRIVELARO, 2007).

Outra consideração importante diz respeito às forças de interferência nos processos participativos de grupos sociais (BORDENAVE, 1985, p. 47):

- **força das instituições sociais:** dogmas e normas canalizadas pela tradição e cultura, no qual a população se acostuma ao fato de poucos se encarregarem das decisões e atividades, reservando-se apenas o direito de criticar seu desempenho;

- **organização social informal, comportamentos padronizados e códigos de comunicação entre pessoas com contato freqüente:** maior participação quando o problema responde aos seus interesses;

- **diferenças individuais no comportamento participativo dentro dos grupos:** força positiva mas que exige tarefa de coordenação e complementação por todo o grupo, em especial, as lideranças;

- **a atmosfera geral de um grupo:** depende em parte do estilo de liderança existente (autoritário, democrático ou permissivo);

- **participação produtiva:** quando o grupo conhece a si mesmo e o seu ambiente - contínuo processo de produção de conhecimento e canais informativos;

- **mecanismo de realimentação:** mecanismo no qual os membros reconhecem de maneira rápida e efetiva as conseqüências de seus atos e os resultados da ação coletiva;

- **diálogo:** compartilhar experiências vividas, respeitar opiniões, tolerar discussões para se chegar num consenso satisfatório, domínio de técnicas de dinâmica de grupos e comunicação grupal;

- **tamanho dos grupos:** o nível de participação tende a baixar com o maior tamanho do grupo embora este tenha mais recursos.

Diante da sistematização exposta, é possível melhor situar as condições de participação bem como os limites que bloqueiam sua efetividade. Nesta condição, também é possível se pensar em alternativas para efetivação do conteúdo apresentado ou ainda verificar novas possibilidades sob óticas diversas.

2.6 Participação: alguns entraves

Do ponto de vista da governança pública, tem sido verificado que mesmo quando os governos buscam implementar mecanismos participativos voltados para integrar grupos menos poderosos nos processos decisórios, os mais poderosos têm força para impedir essa participação. Outro fato é que mesmo quando espaços são criados para que todos participem, as desigualdades socioeconômicas tendem a criar obstáculos à participação de certos grupos sociais. Cooptação também ocorre nos espaços de participação representativa em virtude do desequilíbrio entre governo e participantes, principalmente no que se refere ao controle da informação e dos recursos. Isto faz com que a participação seja manipulada pelos membros do próprio governo (SOUZA, 2001, p. 88).

A manipulação também pode ocorrer por meio daqueles que decidem os instrumentos pelos quais as atividades participativas se realizarão, desviando a atenção dos tradicionais detentores da decisão final:

“... além da preocupação sobre quem detém o poder do controle final das decisões num processo participativo, é necessário também manter um olho vigilante sobre a escolha dos instrumentos metodológicos da ação participativa, pois uma parcela substancial de poder de controle costuma acompanhar a escolha feita” (BORDENAVE, 1985, p. 75).

De forma relacionada, esta “camuflagem” de participação está presente em grande parte das organizações multilaterais, que procuram transformar os desorganizados em membros de uma sociedade civil que podem influenciar (mas não decidir) questões que o afetem diretamente. Essa visão não proporciona mudanças de longo prazo e de natureza estrutural demonstrando cautela em relação aos limites da participação popular no contexto da democracia representativa (SOUZA, 2001, p. 89).

Nestas considerações sobre poder, é preciso ponderar que há certa utopia quanto sua eliminação imediata sendo bastante válido a busca de outras formas de

poder para intervir na realidade. Para Demo (1996, p. 21), essa forma alternativa deve passar por dois momentos cruciais: a autocrítica (sobretudo ao se reconhecer tendências impositivas) e o diálogo aberto com os interessados (não mais vistos como objeto). Depreende-se disto o caráter interativo entre os participantes num espaço dialogado no qual se tenta ao máximo evitar imposições, o que suscita a dependência de que tal ambiente seja um espaço comum de todos, isto é, que a forma de poder esteja galgada no bem da coletividade.

Neste aspecto, um grande entrave à participação democrática no Brasil, conforme Sampaio (2005), é o seu passado colonial não inteiramente exorcizado e que envolve uma complexa operação para impedir o confronto de argumentos. Tal fato é resultando da herança de uma cultura autoritária que hierarquizava o poder, por exemplo, de senhores de terras sobre sua mulher, da mulher sobre os filhos, dos filhos sobre os empregados, dos empregados mais categorizados sobre o menos etc.

Outro grande entrave, conforme Sampaio (2005), é a falta de informação que sustente um debate objetivo, sem distorção da realidade. O autor cita o exemplo da violência, no qual se discute a adoção de medidas repressivas quando as soluções efetivas passariam por medidas de urbanização, emprego, salários adequados, escolas de qualidade e outras ações que afetariam os interesses das elites dominantes.

2.7 Novas variáveis: desenvolvimento local e descentralização

A exemplo da sustentabilidade, outra palavra-chave encontrada com facilidade nos debates sobre a conjuntura atual refere-se ao desenvolvimento local e descentralização. O debate a seguir emerge no contexto da administração pública.

Alguns autores fazem uma leitura otimista da descentralização, atribuindo-a capacidade de 'reinvenção do governo' pela aproximação da comunidade, já que pode conciliar demandas coletivas e individuais, além de aumentar o bom governo local. Outros, entretanto, são mais céticos quanto a essa possibilidade diante das características do país, notadamente marcado por desigualdade social, econômica e regional (SOUZA, 2001, p. 84). No que se refere à participação da comunidade, muitos governos locais estão engajados em desenvolvimento de mecanismos que vão desde os conselhos comunitários até os orçamentos participativos.

Para Nunes (1996), neste panorama da valorização do poder local e descentralização tem-se um problemático consenso perante transformações globais

que se impõem às consciências. Assim há um desajuste funcional dentro do pensamento político moderno¹². Para com os municípios, conforme o autor, a construção do Estado Moderno é dada por uma luta para despotencialização dos poderosos locais (o privado submetido ao poder público). Trata-se de uma passagem de sociedades oligárquicas para uma sociedade massiva, fortalecida pelo poder estatal, que atribui recursos de poder alterando forças entre indivíduos da sociedade local.

Conforme Nunes (1996), na territorialização do poder político importantes conseqüências são deixadas de lado:

“... carece-se de uma teoria capaz de explicitar, no plano do Estado, a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas. De uma teoria que ilumine o papel das práticas políticas locais na construção da ordem” (NUNES, 1996, p. 33).

Caso clássico, o clientelismo e assistencialismo, são constatados na maioria dos estudos sobre poder local, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Tais estudos insistem em estranhar este fato quando na verdade deveriam se dar conta que estamos diante de um fenômeno, senão parte do governo representativo em geral, apenas uma forma específica deste. Aprofundar o entendimento das relações existentes e factuais sobre o poder local poderia ser mais útil à simples denúncia destas condições.

Outra análise sobre o tema do desenvolvimento local é realizada por Bava (1996) perante a agenda de eventos internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas. O autor descreve que, no cenário de crescente urbanização aliada ao agravamento da pobreza, exclusão social e degradação ambiental, surge a proposição de que a solução para tais fenômenos está reservada à atuação dos governos locais perante algumas sugestões básicas de fortalecimento do processo de descentralização, chamamento à participação da sociedade civil e o intercâmbio entre *best practices* generalizadas por redes de informação. As prefeituras, marcadas pela visão assistencialista, programas de geração de emprego e renda, ações de solidariedade no combate à fome e investimentos em infra-estrutura urbana se configuram como o caminho de dignidade entre os cidadãos. Conforme o autor trata-se de uma aparente preocupação social baseada no diagnóstico das conseqüências, e

¹² A legitimidade da política moderna é dada pela soberania popular como garantia de que o particular não dominará pelo uso do seu poder privado (NUNES, 1996).

não de suas causas, que não leva em conta o papel da política por parte de Estados nacionais ou mesmo das agências multilaterais frente ao modelo atual de organização global dos mercados e seu desenvolvimento. Assim, embora o desenvolvimento local ganhe destaque diante da conjuntura e hegemonia do pensamento neoliberal, as prefeituras são empossadas a uma lógica que escapa à sua governabilidade: “Uma leitura possível desse processo é que os Estados nacionais passam a transferir a gestão do conflito social e das carências para os governos municipais” (BAVA, 1996, p. 55). A situação se torna mais complexa mediante confrontos dos governos nacionais e movimentos sociais, acarretando uma fragmentação do espaço público e retrocesso democrático.

Diante das críticas ao modelo neoliberal de Reforma do Estado, Bava (1996) cita o papel reconhecido à esfera estatal no sentido de redistribuir e regular os conflitos sociais, atuação inimaginável por parte da lógica do mercado. O autor considera:

“São de extrema importância para esse processo de transformação social as práticas cotidianas de defesa da cidadania, o fortalecimento dos atores sociais coletivos enquanto agentes promotores do desenvolvimento, o processo de descentralização de políticas públicas, o fortalecimento dos municípios enquanto esferas autônomas de governo, etc.” (BAVA, 1996, p. 56).

Conforme Pitteri (2005), as visões apresentadas são divergentes e complementares em alguns aspectos. As circunstâncias demonstram a base territorial do desenvolvimento local. No Brasil, a Reforma do Estado teve seu início caracterizado por um modelo de gestão que previa a descentralização das organizações públicas e implementação da administração pública gerencial. Algo que refletia em todas as instâncias governamentais, exigindo um amadurecimento no processo político a fim de tornar a democracia mais participativa. Tarefa difícil pelo histórico de períodos anti-democráticos e centralizadores como o Regime Militar. Dessa forma, a questão da descentralização exige a emergência de necessidades até então inexistentes. Algo que supere patamares políticos de democracias de elite e opinião pública. Neste sentido, importante destacar o papel conferido aos municípios, em termos de federação, como a menor unidade política de atuação.

Assim, ao considerarmos que a organização estatal central existe para viabilizar o desenvolvimento local e, na composição dele, viabilizar o desenvolvimento global da sociedade em questão (DEMO, 1996, p. 102), ponderar

sobre os benefícios e prejuízos da descentralização é fundamental sob perspectivas diversas, em especial dos municípios.

2.8 Planejamento urbano, municípios e democracia

Conforme Grazia e Queiroz (2001), tem sido demonstrado que onde as administrações municipais se abriram à participação das organizações comunitárias, movimentos populares, organizações não governamentais e entidades de classe, tem sido possível a formulação de projetos que buscam a lógica redistributiva e a sustentabilidade socioambiental.

Para Nunes (1996), entretanto, quando a participação é franqueada às classes subalternas é inevitável a formação de oligarquias políticas sob a égide de instituições democráticas. O autor resgata a teoria das organizações políticas, de Robert Michells, para elencar que a reunião de muitos, no caso, cidadãos dependentes, necessita de **organização**. Para tanto, o sujeito engendrado no panorama territorial atual são os profissionais políticos, ficando tais representações condicionadas às soluções escolhidas. Em estudo sobre governos locais na América Latina, verificou-se que, com a investida da descentralização em países unitários, sólidas instituições se esvaeceram pulverizando a força dos atores e conflitos sociais. Em países federativos (como Brasil e Argentina) ocorreu o mesmo: “o que, quem, como, onde e quando se decide causa um impacto sensivelmente sobre quem se organiza e o que constitui uma pauta de reivindicações” (NUNES, 1996, p. 37). Típico caso do clientelismo e influências econômicas que são reais e merecem ser estudadas.

Uma possível análise dos reflexos de influências gerais sobre a governabilidade municipal pode ser sentida pela instrumentação representada, entre outras coisas, pelo planejamento urbano.

Por meio da dimensão política analisada com instrumentos específicos de atuação na esfera municipal, pode-se observar o planejamento urbano como objeto de proposta social visando transformar a sociedade, garantir o bem-estar dos cidadãos e o acesso ao uso da cidade, qual seja seu direito. Neste ínterim, tratar o planejamento urbano sob a esfera política é atribuir-lhe a responsabilidade pela administração de conflitos sociais frente à disputa entre vários segmentos em torno de interesses e necessidades (CARVALHO, 2001).

Menezes e Jannuzzi (2005) avaliaram o grau de formalização do instituto do planejamento nos municípios brasileiros e a sua efetividade social em termos de melhoria das condições de infra-estrutura urbana frente ao grau de complexidade das demandas urbanas¹³ e disponibilidade de recursos monetários do município. Os autores trabalham com o seguinte questionamento: um maior grau de institucionalização do planejamento municipal pode significar melhor estruturação e disponibilização dos serviços urbanos? Uma síntese dos resultados está contida na Tabela 02.

Tabela 2 - Frequência de Municípios que dispõem dos Instrumentos de Planejamento – Brasil.

Instrumentos de Planejamento		Frequência	
		absoluta	percentual
Finanças	Lei de Diretrizes Orçamentárias	5.356	96,3
	Lei de Orçamento Anual	5.206	93,6
	Plano Plurianual	5.131	92,3
Manutenção e Intervenção Territorial	Lei de Perímetro Urbano	4.150	74,6
	Plano de Governo	2.546	45,8
	Lei de Parcelamento do Solo	1.819	32,7
	Lei de Zoneamento ou Equivalente	1.260	22,7
	Plano Diretor	980	17,6
Planejamento de Caráter Estratégico	Legislação sobre Áreas de Interesse Especial	755	13,6
	Legislação sobre Áreas de Interesse Social	646	11,6
	Plano Estratégico do Município	233	4,2

(FONTE: MENEZES e JANNUZZI, 2005 – organizado por CRIVELARO, 2007).

O partir dos dados da Tabela 02, os autores distinguem três grupos de instrumentos do planejamento municipal, que além de se aproximarem nas frequências, têm semelhanças no aspecto funcional e utilitário. O primeiro grupo, composto por quatro instrumentos, tem presença maciça nos municípios e corresponde aos instrumentos de planejamento relacionados às **finanças** dos municípios. O segundo grupo, com percentual de frequência entre 18% e 50%, são instrumentos voltados ao planejamento territorial básico, que viabilizam a **manutenção e intervenção no território**. O terceiro grupo, com presença mínima num intervalo de 4% a 14% dos municípios, compõe instrumentos de **caráter mais estratégico** com base em uma configuração social futura. A partir de outras análises complementares, Menezes e Jannuzzi (2005) concluem que a infra-

¹³ Avaliada pela densidade populacional e grau de urbanização.

estrutura de serviços urbanos é melhor nos municípios com maior complexidade no planejamento municipal. Este por sua vez, guarda forte relação com o grau de complexidade urbana e demanda de serviços urbanos (medidos pela densidade demográfica e grau de urbanização), e fraca relação com a renda per capita do município. Assim, o fato de o município estar melhor estruturado em termos de planejamento deve ter impacto na melhoria das condições de oferta da infraestrutura urbana, apontando para a tese da efetividade social do planejamento.

O tópico apresentado procura estabelecer algumas considerações sobre descentralização, democratização e desenvolvimento local. Como foi visto, há divergências entre o relacionamento dessas variáveis. Uma possível forma de compreensão pode ser projetada a partir de dados indiretos que refletem fatores da governabilidade e dimensão política dos municípios, sobretudo em relação à administração municipal. Neste âmbito, os instrumentos de planejamento urbano são passíveis de análise (como o estudo apresentado). Entretanto, algumas questões podem ser consideradas e contestadas quando dinâmicas qualitativas são incorporadas. Por exemplo, quando situamos serviços de caráter intermunicipal, isto é, sua territorialidade não isolada. Além disso, a análise galgada apenas em números (como a inexistência de instrumentos do planejamento pensada como ausência de demanda social) pode ocultar ou camuflar condições socioambientais adversas, impreterivelmente condicionadas por sua configuração política. Um enfoque especial que se sucede desta afirmação são os municípios de pequeno porte, na sua maioria com carência de instrumentos de planejamento mas não necessariamente de demanda e oferta de serviços públicos.

2.9 Síntese conclusiva

O debate apresentado demonstra que diversas são as posições e reflexões envolvendo a dimensão política da sociedade ou dos municípios.

Mais do que tomar partido, sua apresentação objetivou demonstrar que o fundamental nesta análise é justamente a qualificação múltipla desta complexidade de relações envolvendo interesses e configurações diversas. A contribuição do conceito democrático que se idealiza é o de minimização das desigualdades

socioambientais perante as características de justiça, liberdade e igualdade para todos.

Norteados por este ideal, a identificação dos espaços ou arenas políticas de participação, escolhas e decisões de forma a contemplar o maior grau de representatividade da sociedade é condição essencial para correção, adequação e minimização das contradições do passado e presente, de forma a melhor satisfazer o futuro da sociedade.

Portanto, reafirma-se a necessidade de estudos relativos à dimensão política nas diferentes esferas da sociedade já que há uma carência sobre seus reflexos no contexto socioambiental. Além disso, quando considera-se os municípios de pequeno porte nesta abordagem, esta carência é potencializada.

Num país com grande maioria de pequenos municípios como o Brasil, entender as configurações e relações desenvolvidas na/da esfera política consiste em análise estratégica fundamental para o seu planejamento e desenvolvimento sustentável e democrático.

CAPÍTULO 3

Estudo de Caso – Urupês (SP)

3.1 Caracterização da area

O município de Urupês está situado na Região Administrativa¹⁴ (RA) de São José do Rio Preto, noroeste do Estado de São Paulo (Figura 02). Para melhor entendimento de seu contexto descreve-se a região administrativa e, por conseguinte, o município de Urupês. Esta estratégia se deve pela tendência verificada a partir de diversos indicadores que demonstram semelhanças entre os municípios de pequeno porte da região no que diz respeito a ampla variedade de relações intermunicipais (entre os de pequeno e médio porte) que desempenham nos setores de educação, saúde, lazer, fornecimento de matéria-primas, alimentos, industrialização de produtos etc. Dessa forma, as considerações sobre a RA facilitam a compreensão do estudo de caso e permitem inferências para os demais municípios da região.

¹⁴ O Decreto Estadual Nº 26.581 (1987), norteado pela busca de “divisões geográficas harmônicas para fins de planejamento e tratamento mais coerente do conjunto dos problemas sócio-econômicos de cada comunidade”, compatibiliza as Regiões de Governos estabelecidas pelo Decreto Nº 22.592 (1984) com a divisão territorial e administrativa do Estado de São Paulo, as chamadas Regiões Administrativas (RA's). Excetuando-se a Região Metropolitana de São Paulo, são estabelecidas 11 RA's. Conforme o inciso VIII, a Região Administrativa de São José do Rio Preto é integrada pelas Regiões de Governo de Catanduva, Fernandópolis, Jales, São José do Rio Preto e Votuporanga.

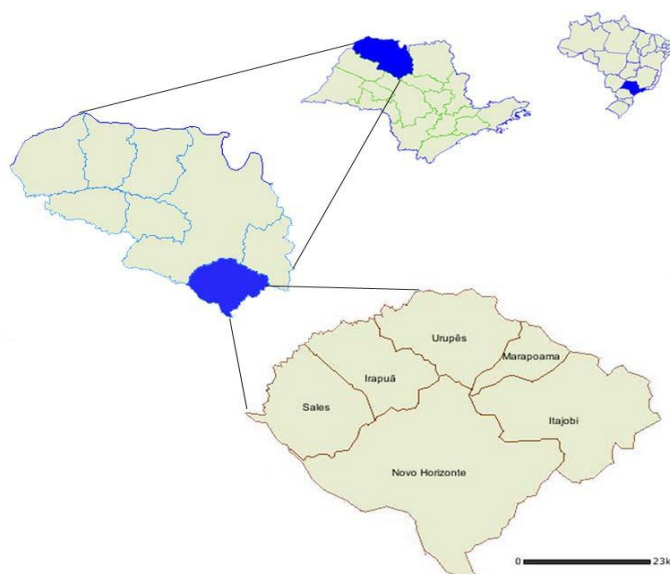


Figura 2 – Divisões Territoriais com ênfase à Região Administrativa de São José do Rio Preto e ao município de Urupês – sem fins cartográficos (FONTE: IBGE, 2005 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

3.1.1 Região Administrativa de São José do Rio Preto

3.1.1.1 Histórico

Com sede em São José do Rio Preto a história dessa RA se inicia com o desbravamento e a ocupação do solo do sertão paulista, em meados do século XIX. A partir de 1840, mineiros fixaram-se e deram início à exploração agrícola e à criação de animais domésticos. Em 1904 é criada, pela Lei nº 903, a Comarca de Rio Preto. A partir de 1906 a cidade tem seu nome reduzido para Rio Preto. Somente em 1945 retoma o nome original de São José do Rio Preto.

Com a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), em 1912, a cidade assume o seu destino de pólo comercial de concentração de mercadorias produzidas no então conhecido "Sertão de Avanhandava" e de irradiação de materiais vindos da capital.

A origem do nome do município vem da junção do padroeiro da cidade, São José, e do rio que corta o município, o Rio Preto (SJRJP, 2006).

3.1.1.2 População, Território, Acesso, Economia

A RA de São José do Rio Preto está situada a oeste do Estado de São Paulo. Apresenta população estimada em 1,3 milhão de habitantes, o equivalente a 3,5% da

população estadual. Aproximadamente 90% da população regional reside em áreas urbanas, índice abaixo da média estadual, de 93,4%. Cerca de 44% dos municípios contam com menos de 80% da população nas áreas urbanas (SEADE, 2004a).

Ocupando 10% do território estadual e apresentando uma densidade demográfica de 51 hab./km², a região é composta por 96 municípios, sendo a maior em número de municípios. Apenas três deles possuem densidade demográfica superior a 200 hab./km²: Mirassol, Catanduva e São José do Rio Preto. O município de São José do Rio Preto é o maior pólo regional, concentrando 28% da população. Somado a Catanduva, Fernandópolis, Mirassol e Votuporanga, tem-se uma área com cerca de 50% da população da região.

Muitos municípios que integram esta RA (76%) são pequenos, com até 10 mil habitantes, concentrando 24,6% da população da região (ver Tabela 03 e Figura 03). Seu crescimento populacional quando comparado com outras regiões do oeste do Estado, como as Regiões Administrativas de Marília, Araçatuba e Presidente Prudente, apresenta taxa relativamente maior. Todavia, no contexto intra-regional, o ritmo de crescimento mostra-se bastante diferenciado (SEADE, 2004a).

Tabela 3 - Distribuição da População, segundo tamanho populacional dos municípios - Região Administrativa de São José do Rio Preto – 2002 (SEADE, 2004a).

Tamanho dos Municípios	População		Número de Municípios
	Números Absolutos (1º de Julho)	%	
RA de São José do Rio Preto	1.335.011	100,00	96
O a 10.000 hab.	328.505	24,61	73
Mais de 10.000 hab. a 20.000 hab.	174.102	13,04	13
Mais de 20.000 hab. a 50.000 hab.	159.699	11,96	5
Mais de 50.000 hab. a 100.000 hab.	190.988	14,31	3
Mais de 100.000 hab. a 500.000 hab.	481.717	36,08	2
Mais de 500.000 hab.	-	-	-

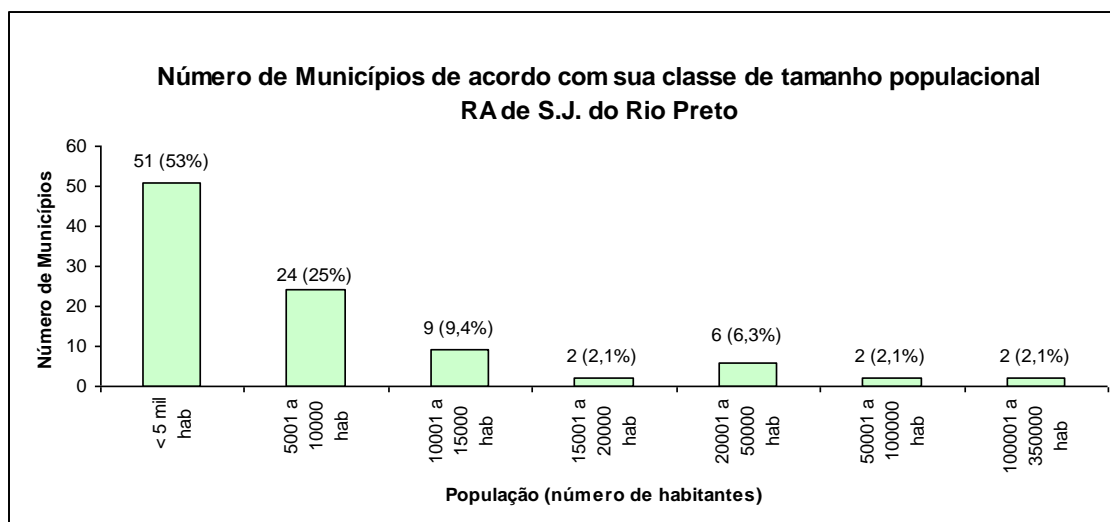


Figura 3 – Classes de tamanho populacional e número de municípios da RA de São José do Rio Preto (FONTE: IBGE 1996, 2002 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

Seguindo a tendência estadual, a região vem apresentando importantes alterações em sua estrutura etária, expressas por menor proporção de crianças, maior população em idade ativa e proporção crescente de idosos. Comparado à média estadual, a estrutura regional etária está mais envelhecida (SEADE, 2004).

Outro ponto importante no que se refere à classe de tamanho populacional é que os municípios com até 10 mil habitantes correspondem a aproximadamente 60% da área (em Km²) da RA (Figura 04).

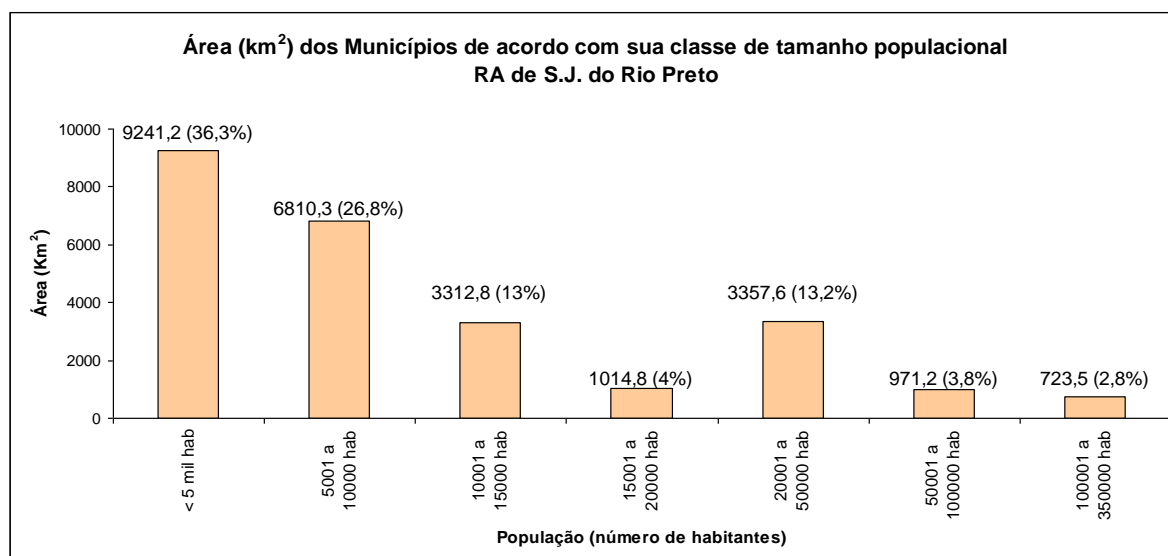


Figura 4 – Classes de tamanho populacional e área dos municípios da RA de São José do Rio Preto (FONTE: IBGE, 1996, 2002 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

Dentre as diversas implicações, podemos citar a base territorial da produção agropecuária e de manutenção ou degradação dos recursos naturais representada

pela extensa área destes pequenos municípios. Como ente da federação, cada município tem sua “relativa” autonomia para desempenhar seu caminho de desenvolvimento. Entretanto, estratégias regionais focalizadas sobretudo em infraestrutura, tal qual ocorreram na década de 1970 e veremos a seguir, culminam por configurar certa homogeneidade de características sócio-econômicas aos municípios da região, marcadamente com influência mútua no fluxo de relações entre as cidades maiores (São José do Rio Preto, Catanduva, Fernandópolis, Mirassol e Votuporanga) e as pequenas cidades que as rodeiam.

Basicamente, o fluxo de relações econômicas e de infra-estrutura na RA de São José do Rio Preto a configuram como notável eixo de escoamento da safra agrícola e de manufaturados da região centro-oeste do Brasil. É cortada pelas rodovias Washington Luís (SP-310) — que permite o acesso à região centro-oeste do país e que liga a região a São Paulo, ao litoral paulista e ao Porto de Santos; Transbrasiliana (BR-153) — que liga o norte ao sul do país, permitindo o acesso à Argentina e ao Uruguai; e, Assis Chateaubriand (SP-425) — que vai do sul de Minas Gerais ao norte do Paraná, dando também, acesso a Ribeirão Preto/SP. Ainda assim, é servida pela Ferronorte, antiga Ferrovia Alta-araraquense, que liga São Paulo à Santa Fé do Sul/SP e pelo Aeroporto Estadual Prof. Eriberto Manuel do Reino (SJRJ, 2006).

Conforme Negri (1994 apud PETISCO, 2006), o município de São José do Rio Preto fez parte das Políticas de Interiorização do Desenvolvimento integrando o Programa de Cidades Médias após a década de 1970. O município recebeu investimentos federais e estaduais tendo desenvolvido consideravelmente sua economia e infra-estrutura. A produção agrícola abundante e diversificada associada à produção industrial manteve seu crescimento mesmo na crise dos anos 1980. Além disso, a história da região de São José do Rio Preto registra o desenvolvimento do comércio desde sua origem, influenciada pelos imigrantes. Outro programa da política econômica federal, o Proálcool, conferiu vultosos investimentos na região colocando as cidades do interior no mais acelerado ritmo de desenvolvimento e na dianteira dos investimentos públicos em infra-estrutura.

Os reflexos das políticas da década de 1970 para a região ainda são visíveis já que, ainda hoje, a economia da RA de São José do Rio Preto é fortemente apoiada na agropecuária. Os produtos mais significativos da região são a cana-de-açúcar, a laranja para a indústria e de mesa, a carne bovina e o leite. Segundo o valor da

produção, esses itens estão entre os mais representativos das diferentes sub-regiões que compõem a RA, com algumas alternâncias quanto ao produto principal. Na região de Catanduva, a cana-de-açúcar é o principal produto, responsável por 45% do valor da produção agrícola. No extremo noroeste a carne bovina aparece como principal produto, com participações que variam de 26% a 38% na região de Fernandópolis, Jales, Votuporanga e em São José do Rio Preto. Ainda deve ser ressaltada a atividade moveleira, produção de alimentos e bebidas, confecção de artefatos de couro, fabricação de artigos de borracha, plástico e metal e peças de vestuário. Dentre os segmentos de serviços, os que mais empregam são: saúde (8,6%), transporte (7,2%) e educação formal (6,5%). Os investimentos anunciados para a Região Administrativa de São José do Rio Preto indicam maior direcionamento para o refino de álcool e para a indústria de alimentos e bebidas, confirmando a potencialidade da região (SEADE, 2004a).

3.1.1.3 Índice Paulista de Responsabilidade Social¹⁵ e Índice de Desenvolvimento Humano

Para uma análise de indicadores com ênfase social, parte-se do Índice Paulista de Responsabilidade Social desenvolvido pela Fundação Seade. Conforme o índice, a RA de São José do Rio Preto está assim classificada (ver também Figura 05): no **Grupo 1**, que reúne municípios com bons indicadores nas três dimensões do índice, foram classificados 7 municípios, entre eles São José do Rio Preto; no **Grupo 2**, que congrega aqueles com bons indicadores de riqueza, mas pelo menos um dos indicadores sociais insatisfatório, um município foi classificado; no **Grupo 3**, cuja característica é agregar municípios com baixo indicador de riqueza, mas indicadores sociais satisfatórios, classificaram-se 62 municípios (a maioria); no **Grupo 4**, municípios com baixos níveis de riqueza e indicadores sociais intermediários,

¹⁵ O IPRS compartilha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano mas incorpora outras variáveis que complementam a abrangência do seu resultado. Basicamente são utilizados: a) indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego; b) indicador de longevidade: projeções populacionais e dados do Registro Civil produzidos anualmente pela Fundação Seade; c) indicador de escolaridade: dados provenientes dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e informações referentes ao Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) órgão pertencente ao Ministério da Educação (MEC). Para maiores informações SEADE, 2004a.

enquadraram-se 24 municípios e no **Grupo 5**, municípios com baixos indicadores sociais e de riqueza, apenas dois (SEADE, 2004a).

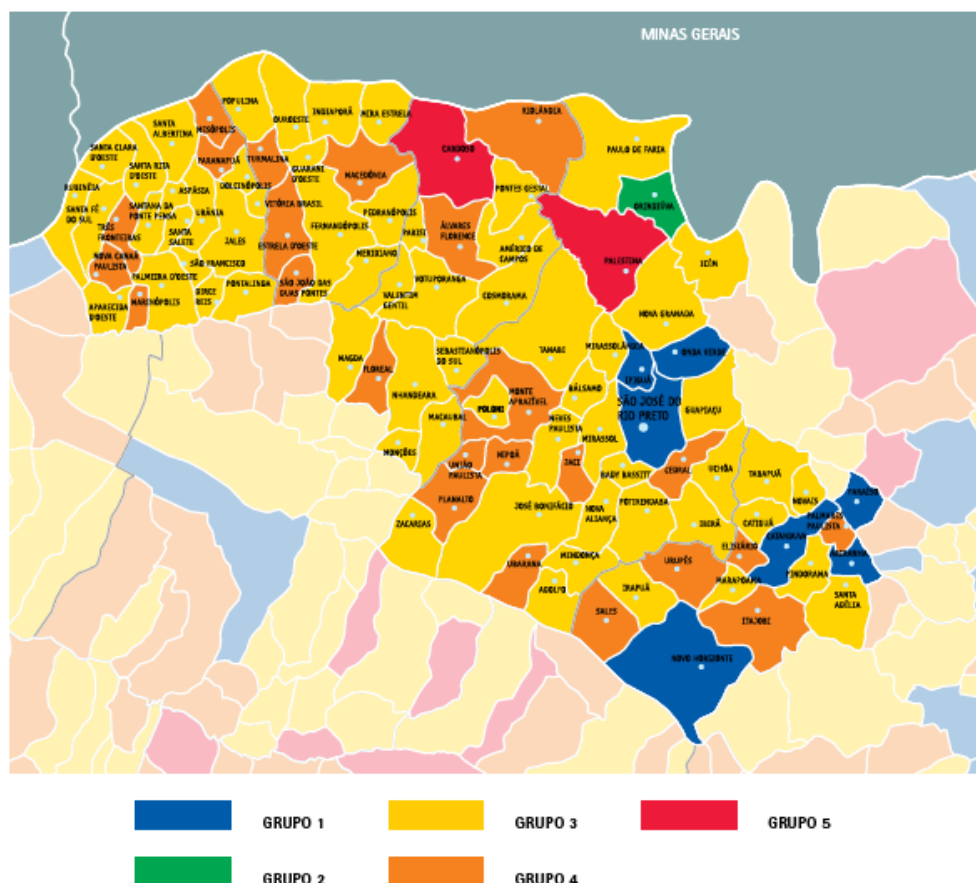


Figura 5 – Os municípios da RA de São José do Rio Preto e o IPRS que estão inseridos (SEADE, 2004a).

O exame dos grupos do IPRS mostra que o Grupo 1, onde estão 36,5% da população, e no Grupo 3, onde estão 54% da população, evidencia-se o bom desempenho de indicadores sociais (mesmo que no Grupo 3 o índice de riqueza seja menos satisfatório). O Grupo 4 (com 8,9% dos habitantes da região) constitui um agrupamento intermediário de municípios que vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, apesar da pouca riqueza. E o Grupo 5, com 0,5% da população, é aquele no qual os municípios ainda se mantêm em situação de pobreza. Nessa região, apesar de não apresentar níveis elevados de riqueza, seus moradores têm acesso a alguns benefícios sociais que minimizam os seus riscos à pobreza, uma vez que a maioria de sua população (90,7%) reside em municípios que oferecem um conjunto de serviços sociais que contribuem para seu nível de bem-estar (Grupos 1 e 3 do

IPRS). Um cenário, portanto, mais favorável para minorar os riscos inerentes à pobreza de moradores em áreas de alta ou média vulnerabilidade (SEADE, 2004b).

A análise do IPRS mostra que, apesar de a região ocupar a 10^a posição (entre as 15) na dimensão riqueza, sua situação social se destaca, uma vez que ocupa as primeiras colocações (entre os três primeiros) tanto na dimensão longevidade quanto na de escolaridade. Dessa forma, trata-se de uma região que apresenta municípios com características semelhantes no âmbito social, a despeito da pouca riqueza (SEADE, 2004b).

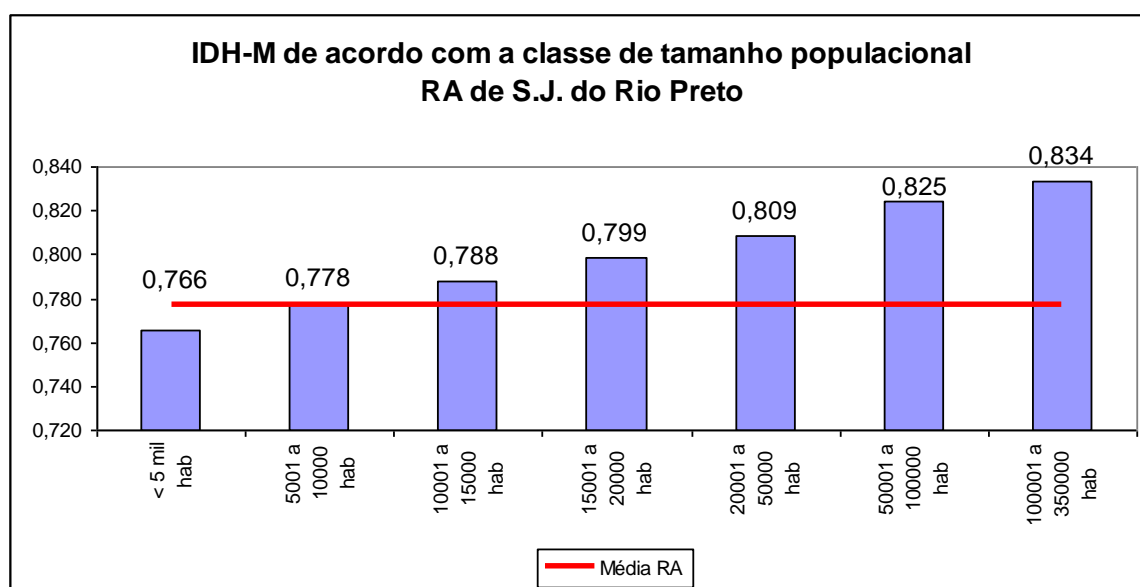


Figura 6 – Classes de tamanho populacional e IDH-M da RA de São José do Rio Preto (FONTE: PNUD, 2003 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

Em relação ao IDH-M, nota-se que, na RA de São José do Rio Preto (Figura 06), conforme a maior classe de população, maior o valor do índice embora a maioria das classes esteja acima de média estadual. A mesma tendência é válida para o IDH-M Educação e Renda da RA (Figura 07 e 08).

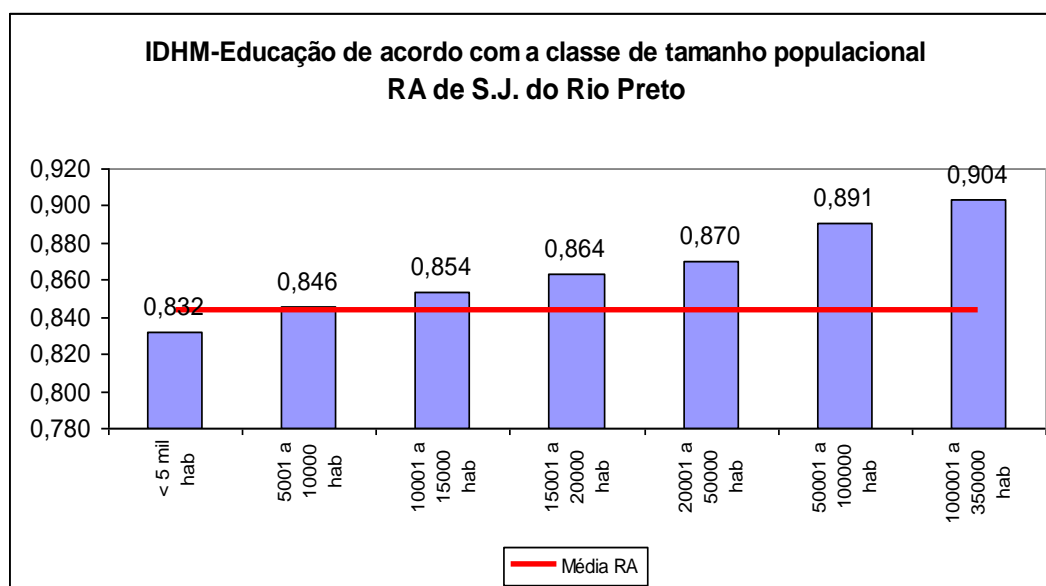


Figura 7 – Classes de tamanho populacional, IDHM- Educação da RA de São José do Rio Preto (FONTE: PNUD, 2003 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

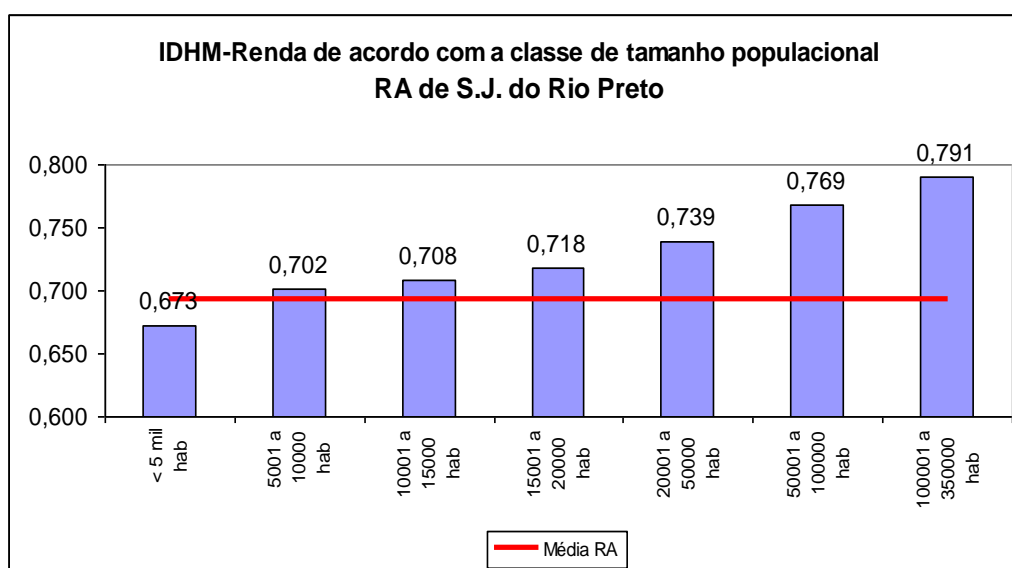


Figura 8 – Classes de tamanho populacional, IDHM-Renda da RA de São José do Rio Preto (FONTE: PNUD, 2003 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

Entretanto, quando analisamos o IDHM-Longevidade, o melhor resultado é alcançado entre os municípios entre 15 mil e 100 mil habitantes (Figura 09). Trata-se de uma característica bastante importante já que muitos autores creditam à longevidade um elemento aglutinador de muitas outras características que

interferem na qualidade de vida da população. Assim, maior longevidade poderia significar melhores condições sócio-econômicas e ambientais da região.

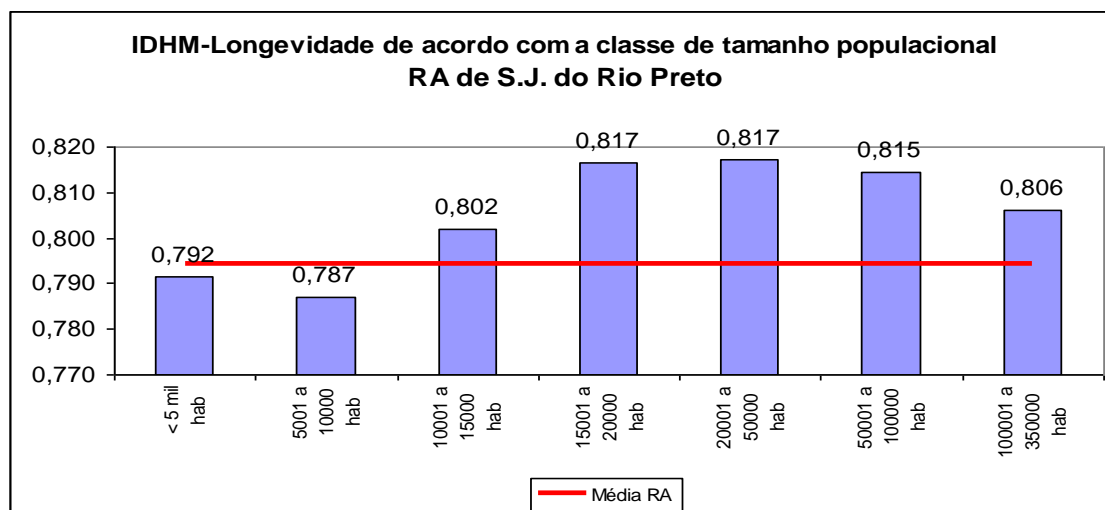


Figura 9 – Classes de tamanho populacional e IDHM-Longevidade da RA de São José do Rio Preto (FONTE: PNUD, 2003 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

Dessa forma, a RA de São José do Rio Preto, configurada com grande número de municípios de pequeno porte e alguns municípios com cidades maiores (médias), que no final do XIX e início do século XX receberam grande contingente de imigrantes italianos e espanhóis e, sobretudo na década de 1970, investimentos massivos da esfera federal e estadual em infra-estrutura tal como estradas e criação de indústrias no setor agropecuário, apresenta hoje bons indicadores sociais, acima da média estadual e até mesmo nacional. Esta constatação, a despeito da menor expressão dos indicadores de riqueza, sugere pertinentes indagações para se pensar o planejamento territorial. Estas indagações são retomadas no Capítulo 4.

3.1.1.4 Índice Paulista de Vulnerabilidade Social¹⁶

Conforme o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), apenas 0,5% dos habitantes da RA de São José do Rio Preto residem em municípios considerados, no

¹⁶ Índice Paulista de Vulnerabilidade Social permite uma visão mais detalhada das condições de vida do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza. Agrega indicadores de renda, escolaridade e ciclo de vida familiar. Introduce a dimensão espacial a partir de características de indivíduos e famílias nela residentes. Para maiores informações ver Seade, 2004b.

Estado de São Paulo, em piores situações quanto à pobreza e baixa capacidade local em lograr avanços significativos na área social.

Quanto à dimensão sócio-econômica do IPVS, há certa desigualdade na RA de São José do Rio Preto: grupos com baixa ou nenhuma vulnerabilidade (totalizando 26% dos chefes de domicílio) apropriam-se de aproximadamente 50% da massa total de rendimentos auferida pelo total de chefes; grupos com alta vulnerabilidade (cerca de 51%) detêm apenas 33% desta massa total de rendimento. Mesma tendência é verificada quanto ao grau de escolaridade (grupos com alta vulnerabilidade têm menos tempo de estudo).

Quanto à dimensão ciclo de vida do IPVS, há reflexos da redução de fecundidade em todos os estratos sociais. Ainda assim há reflexos de desigualdades na composição dessas famílias: grupos com nenhuma ou baixa vulnerabilidade apresentam famílias menores (média de 3 pessoas por domicílio) e mais idosas. Grupos com vulnerabilidade mais alta têm chefes mais jovens e são formadas por crianças pequenas (com até cinco anos de idade). Trata-se de uma situação complexa envolvendo políticas públicas de naturezas diversas com programas nas áreas de educação, assistência social e saúde (SEADE, 2004b).

3.1.2 Município de Urupês (SP)

3.1.2.1 Histórico

A região onde hoje se localiza o município de Urupês começou a ser povoada em fins do século XIX. Dona Maria Cardoso e seu filho, possuidores de uma grande faixa de terras situada na margem esquerda do Ribeirão Cubatão, fizeram uma doação para a formação do patrimônio de São Lourenço, onde foi iniciada, em 1913, a construção da primeira capela do povoado (SEADE, 2006). Ainda neste ano várias famílias se mudaram para Urupês motivados pela informação de boas terras para cultivo. Em 1914, foi celebrada a primeira missa por um jesuíta pertencente ao bispado de São Carlos. Nascia São Lourenço do Mundo Novo, cujo nome se deu de uma associação de idéias que refletia uma homenagem ao então falecido Lourenço Cardoso e o louvor ao santo de mesmo nome, do qual os fundadores eram devotos (PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS, 2006a).

Houve grande impulso local a partir da chegada dos primeiros agricultores de café e de um loteamento de terrenos, realizado pelos engenheiros Horta Barbosa e Machado Rolemberg. Entre os anos de 1917 e 1918, novas famílias se estabeleceram no povoado então denominado Novo Mundo, promovendo seu maior crescimento (Figura 10). Assim, em 30 de setembro de 1921, foi criado o distrito de Novo Mundo em terras do município de Itajobi (SEADE, 2006). Já em 1923, Mundo Novo era famoso por suas densas plantações de café. O produto de qualidade e sabor insuperáveis, como atestara o Instituto Agrônomo de Campinas, alcançou o maior valor no mercado nacional.



Figura 10 – Famílias tradicionais e o desenvolvimento cafeeiro: “Café Mundo Novo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS, 2006).

Tornou-se município autônomo em 24 de setembro de 1928 pela lei estadual 2286. A população, naquela data, foi pega de surpresa pela notícia e, segundo relatos históricos, não demorou para que invadisse a praça para festejar ao som da banda municipal, de moda de viola e com dança de catira (PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS, 2006). A Figura 11 retrata posse do prefeito municipal em anos subsequentes.



Figura 11 – Fotografia da posse do Prefeito Oswaldo Lopes da Costa, em 1933 (PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS, 2006).

Em 30 de novembro de 1944, teve sua denominação alterada para Urupês, do tupi-guarani uru-pê, forma abreviada de urupeba, nome do fungo “orelha-de-pau”, que cresce em madeira velha ou apodrecida (SEADE, 2006). Esta alteração foi proposta pelo prefeito da época, fã do escritor Monteiro Lobato, que tem sua primeira obra intitulada Urupês.

3.1.2.2 Localização

O município de Urupês está localizado a 435 Km da capital paulista, 48 Km de São José do Rio Preto e 35 Km de Catanduva. Situa-se na coordenada latitudinal S 21°12'05" e longitudinal W 049°17'29". A principal via de acesso se dá pela Rodovia Washington Luiz (SP-310) com entrada pela Rodovia Roberto Mário Perosa (SP-379) (Figura 12).

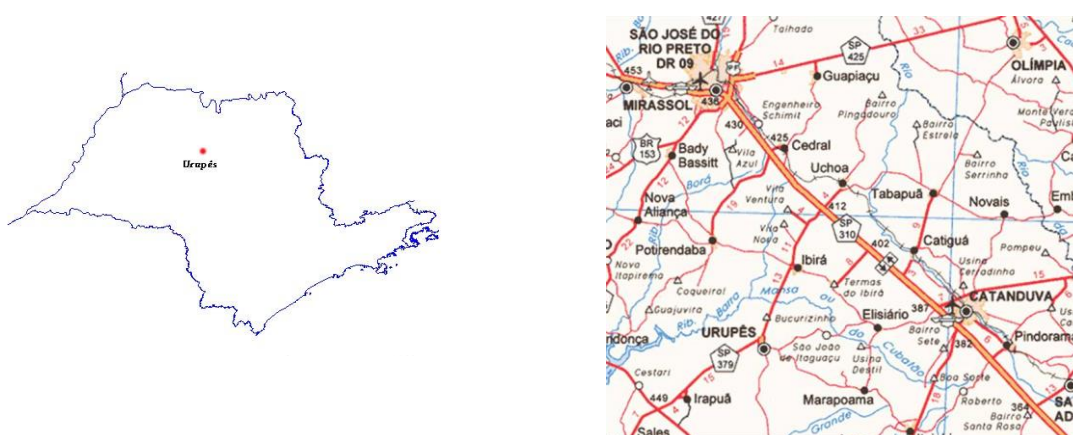


Figura 12 – Localização geográfica e acesso rodoviário do município de Urupês – sem fins cartográficos (DER, 2006 – elaborado por CRIVELARO, 2007).

3.1.2.3 Caracterização físico-ambiental

A área total do município de Urupês é de 322 Km². Pertence ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Tietê / Batalha. O relevo, localizado no Planalto Ocidental Paulista ou Planalto Central da Bacia do Paraná, apresenta topografia ondulada com pequenas oscilações de altitude que decaem à oeste (direção da calha do Rio Paraná). A altitude do município é de 436m. Quanto à geologia, predominam sedimentos argilosos, arenosos e cascalho do mesozóico. Quanto aos solos, há alternância de fertilidade em função dos produtos agrícolas, predominando solos do tipo arenito de Bauru (Argilossolo Vermelho-Amarelo Eutrófico). O clima da região é caracterizado como tropical continental, com as estações do ano indefinidas. As temperaturas apresentaram médias de 23° C anuais, com pequenas oscilações durante o ano (úmido, permeado pela classe média > 18° C em todos os meses). Localizado inicialmente no Bioma de Mata Atlântica e em função dos tipos de solos e clima, a vegetação predominante nos dias atuais é a de campos cerrados, alternada com capões de matas, mas que hoje, em virtude da ocupação humana (área bastante antropizada), apresentam grandes desmatamentos, o que transforma, em muito, o quadro vegetal. As matas ciliares ao longo dos principais rios ainda possuem certa evidência (IBGE / SEADE / IGC, 2006). As Figuras 13 e 14 permitem visualizar as características descritas.



Figura 13 – Imagem de Satélite do Município de Urupês (FONTE: GOOGLE EARTH, 2007).



Figura 14 – Imagem de Satélite da cidade de Urupês (FONTE: GOOGLE EARTH, 2007).

3.1.2.4 Caracterização sócio-econômica

A população urupeense está estimada em 12.348 habitantes para o ano de 2005 (SEADE, 2005). A densidade demográfica do município é de 38,35 habitante / Km². O grau de urbanização é de 85,80%. A população urbana é de 10.595 habitantes e a rural, de 1.753 (IBGE, 2005). O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 197,42 mi. O PIB per capita é de R\$ 16.232,12 correntes. A participação no PIB do Estado fica em 0,039898% (IBGE / SEADE, 2003). A Figura 15 contém algumas fotografias da cidade de Urupês.



Figura 15 – Fotos do Município de Urupês – trevo rodoviário, hospital, comércio e fórum (FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS, 2006).

3.1.2.5 Índice de Desenvolvimento Humano

A Tabela 04 compila alguns resultados do IDH para situar o município de Urupês. Sua análise permite ressaltar alguns pontos importantes e, ainda, levantar algumas considerações.

Tabela 4 - Comparação do IDH-M entre os anos de 1991 e 2000 (PNUD, 2003 – organizado por CRIVELARO, 2007).

	IDHM, 1991	IDHM, 2000	Renda, 1991	Renda, 2000	Longev, 1991	Longev, 2000	Educação, 1991	Educação, 2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Estado de São Paulo	0,778	0,882	0,766	0,790	0,730	0,770	0,837	0,901

RA de São José do Rio Preto	-	0,777	-	0,693	-	0,794	-	0,843
Município de Urupês	0,746	0,795	0,674	0,715	0,785	0,810	0,779	0,859
“-” não calculado								

Primeiramente deve-se notar a média superior do Estado de São Paulo em comparação à média nacional. A seguir, São José do Rio Preto e Catanduva, cidades de influência para Urupês são observadas também em posições superiores. Considerando os indicadores de longevidade verificamos uma inversão de posições. Catanduva e Urupês apresentam melhores resultados, fato já confirmado por outras pesquisas. Qual seria a razão deste fato? Estaria associado a melhores condições de vida, o que por sua vez diz respeito a condições sócio-políticas melhor estruturadas?

3.1.2.6 IPRS e IPVS

O Município de Urupês está classificado no Grupo 3 do IPRS (SEADE, 2004a). Este grupo agrega municípios com baixos níveis de riqueza mas bem posicionados nas dimensões sociais. Os indicadores de longevidade e escolaridade são superiores às respectivas médias estaduais. Em análise comparativa com o IPRS de 2000, no qual já figurava no Grupo 3, Urupês retrocedeu em longevidade devido ao aumento das mortalidades infantil e perinatal. Em escolaridade, o crescimento do atendimento pré-escolar contribuiu para que o indicador do município permanecesse acima da média estadual. Houve piora significativa nos *rankings* das dimensões sociais mas conforme considerações da pesquisa, municípios com populações reduzidas sofrem grandes flutuações com alterações ínfimas de seus indicadores. As colocações no ranking estadual são: Riqueza = 288^a; Longevidade = 149^a e Escolaridade 216^a (SEADE, 2004a).

No que diz respeito ao IPVS, uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$573, sendo que 67,5% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 5,1 anos de estudo, 26,3% deles completaram o ensino fundamental, e 11,0% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 49 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 11,2% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 14,4% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a

6,5% do total da população (SEADE, 2004b). Tais dados classificam o município conforme a Figura 16.

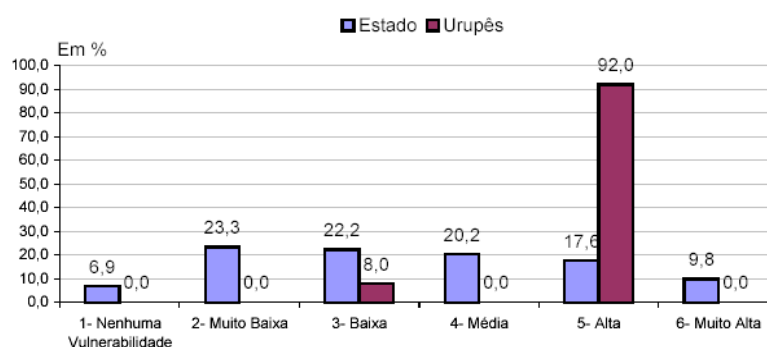


Figura 16 – Indicadores do IPVS para Urupês (SEADE, 2004b).

Conforme o gráfico, 8% da população encontra-se no Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio de R\$723 e 52,0% deles com renda de até três salários mínimos; chefes de domicílios com média de 6,7 anos de estudo; idade média dos responsáveis pelos domicílios de 44 anos; mulheres chefes de domicílios correspondendo a 13,7% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalendo a 7,8% do total da população desse grupo (SEADE, 2004b).

A grande maioria (92% da população) está classificada no Grupo 5 (vulnerabilidade alta): rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio de R\$560 e 68,8% deles com renda de até três salários mínimos; chefes de domicílios com média de 5,0 anos de estudo; idade média dos responsáveis pelos domicílios de 49 anos; mulheres chefes de domicílios correspondendo a 14,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalendo a 6,3% do total da população desse grupo (SEADE, 2004b).

Duas considerações importantes podem ser realizadas a partir deste índice. Primeiro em relação à sua classificação no sentido de não considerar o custo de vida e relações sociais dos diferentes municípios em análise. Apesar de a renda e escolaridade serem menor nestes grupos de vulnerabilidade, quando tratamos de pequenos municípios devemos considerar seu baixo custo de vida proporcionado por menores gastos com transporte, alimentação, saúde, segurança, educação, etc. Assim a vulnerabilidade pode não ser tão alta assim. Outro ponto diz respeito à classificação em apenas dois grupos de vulnerabilidade, o que pode representar menor desigualdade entre os setores sociais do município.

3.2 Levantamento exploratório

O levantamento exploratório está dividido nas seguintes unidades de análise: entidades de caráter público, poder legislativo, poder executivo e poder legislativo. Para cada unidade de análise foram empregadas estratégias diversas de coleta de dados conforme se segue.

3.2.1 Entidades de Caráter Público

3.2.1.1 Observação direta e registro fotográfico

O levantamento exploratório desta etapa foi realizado percorrendo-se toda a cidade de Urupês. Pelo conhecimento prévio sobre a cidade e o diálogo com moradores, tinha-se em mente a localização espacial de cada entidade. O Quadro 05 contém o registro fotográfico das entidades. Nessa mesma atividade, contato inicial foi estabelecido com os respectivos dirigentes de algumas das entidades, ou com vizinhos e moradores próximos.

Quadro 5 – Registro fotográfico das entidades de caráter público em Urupês.





Igreja Adventista da Promessa



Igreja Adventista do Sétimo Dia



I Igreja Batista em Urupês



**Igreja Batista
Nova Jerusalém em Urupês**



**Congregação Cristã no Brasil
Sede 1**



**Congregação Cristã no Brasil
Sede 2**



**Igreja Evangélica
Pentecostal Nações de Cristo**



Assembléia de Deus Visão Missionária



Igreja do Evangelho Quadrangular



**Assembléia de Deus
Ministério de Madureira**



**Assembléia de Deus
Ministério de Belém**



Igreja O Brasil para Cristo



**Salão do Reino das
Testemunhas de Jeová**



**Igreja Evangélica Pentecostal "Creio Eu
na Bíblia"**



**Assembléia de Deus
Ministério de Catanduva**



(FOTOS: Sérgio Crivelaro, 2007).

Conforme o quadro exposto, nota-se que a maioria das entidades possui ou está alocada em prédios que denotam ou aparentam boas condições de instalação. Trata-se de um primeiro indicativo da organização das entidades, ao menos com locais adequados para se reunirem ou desempenharem suas atividades.

3.2.1.2 Entrevistas com os dirigentes das entidades

A seguir, o Quadro 06 apresenta os dados levantados junto aos representantes das entidades identificadas. Nesta etapa, foram questionados sobre o tipo de entidade que representam, há quanto tempo a entidade existe em Urupês, qual o número de participantes e a frequência de atividades durante a semana.

Quadro 6 – Caracterização das entidades de caráter público em Urupês.

Entidade*	Tipo	Anos de Existência em	Número de	Frequência de
-----------	------	-----------------------	-----------	---------------

		2007	participantes (ou membros)	atividades**
Igreja Católica Apostólica Romana – Paróquia S. Lourenço de Urupês	Religiosa	Desde 1930, portanto, 77 anos***	1850	Todos os dias
Associação Espírita Matheus	Religiosa	Desde 1954 (ficou um período parado e retomou atividades em 1991), portanto, 53 anos	70	Todos os dias
Igreja Adventista do Sétimo Dia	Religiosa	Desde 1970 (era realizada em sítios, na casa dos fiéis) - 3 anos de inauguração da nova sede	50	3 vezes por semana
Igreja Adventista da Promessa	Religiosa	Desde 1986, portanto 21 anos	80	4 vezes por semana
Igreja O Brasil para Cristo	Religiosa	Desde 1982, portanto, 25 anos	70	3 vezes por semana
I Igreja Batista em Urupês	Religiosa	Desde 1935, portanto, 72 anos	100	4 vezes por semana
Congregação Cristã no Brasil	Religiosa	Desde 1942, portanto, 65 anos	380	4 vezes por semana
Igreja do Evangelho Quadrangular	Religiosa	Desde 1999, portanto, 8 anos	112	6 vezes por semana
Igreja Evangélica Pentecostal Nações de Cristo	Religiosa	Desde 1998, portanto, 9 anos	60	4 vezes por semana
Assembléia de Deus Visão Missionária	Religiosa	Desde 1999, portanto, 8 anos	85	4 vezes por semana
Igreja Batista Nova Jerusalém em Urupês	Religiosa	Desde setembro de 1994, portanto, 13 anos	42	3 vezes por semana
Salão do Reino das Testemunhas de Jeová	Religiosa	Desde 1976, portanto, 31 anos	36	4 vezes por semana
Assembléia de Deus Ministério de Belém	Religiosa	Não soube informar. Novo bispo há 6 meses na função	100	5 vezes por semana
Igreja Internacional da Graça de Deus	Religiosa	7 anos	18	3 vezes por semana
Igreja Universal do Reino do Deus	Religiosa	8 anos	70	4 vezes por semana
Assembléia de Deus Ministério de Madureira	Religiosa	Não foi entrevistado	Não foi entrevistado	Não foi entrevistado
Igreja Evangélica Pentecostal “Creio Eu na Bíblia”	Religiosa	Não foi entrevistado	Não foi entrevistado	Não foi entrevistado
Assembléia de Deus – Ministério de Catanduva	Religiosa	Desde 2002, portanto, 5 anos	37	6 vezes por semana
Igreja Pentecostal “Deus É Amor”	Religiosa	Não quis informar	Não quis informar	Não quis informar
Loja Maçônica Rio Branco V	Religiosa	Desde 25 de setembro de 1924, portanto, 83 anos	26	1 vez por semana
Associação de Assistência a Criança de Urupês	Assistência	Desde 02 de abril de 1964, portanto, 43 anos	25 (membros e funcionários) 145 crianças assistidas	Funciona de segunda a sexta-feira. Eventos e reuniões esporádicas
Associação de Rodeio de Urupês****	Assistência	Desde setembro de 1981, portanto, 26 anos	25 membros (direção)	Reuniões esporádicas antecedendo eventos
Associação de Recuperação do Alcoólatra	Assistência	Desde março de 1973, portanto, 34 anos	12 (direção e assistidos)	1 vez por semana
Sindicato Rural de Urupês	Sindical	Desde 1978, portanto, 29 anos	12 membros (direção) 112 filiados	1 assembleia por mês
Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Urupês	Sindical	Desde 14 de setembro de 1974, portanto, 33	1000 filiados	1 assembleia por mês

*todas as informações dadas pelos dirigentes das entidades são um número aproximado.

**no mesmo dia pode ocorrer mais de uma atividade. As atividades são das mais variadas, significando antes de mais nada, o agrupamento de pessoas.

***a igreja existe anterior a este período mas não estava estabelecida como Paróquia. Até então, estavam ligados à Paróquia de Itajobi (município vizinho).

****a Associação de Rodeio de Urupês foi incluída pois parte de sua arrecadação é destinada ao Asilo São Vicente de Paula

de Urupês.

(FONTE: Dirigentes das respectivas entidades de Urupês, 2007)

Em síntese, foram identificadas ao todo 25 entidades, sendo 20 delas de cunho religioso (que também exercem atividades de assistência), 3 associações de assistência e 2 sindicatos. No geral, a média de existência das entidades é de 30 anos sendo algumas bem recentes mas muitas bem antigas, desde o surgimento do município, tal qual a Igreja Católica e a Loja Maçônica.

Apenas para situar o número de participantes, mesmo que de maneira bastante incompleta, pelo relato dos representantes, ao todo são mais de 3.000, o que representa mais de 20% da população municipal. Quanto à frequência de atividades a média é de 4 dias por semana.

Ainda neste tópico, achou-se pertinente descrever que há em Urupês 2 jornais impressos (semanais), 2 *websites* de internet e 1 rádio comunitária que divulgam informações municipais e regionais. Não se trata de uma entidade mas um meio de caráter público já que a maioria da população tem acesso.

3.2.1.3 Análise documental: cartório de registro de pessoa jurídica

Para verificar a abrangência do levantamento realizado anteriormente, consultou-se a existência de registro de pessoa jurídica junto ao Cartório de Pessoa Jurídica. Considera-se que a existência deste registro denota nível de organização formalizado, de acordo com os trâmites legais. Também fornece dados para comparação diante da informação relatada pelo representante da entidade quanto a data de criação espontânea do grupo e sua fundação legal. Permite verificar se a entidade atualiza os dados da entidade, sobretudo quanto a prestação de contas financeiras. Por fim, é possível verificar quais são as entidades que foram criadas mas não tiveram continuidade, ou não têm conhecimento da população, ou não são citadas em seu discurso. As informações levantadas nesta etapa estão apresentadas no Quadro 07.

Quadro 7 – Levantamento de pessoa jurídica das entidades de caráter público em Urupês.

Nome	Data de Registro (do tabelionato)	Estatuto Social	Último documento entregue
Associação de Pais e Mestres da ENGE. Rubens Ferreira Martins	01/09/1975	S	05/06/2007

Fundação Fraterno Auxílio Cristão de Urupês	07/05/1972	N	18/05/1972
Banda Municipal Gomes Verdi de Urupês	08/03/1972	N	Apenas documentos iniciais
Associação de Ensino Superior de Urupês	30/11/1970	N	Apenas documentos iniciais
Guarda Mirim de Urupês	01/12/1969	S	Apenas documentos iniciais
Fundação de Ensino Chafik Saab	11/09/1967	N	08/04/2005
(*) Sociedade São Vicente de Paulo (Antes apenas Asilo São Vicente de Paulo)	22/05/1967	S	09/01/2007
Associação de Orientação em Empréstimos e Participações	24/04/1967	N	26/07/1967
(*) Congregação Cristã no Brasil, em Urupês	29/03/1967	S	16/07/2007
(*) Associação de Rodeio de Urupês	04/11/1981	S	04/07/2007
Associação de Pais e Mestres da EEPG. Maria da Glória Robert Lima	05/03/1981	S	05/06/2007
Conselho Carcerário de Urupês	01/08/1977	S	Apenas documentos iniciais
Grêmio Recreativo COMIND de Urupês	14/07/1977	S	Apenas documentos iniciais
Associação de Pais e Mestres da EEPG Professora Maria de Lourdes da Costa Nunes de Urupês	30/05/1977	S	12/04/2002
BANESPÊS – Esporte Clube Banespa de Urupês	09/09/1976	S	26/08/1999
(*) Sindicato Rural de Urupês	02/09/1983	S	07/07/2004
Mundo Novo Futebol Clube	25/05/1983	S	Apenas documentos iniciais
Sociedade Comunitária de Habitação Popular	04/04/1988	S	25/05/1988
São João Esporte Clube	22/05/1986	S	Apenas documentos iniciais
(*) Associação de Recuperação do Alcoólatra	21/03/1986	S	06/02/2007
Empresa Municipal de Urbanização de Urupês	09/12/1985	S	Apenas documentos iniciais
(*) Associação de Assistência à Criança de Urupês	25/06/1964	S	29/03/2007
(*) Primeira Igreja Batista em Urupês (antes, Igreja Batista em Urupês)	12/07/1964	S	14/02/2007
(*) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urupês	26/06/1989	S	27/06/1997
Irmandade de Misericórdia de Urupês	08/05/1989	S	20/07/2007
Mundo Novo Clube de Urupês	26/10/1988	S	21/08/1998
(*) Associação Espírita Matheus (antes, Centro Espírita Matheus de Urupês)	15/07/1954 20/07/1992 ("Reentrada de documentos")	S	08/03/2006
Grêmio Estudantil Machado de Assis	06/04/1992	S	24/04/1992
Associação de Pais e Mestres da Escola de Primeiro e Segundo Grau Chafik Saab	19/07/1990	S	15/05/1996
Caixa de Custeio Escolar da EEPG Maria da Glória Robert de Lima	23/05/1994	S	24/08/2000
Caixa de Custeio Escolar da EEPG Rubens Ferreira Martins	21/09/1993	S	04/01/1995
Associação Comunitária para Expansão de Telecomunicações de Urupês	26/03/1996	S	Apenas documentos iniciais
Fundação São Lourenço, o Diácono (rádio e TV)	28/11/1995	S	Apenas documentos iniciais
Associação Comercial e Industrial de Urupês	25/05/1995	S	22/01/2007
(*) Igreja Batista Nova Jerusalém em Urupês	13/12/1994	S	02/03/2006
Associação de Rodeio de São João de Itaguaçu	30/04/1994	S	28/06/1994
Associação de Produtores Rurais de Urupês	18/03/1999	S	21/12/2006
Associação Comunitária Defensora e Difusora sócio-cultural das Tradições em Urupês	06/04/1998	S	18/08/2000
(*) Igreja Evangélica Pentecostal Nações para Cristo em Urupês	19/03/1998	S	26/07/2004
Associação de Pais e Mestres da EE Professora Maria de Lourdes da Costa Nunes	05/04/2001	S	12/07/2002
(*) Sindicato de Empregados Assalariados Rurais de Urupês	12/03/2001	S	04/07/2007
Associação Beneficente Vida Nova	24/03/2000	S	Apenas documentos iniciais

(*) Igreja Assembléia de Deus Visão Missionária Ministério de Urupês	03/09/2001	S	Apenas documentos iniciais
(*) Loja Maçônica Rio Branco V de Urupês	25/09/1924 (Fundação) Registro no cartório: 11/06/2007	S	Apenas documentos iniciais
Associação de Pais e Mestres da EMEF Maria de Lourdes da Costa Nunes	07/08/2003	S	20/07/2007
Associação de Pais e Mestres da EMEF Rubens Ferreira Martins de Urupês	05/05/2003	S	17/04/2007
S – Sim, consta estatuto social; N – Não, não consta estatuto social. Apenas documentos iniciais - quer dizer que não houve atualização, apenas os documentos necessários para o reconhecimento de pessoa jurídica. (*) - Coincidem com o levantamento realizado anteriormente visitando-se a cidade e entrevistando-se os respectivos dirigentes.			

(FONTE: Cartório de Registro de Pessoa Jurídica de Urupês, 2007)

Com o levantamento de pessoa jurídica, foram levantadas 47 entidades desde a fundação do município. Algumas delas não são bem de caráter público mas foram assinaladas pois denotam certo nível de organização junto às instituições públicas, como as escolas. Basicamente, as entidades levantadas são de caráter religioso, de assistência, escolares e culturais. A grande maioria apresenta Estatuto Social já que este é um dos requisitos para legalização jurídica.

Do total de entidades aferidas, 24 prestaram contas entre os anos de 2000 a 2007, indicando que possivelmente ainda estão em “atividade”. Vale lembrar que também do total, 14 entidades coincidem com o levantamento realizado e citado nos tópicos 3.2.1.1 e 3.2.1.2. No Quadro 07, tais entidades foram assinaladas com o símbolo “(*)”.

Importante notar que, no geral, são entidades consolidadas, existentes há mais de 20 anos, assim como relatado pelos representantes das entidades. Quanto a Igreja Católica, o oficial de registro do cartório informou que provavelmente seu registro deve ter sido realizado em outra cidade, período em que Urupês não possuía cartório. Ainda assim, seu registro deve ser transferido para o município.

3.2.1.4 Levantamento dirigido: cartório eleitoral e entrevistas

Os partidos políticos não haviam sido identificados no município, mesmo porque, pelo que se constatou posteriormente, os mesmos não possuem sede própria. Também não haviam sido citados na vivência local como entidades de caráter público. Dessa forma, junto ao Cartório Eleitoral foi possível identificar quais partidos existem em Urupês e seus respectivos presidentes. O Quadro 08 sintetiza a caracterização dos partidos políticos.

Quadro 8 – Levantamento dos Partidos Políticos de Urupês.

Sigla	Partido Político*	Fundação	Filiados	Sede própria	Candidato eleito no mandato 2005-2008
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	1979/80	153	não	1 (vereador mais votado)
PPS	Partido Popular Socialista	?	?	não	não
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	?	?	?	5
PT	Partido dos Trabalhadores	Janeiro de 2004	77	não	não
PTB	Partido Trabalhista Brasileira	10/09/1996 (registro do CNPJ)	300	não	não

As informações passadas são aproximações visto que os respectivos dirigentes disseram precisar organizar seus registros para maior precisão dos dados. Três vereadores pertenciam a partidos que tiveram seus diretórios cancelados sendo que não se conseguiu identificar sua nova filiação.

*Os diretórios dos partidos a seguir foram recentemente cancelados em Urupês: Democratas (DEM) em 07/07, Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 05/06, Partido Progressista (PP) em 06/07, Partido Republicano Progressista (PRP) em 05/99, Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 09/05 (Fonte: Cartório Eleitoral).

“?” - Informação não fornecida pelo representante do partido.

(FONTE: Cartório Eleitoral da Comarca de Urupês e entrevistas com os presidentes dos diretórios em 2007).

Esta etapa, aparentemente simples, demonstrou-se um tanto quanto difícil já que os dirigentes não tinham precisão para as respostas ou não queriam repassar esta informação. Além disso, muitas informações eram “desencontradas” entre os diversos discursos. Tentou-se outro meio de caracterização, junto ao *website* dos respectivos partidos políticos. Tais informações não constavam até o último acesso em agosto de 2007.

3.2.2 Poder Legislativo

3.2.2.1 Análise documental: Atas das Sessões

As atas das sessões do poder legislativo estão divididas nos seguintes tópicos: 1) Vereadores Presentes, 2) Expediente do Dia, 3) Ordem do Dia, 4) Proposições dos Vereadores e 5) Correspondências do Prefeito.

No tópico “Presença dos Vereadores”, verificou-se nas atas das reuniões que os vereadores dificilmente se ausentam das sessões da câmara. Quanto ao “Expediente e Ordem do Dia”, os dados foram organizados conforme o Quadro 09.

Quadro 9 – Expediente e Ordem do Dia de Sessões da Câmara Legislativa.

	14ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa – Ano 2005				14ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa – Ano 2006			
	Expediente do Dia		Ordem do Dia		Expediente do Dia		Ordem do Dia	
	Sessão Ordinária	Sessão Extra-ordinária	Sessão Ordinária	Sessão Extra-ordinária	Sessão Ordinária	Sessão Extra-ordinária	Sessão Ordinária	Sessão Extra-ordinária
1ª	nt	n	nt	n	n	n	n	n
2ª	n	n	n	n	n	n	n	n
3ª	nt	n	nt	n	n	n	n	n

4ª	nt	n	nt	n	n	-	n	-
5ª	n	n	n	n	n	-	n	-
6ª	n	nt	n	nt	n	-	n	-
7ª	n	n	n	n	n	-	n	-
8ª	n	-	n	-	n	-	n	-
9ª	n	-	n	-	n	-	n	-
10ª	n	-	n	-	n	-	n	-
11ª	n	-	n	-	n	-	n	-
12ª	nt	-	nt	-	n	-	n	-
13ª	n	-	n	-	n	-	n	-
14ª	n	-	n	-	n	-	n	-
15ª	n	-	n	-	n	-	n	-
16ª	n	-	n	-	n	-	n	-
17ª	n	-	n	-	n	-	n	-
18ª	n	-	n	-	n	-	n	-
19ª	n	-	n	-	n	-	n	-
Expediente do Dia S – Sim, houve discussão. N – Não, não houve discussão. Como estava escrito: “Leitura da ata da sessão anterior. A ata foi posta em discussão. Não havendo discussão foi posta e votação, sendo aprovada por unanimidade”. nt – não teve ou não tem ata	Ordem do Dia S – Sim, houve discussão. N – Não, não houve discussão. Como estava escrito: “Com parecer favorável das Comissões, foi posto em votação o ____ . Não havendo discussão, foi posto em votação sendo aprovados por unanimidade”. nt – não teve ou não tem ata							

(FONTE: Atas do Poder Legislativo do Município de Urupês, 2007).

Verificou-se que nos anos de 2005 e 2006 não houve discussão de nenhum projeto de lei ou outro assunto durante as sessões da câmara. Uma das justificativas para este fato se deve à designação de comissões que analisam projetos conforme sua especificidade (Quadro 10). Dessa forma, o que seria posto em votação, previamente foi analisado pela comissão, tendo aval de todo coro legislativo.

Quadro 10 – Comissões específicas do poder legislativo.

Comissões Permanentes para o Biênio 2007/2008
Comissão de Justiça e Redação
Comissão de Finanças e Orçamentos
Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas
Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

(FONTE: Poder Legislativo do Município de Urupês, 2007).

Quanto as “Proposições”, os vereadores podem se utilizar dos seguintes instrumentos: R – Requerimento (de documento, prestação de contas etc.); I –

Indicação (para melhorias na cidade, pavimentação, limpeza etc.); M – Moção (homenagens); PL – Projeto de Lei (alteração de impostos municipais, isenção de tributos, aprovação de loteamentos etc.). Na análise das atas (Anexo 04), verificou-se que os mais utilizados são Indicação e Moção, mesmo assim de maneira esporádica por cada vereador.

3.2.2.2 Observação Direta: Sessões da Câmara

As reuniões do legislativo da Câmara Municipal de Urupês (Figura 17) acontecem toda 1ª e 3ª quarta-feira do mês. Eventualmente alguma sessão extraordinária é marcada quando há algum assunto especial para análise/aprovação ou ocorrência de algum evento tal qual feriado etc.



Figura 17 – Câmara Municipal de Urupês (Foto: Sérgio Crivelaro, 2007).

Nas duas sessões observadas, poucas pessoas estavam presentes. Geralmente algum familiar, amigo ou contato do vereador. A reunião se desenrola tal qual está explicitado nas atas. Lê-se a ordem e expediente do dia, o quadro de proposições e correspondências do prefeito, e encerra-se a sessão. Nos dois dias observados nada foi discutido, tal qual se mostra nas atas analisadas.

3.2.3 Poder Executivo

3.2.3.1 Análise documental e entrevistas: secretarias/assessores, conselhos municipais e plano de governo

Em consulta ao *website* da prefeitura foi possível identificar as secretarias municipais que compõem a organização do poder executivo em Urupês (Quadro 11). Verificou-se que para cada secretaria há a designação de assessores para auxiliar o desempenho do respectivo secretário. Conforme relato do prefeito, o quadro de funcionários da prefeitura é de 350 pessoas.

Quadro 11 - Secretarias do executivo de Urupês.

Secretarias	Assessores
Saúde	Assessor Técnico da Saúde
	Assessor de Administração e Expediente
Educação, Cultura e Esporte	Assessor de Cultura e Lazer
	Assessor de Esportes
	Assessor de Educação
Desenvolvimento Social	Assessor de Desenvolvimento Social
	Assessor Adjunto de Desenvolvimento Social para o Serviço de Proteção do Menor
	Assessora Adjunta de Desenvolvimento Social para a Terceira Idade
	Assessora Adjunta de Desenvolvimento Social para Atendimento ao Adolescente
Desenvolvimento Urbano	Assessor Técnico de Projetos
Finanças e Orçamento	Assessor de Desenvolvimento Econômico
Chefe de Gabinete	Assessor de Serviços Municipais
Serviços Gerais	Supervisor Geral de Serviços
	Assessor Especial
Fundo Social de Solidariedade	Grupo de voluntários, embora muitos dos integrantes tenham cargos públicos. Seguindo protocolo, a “Primeira-dama” é a presidente. Conforme relato da mesma, há aproximadamente 45 voluntários trabalhando com as diversas campanhas do Fundo.

(FONTE: Site da Prefeitura Municipal de Urupês e relato da “primeira-dama” do município, 2007).

O Poder Executivo ainda conta com os Conselhos Municipais. Embora seus membros sejam voluntários, conforme relato de representantes do executivo, sua criação se dá por iniciativa do próprio executivo, já que o repasse de verbas estaduais e federais está condicionado à existência e funcionamento destes conselhos. O Quadro 12 contém os conselhos existentes em Urupês.

Quadro 12 – Conselhos Municipais em Urupês.

Sigla	Conselhos	
CMDCA	Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente	
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social	
CME	Conselho Municipal de Educação	Contas do Fundef
		Conselho de Merenda Escolar
(sigla não usual)	Conselho de Saúde	
(sigla não usual)	Conselho do Idoso	
(sigla não usual)	Conselho de Alimentação	
(sigla não usual)	Conselho Tutelar (especial - remunerado)	

(FONTE: Entrevistas com membros da administração municipal).

O Plano de Governo foi inserido neste item para posterior comparação entre o discurso e a prática, já decorrido algo tempo de mandato. Permite também perceber quais são os pontos abordados politicamente para fins de ação em política pública. O Quadro 13 sintetiza os principais aspectos abordados no plano de governo. Evidencia-se o discurso da gestão participativa nas diversas áreas. O agronegócio e o setor de vestuários também despontam como áreas de atuação.

Quadro 13 - Pontos destacados do Plano de Governo no período eleitoral da atual administração municipal de Urupês.

Áreas	Discurso
Planejamento	“... transparência na administração municipal, através da gestão participativa e democrática...” Cita o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico.
Educação	“... profissionalização da mão de obra, em especial dos jovens, principalmente nas áreas onde Urupês tem sua maior vocação: agricultura, comércio, fábrica de roupas (costura) e de móveis” por meio de cursos.
Saúde	Construção do Pronto Socorro anexo ao Hospital São Lourenço. Programa de Saúde da Família: estenderemos esta forma humana e democrática de prevenção e conforto aos pacientes em seu próprio lar a toda a cidade.
Trabalho e Emprego	Capacitação da mão de obra empregada nos setores de confecção de roupas, móveis, atividades de avicultura, cultivo de hortaliças e frutas. Liberação de recursos para construção civil. Estímulo ao agronegócio.
Ações Sociais Integradas	“Ações isoladas não trazem resultados sustentados. É necessário haver uma política integrada, que diminua a pobreza e a exclusão social.” “Nossa meta não é assistencialismo, é participação e muito respeito”. Inicialmente atendimento emergencial e posterior encaminhamento aos recursos comunitários e inclusão nos programas sociais.
Agricultura	Política Municipal de Agricultura para fortalecer a zona rural. Zona Rural com 14 mil hectares divididos em 830 propriedades. Apoio a Agricultura Familiar, construção de Mini Frigorífico, criação de viveiros de mudas. Discurso contundente para a criação de empregos.

Cultura, Esporte e Lazer	Continuidade dos eventos e projetos: Festival de Teatro, Expo-Cultura, Feira do Conhecimento, Banda Municipal Gomes Verdi (fanfarra). Construção da nova biblioteca municipal e Museu da Imagem e Som (“para preservar a nossa memória e aumentar o prazer e o orgulho de ser urupeense”). Estímulo ao esporte (“queremos continuar nos orgulhando dos feitos de nossos esportistas”).
Infra-Estrutura Urbana	Trânsito: construção de anel viário e disciplina no trânsito por “perfeita sinalização”. Asfalto: atingir 100% de asfaltamento na cidade. Habitação: liberação de verbas para zerar o déficit habitacional. Saneamento: concretização da estação de tratamento de esgoto (os córregos Mundo Novo, Guaripu, Santa Rosa e Água sumida ficarão despoluídos).
Meio Ambiente	“... fazendo a gestão quanto ao tratamento de esgoto entraremos na modernidade”. Política de Coleta Seletiva e Usina de Reciclagem. Organização dos catadores em cooperativas. Recuperação das matas ciliares.
Segurança	Ações preventivas no combate às drogas. Projetos dirigidos aos adolescentes (esporte, cultura, lazer e acompanhamento familiar).

(FONTE: Plano de Governo da campanha eleitoral do atual prefeito – Gestão 2005-2008).

3.2.4 Judiciário

3.2.4.1 Análise documental e entrevista

Urupês constitui-se sede de comarca¹⁷ do poder judiciário. Desta forma, a Comarca de Urupês abrange o próprio município, o distrito de São João do Itaguaçu e os municípios vizinhos de Sales e Irapuã. O fórum, prédio que abriga as instalações do poder judiciário, abrange os cartórios cível, criminal e eleitoral. O Ministério Público, na figura do promotor de justiça também está alocado no fórum. Ainda assim em Urupês, há o Cartório de Notas e Anexo e o Cartório de Registro de Imóveis, Registro Civil e Pessoa Jurídica, ambos alocados independentemente.

3.3 Questionários

As questões a seguir são apresentadas na mesma ordem em que foram dispostas nos questionários aplicados junto à população. Cada gráfico contém a questão e suas respectivas opções de escolha indicando a porcentagem de respostas obtidas no cômputo geral dos questionários. Nas questões “abertas”, compilou-se a maior frequência de respostas semelhantes assinaladas nos questionários. Todos os resultados (questões fechadas e abertas) são descritos e comentados sucintamente neste tópico. A inter-relação entre as questões, suas respostas, bem como o correlação com os demais resultados é realizada no próximo capítulo.

¹⁷ No Brasil, comarca é termo jurídico que designa uma divisão territorial específica, que indica os limites territoriais da competência de um determinado juiz ou Juízo de primeira instância (FONTE: Enciclopédia eletrônica Wikipédia).

Conforme a Figura 18, quando questionados sobre o conhecimento mútuo da população do município, verifica-se as maiores porcentagens de resposta entre “40 e 80%” com quase 70% dos entrevistados indicando conhecerem, portanto, mais da metade da população municipal.

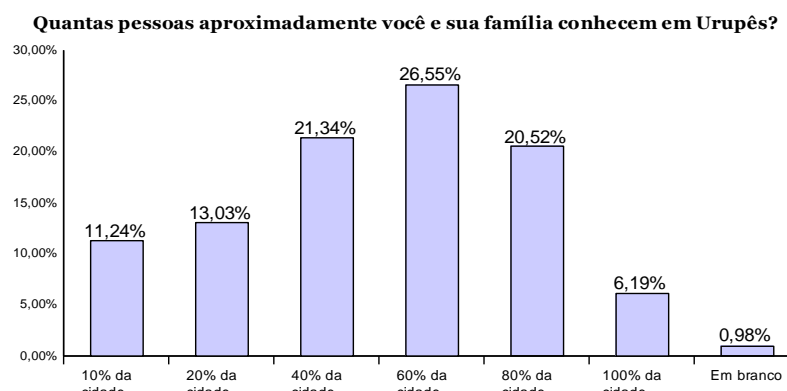


Figura 18 – Conhecimento recíproco da população em Urupês.

Quanto aos acontecimentos e notícias do município, a maior forma de comunicação é a conversa entre as pessoas. A alternativa "fico sabendo pelos outros" obteve 72,38%. Assim mesmo, a rádio municipal e os jornais da cidade tiveram porcentagem considerável conforme a Figura 19. Importante destacar as respostas elencadas como “outra forma”. São elas em ordem de frequência: internet, trabalho, televisão, fofoca, vizinhos, carro auto-falante e telefone.

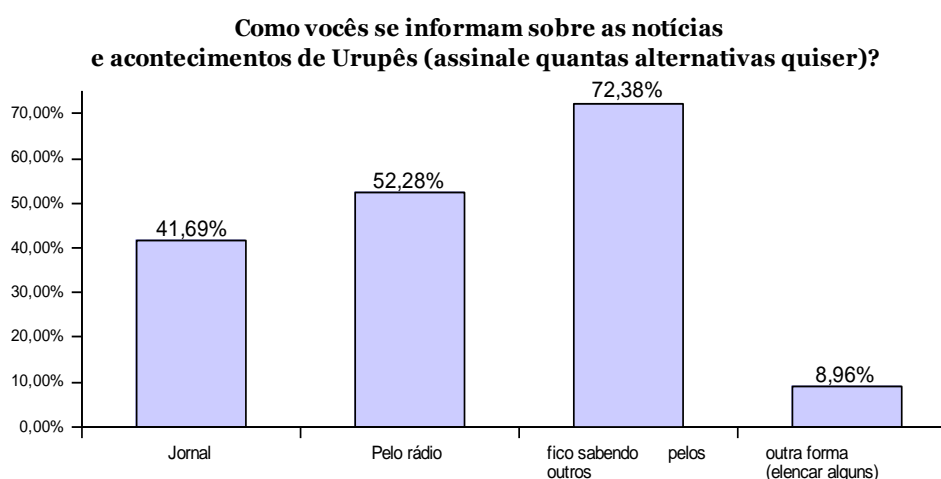


Figura 19 – Acesso às notícias e acontecimento de Urupês.

No que se refere ao tamanho da família, sem estabelecer número preciso de indivíduos que delimite se a mesma é grande, média ou pequena, conforme a questão contida na Figura 20, a grande maioria da população considera que sua família é grande (67,10%). Ainda assim, 28% dos entrevistados assinalaram que suas famílias têm tamanho médio. Apenas 3% consideram que suas famílias são pequenas. De uma maneira geral, percebem a grandeza da célula familiar, o que pode potencializar o estreitamento de relações sociais e, de certa forma, reduzir as desigualdades sociais no município.

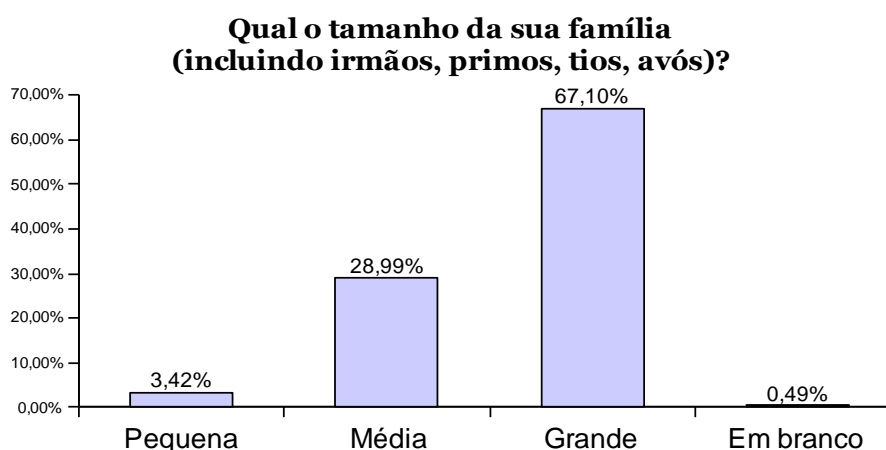


Figura 20 – Percepção do tamanho das famílias em Urupês.

Dando continuidade aos questionamentos, foram colocadas duas questões abertas para situar a espacialidade daqueles que respondiam os questionários, isto é, para destacar que as questões seguintes deveriam abordar os limites do seu bairro, rua e vizinhança. Desta forma, perguntou-se “Qual o seu bairro?” e “Qual o nome da rua em que mora?” As respostas destas questões não foram analisadas conforme explicada anteriormente sua intencionalidade. Dessa forma, quando questionados sobre os vizinhos, 96,25% dos entrevistados dizem conhecê-los sendo que a maioria conversa com os mesmos vários dias na semana ou diariamente (Figuras 21 e 22).

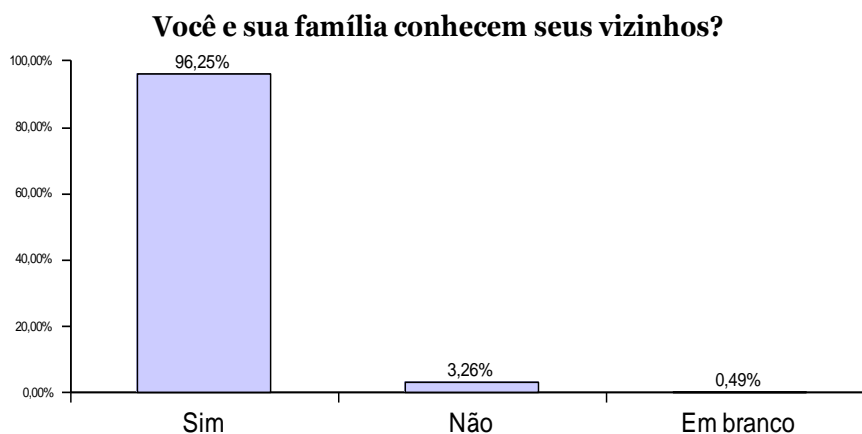


Figura 21 – Conhecimento e contato com os vizinhos em Urupês.

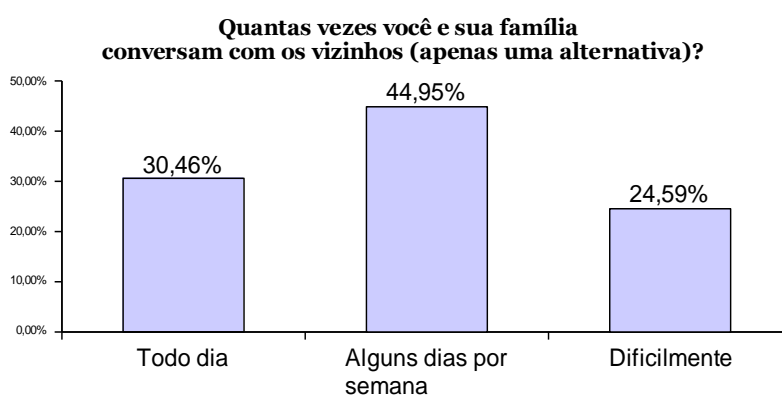


Figura 22 – Conhecimento e contato com os vizinhos em Urupês.

A mesma tendência de conversa diária ou frequente com os vizinhos é observada entre os encontros com familiares. Conforme a Figura 23, mais de 50% dos entrevistados encontram outros familiares todo dia ou pelo menos alguns dias durante a semana.

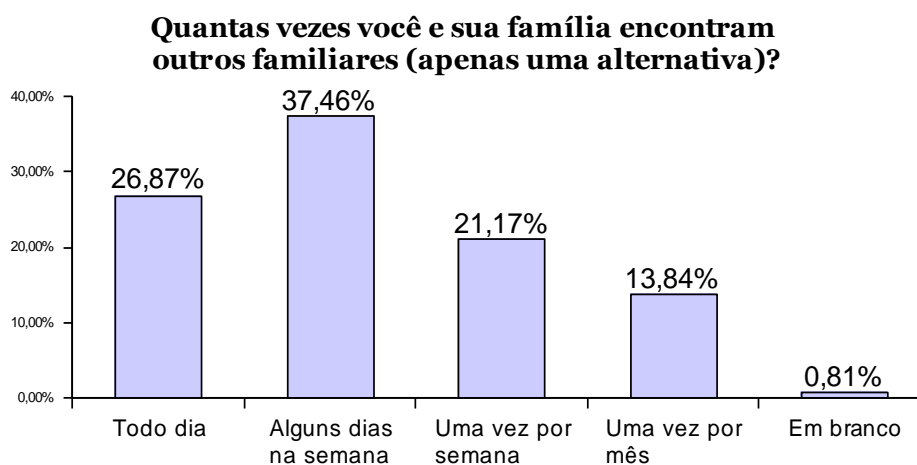


Figura 23 – Frequência de encontro com os familiares em Urupês.

Até este ponto, basicamente as questões tratavam da personalidade das relações sociais da população de Urupês. Verifica-se um estreitamento das relações de sociabilidade notadamente pelo conhecimento mútuo da população, a percepção do tamanho de suas famílias, a comunicação entre as pessoas sobre as notícias e acontecimentos em Urupês, o contato próximo e cotidiano com vizinhos e familiares.

As questões a seguir, na mesma tendência de caracterização da dimensão política municipal, abordam assuntos que dizem respeito a satisfação em morar no município, participação e formas de decisão quanto ao aspecto público ou de interesse comum, participação em atividades de certa forma relacionada à arena política municipal, os atores políticos municipais e seus respectivos papéis, as formas de reivindicação ou atendimento de interesses, comparações entre passado, presente e futuro, e, entre a esfera local e supra-local de Urupês.

Iniciando esta etapa de questionamentos, a satisfação dos entrevistados em morar em Urupês é evidente já que, apenas 1,47% das respostas foram “Não gostamos de morar aqui” (Figura 24). Todavia, dentre os que caracterizam a cidade como boa para se viver, a maioria (67,14%) assinala que ainda assim é possível se ter uma cidade melhor.

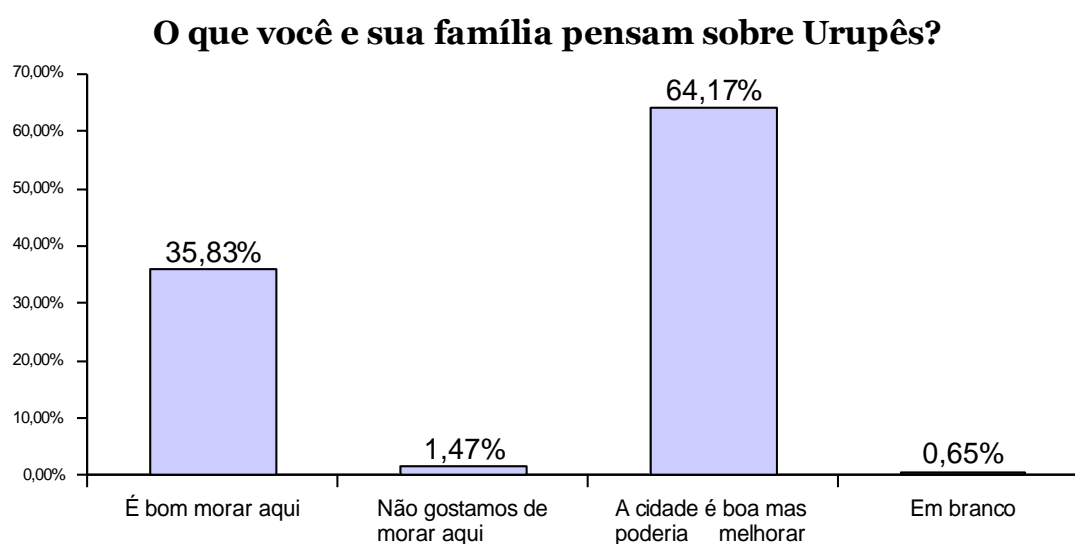


Figura 24 – Satisfação em morar em Urupês.

As Figuras 25 e 26 denotam a participação sobre o processo de tomada de decisão para melhorias na cidade. A grande maioria (74,43%) diz nunca ter sido consultada para a sugestão ou decisão de ações que poderiam beneficiar as condições da cidade. Importante destacar que a despeito da vontade de participar das decisões

sobre a aplicação das verbas arrecadadas, a opinião se divide quase que proporcionalmente entre “sim” e “não”. Ainda assim, parcela considerável (24,92%) pensa não ter condições de participar nas decisões sobre os recursos públicos. Provavelmente, a constatação destas respostas está relacionada à visão desgastada de política, o que situa uma esfera de corrupção, coronelismo, clientelismo e assistencialismo, entre outros.

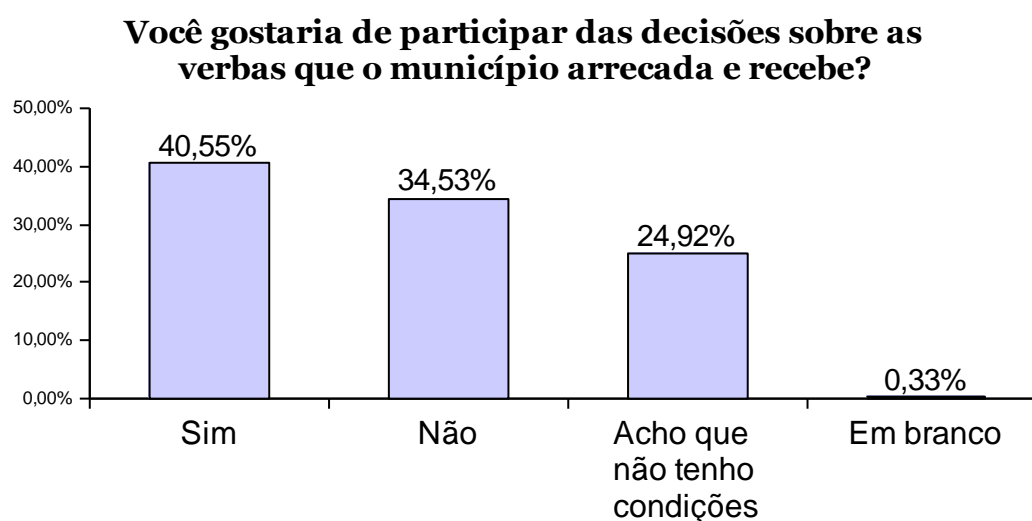


Figura 25– Consulta sobre melhorias na cidade e vontade de participação para decidir sobre verbas arrecadadas em Urupês.

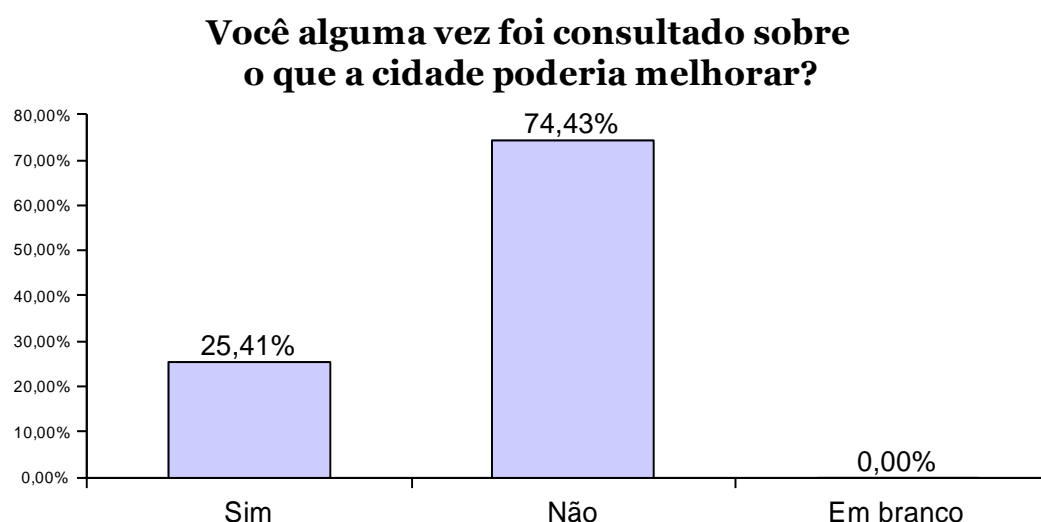


Figura 26 – Consulta sobre melhorias na cidade e vontade de participação para decidir sobre verbas arrecadadas em Urupês.

Questionados sobre sugestões de como poderiam participar, as respostas foram as mais diversas, na maioria das vezes, apontadas no sentido administração-população, isto é, a população parece se eximir das iniciativas. A seguir, elenca-se as respostas mais freqüentes por similaridade:

- reuniões promovidas pela prefeitura;
- reuniões da Câmara;
- grupos de bairros;
- palestras;
- boletins informativos;
- rádio, jornais, consulta à população;
- *“por ser uma cidade pequena já sabemos onde a verba é aplicada”*;
- *“com entrevistas, dando idéias e sugestões”*;
- *“se os vereadores nos ouvissem”*;
- *“só ficar sabendo já ta bom”*.

Ainda no aspecto de participação, grande porcentagem dos entrevistados “gostaria de saber mais” sobre os direitos e deveres que têm como cidadão. Mesma tendência é válida para as decisões sobre o futuro do município já que aproximadamente 80% dos entrevistados diz não estar “por dentro” destas decisões (Figuras 27 e 28).

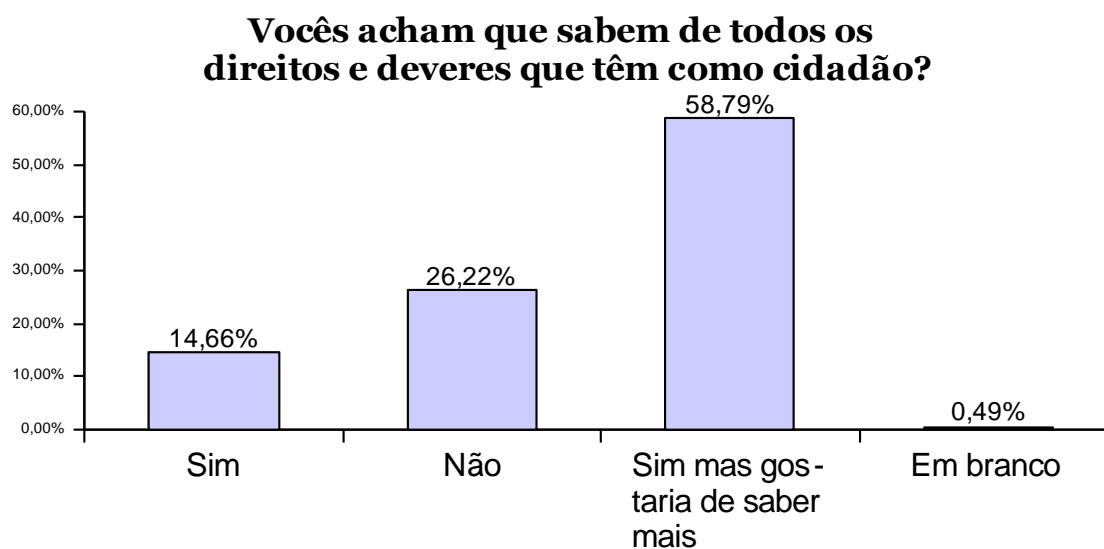


Figura 27 – Cidadania e acompanhamento sobre decisões para o futuro do município de Urupês.

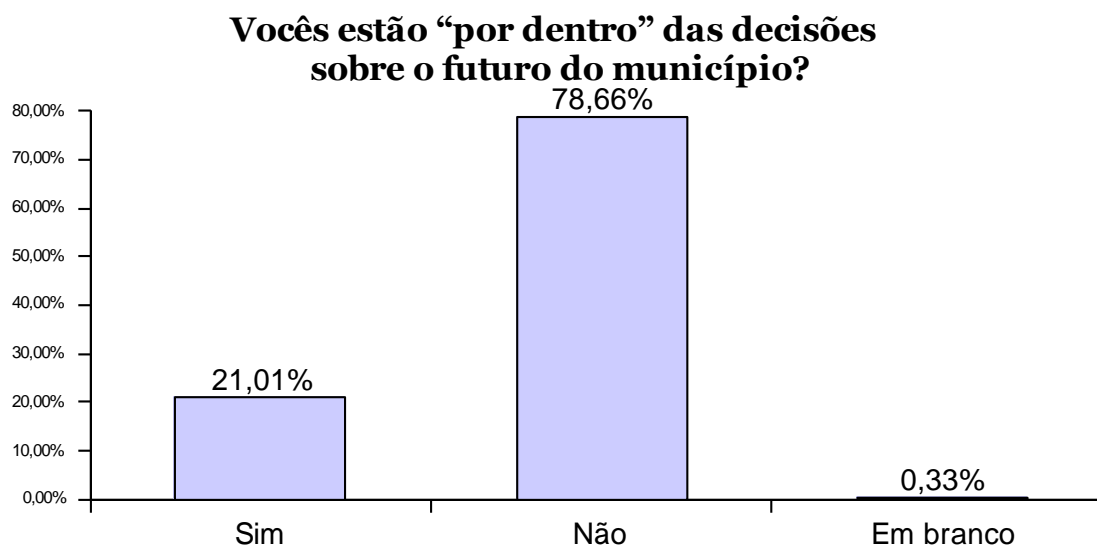


Figura 28 – Cidadania e acompanhamento sobre decisões para o futuro do município de Urupês.

Conquanto os indicativos anteriores situem uma esfera de participação aquém dos ideais democráticos, os questionamentos posteriores fornecem importantes informações que problematizam a temática da esfera política. Já na Figura 29, nota-se que aproximadamente 50% da população já solicitou algo junto a pelo menos um dos três poderes. Dentro desta porcentagem, a grande maioria diz ter recorrido diretamente à prefeitura (56,19%), revelando a proximidade e pessoalidade entre a população e o poder executivo (sobretudo representado na figura do prefeito) mesmo que não participem (ou pensem não participar) das decisões do município (Figura 30).

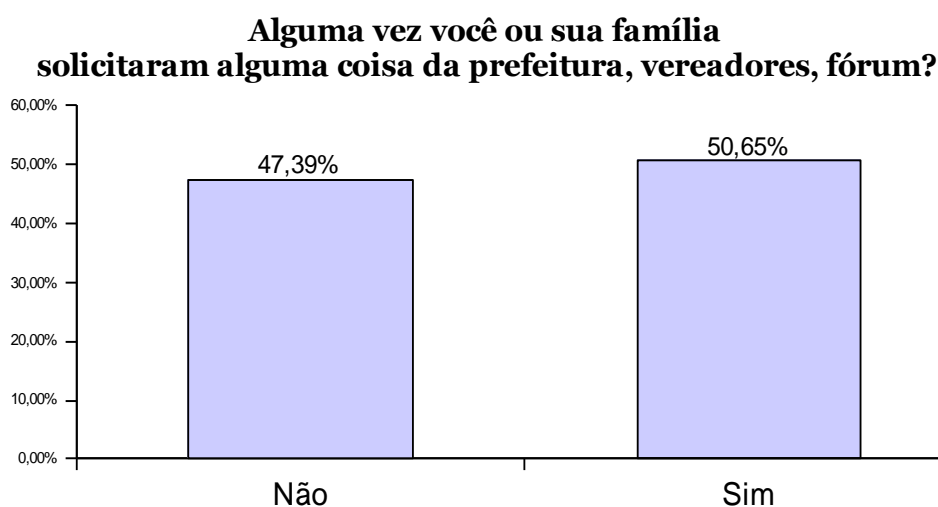


Figura 29 – Solicitações diversas junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário.

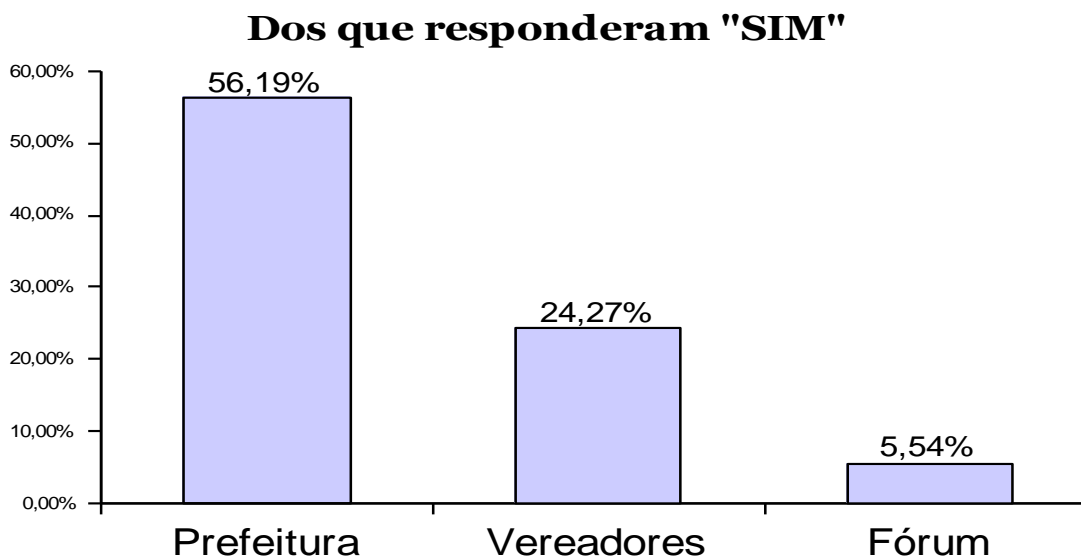


Figura 30 – Solicitações diversas junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Ainda assim, quando o questionamento não faz referência à política convencional (partidária), o quadro de participação é bastante diferente. Conforme o gráfico da Figura 31, 80,62% da população participa de algum tipo de atividade social durante a semana.

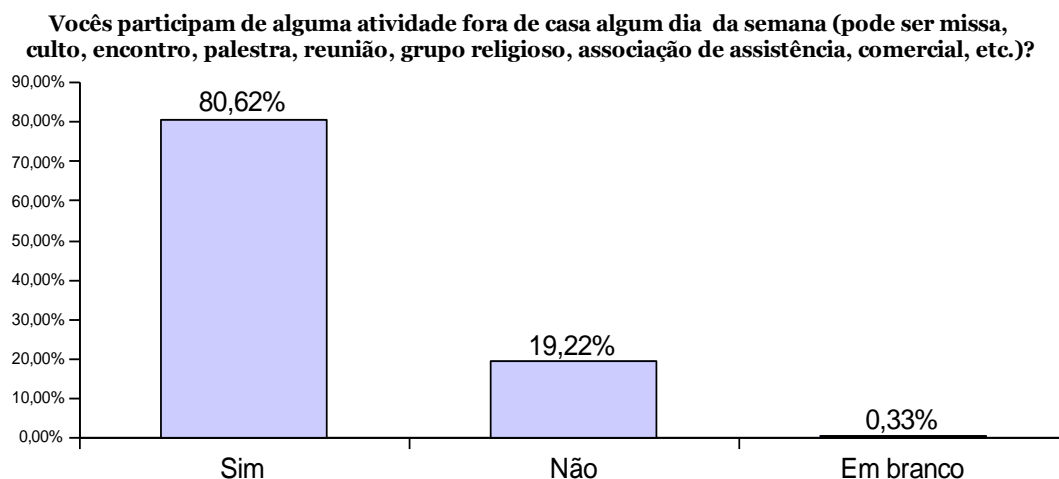


Figura 31 – Participação social em Urupês.

Quanto a frequência de participação nas atividades sociais, quase 80% da população participa pelo menos uma, duas ou três vezes desta atividade durante a semana. Com menor frequência, aproximadamente 10% participam de quatro a sete vezes durante a semana (Figura 32).

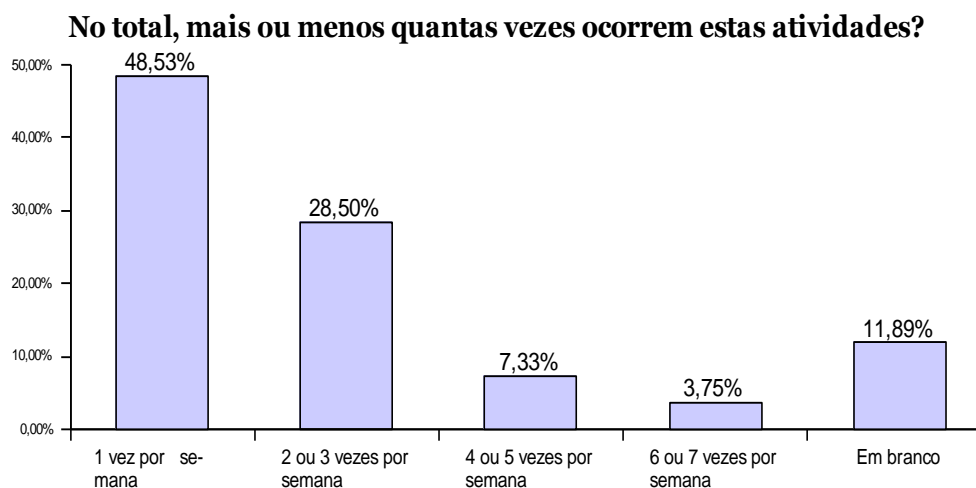


Figura 32 – Frequência de participação semanal nas atividades sociais.

Nas atividades sociais que participam, 38,11% (Figura 33) disseram que no grupo ou associação há uma pessoa com mais contato com a prefeitura, ou seja, esta pessoa pode compartilhar dos assuntos discutidos, problemas ou soluções, constituindo-se um canal de comunicação entre a administração municipal e a sociedade perante o grupo que participa.

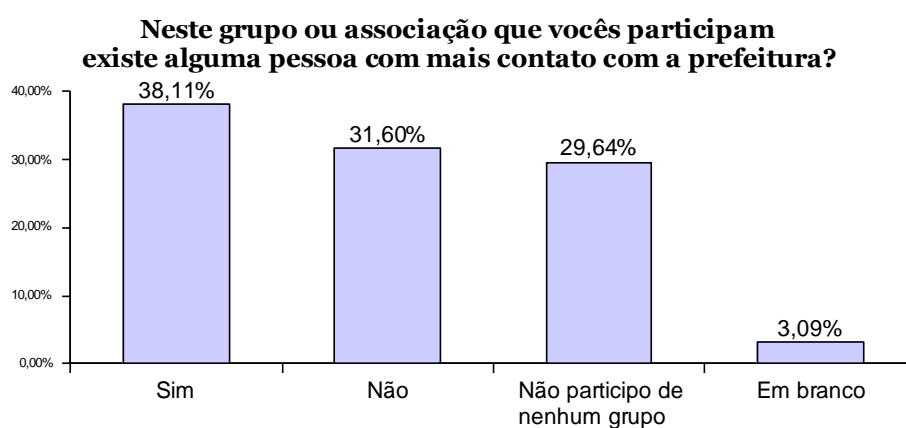


Figura 33 – Pessoas de influência nos grupos de atividade social.

Quanto às atividades mais específicas de caráter público, isto é, algum tipo de atividade que beneficie pessoas além do círculo da atividade, 56,51% dos entrevistados responderam que esta atividade existe no grupo (Figura 34).

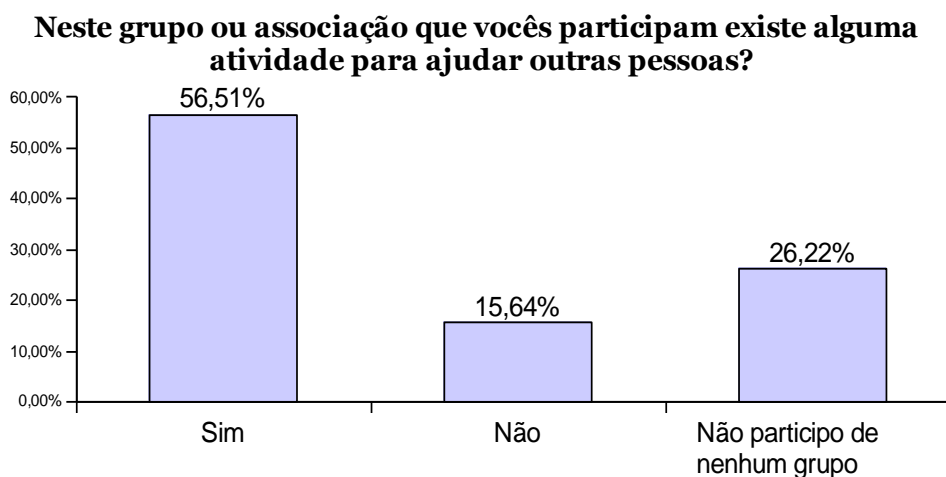


Figura 34 – Atividades beneficentes dos grupos sociais.

Para melhor explicitar o tipo de ajuda, questionou-se “Em poucas palavras como é essa ajuda?”. Dentre as diversas respostas, destaque para as mais frequentes:

- ajuda material;
- cestas básicas / alimento;
- roupas;
- ajuda espiritual;
- remédios;
- doações;
- ajuda financeira;
- recuperação de alcoólatras.

Ainda no que diz respeito à “ajuda prestada” foram citadas as seguintes organizações: Associação Espírita Matheus, Vicentinos e Pastoral da Criança. Nestes casos, supõe-se que, ou há a participação direta com estas entidades (voluntários) ou há a ajuda perante os eventos que as organizações promovem (jantares, venda de produtos, etc.). Importante ressaltar a alta frequência de respostas relacionadas ao aspecto material (alimentos, roupas, remédio, dinheiro) mas também espiritual ou de ordem moral, revelando a proximidade entre as pessoas. A personalidade naturalmente inclui aspectos de caráter subjetivo, essenciais tanto quanto as condições materiais da população.

Outra constatação importante é o distanciamento entre o mundo tido como exterior e a realidade local. Conforme a Figura 35, 70,2% pensam que o mundo está

pior hoje. Todavia, quando questionados sobre a situação da cidade em relação ao passado (Figura 36), pensam que que esta está melhor hoje (75,73%). Neste ponto, talvez os meios de comunicação tenham importante papel ao preconizarem a “informação” sensacionalista e comprometida com os resultados de audiência, como o assunto da violência.

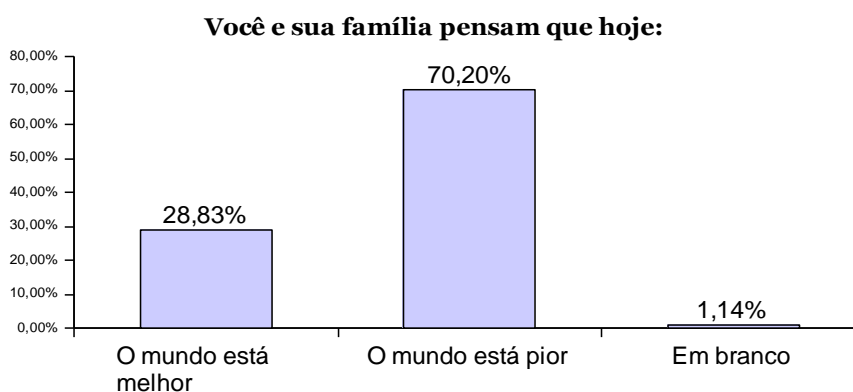


Figura 35– Percepção da população urupeense sobre o mundo e a cidade: melhor ou pior?

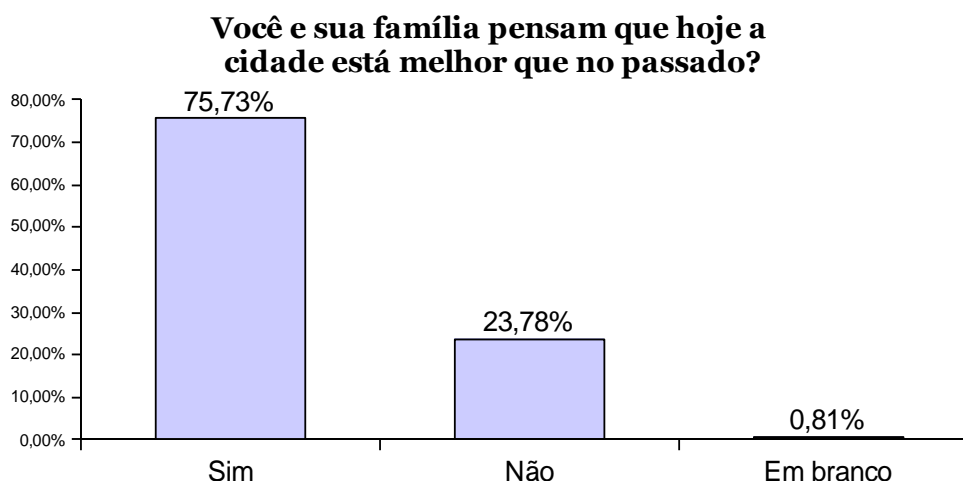


Figura 36 – Percepção da população urupeense sobre o mundo e a cidade: melhor ou pior?

Finalizando a etapa de questionários, algumas questões da ordem de mudanças e perspectivas para o município confirmam o contato direto que a população tem com a prefeitura. Caso queiram mudar alguma coisa na cidade, 53,75% dos entrevistados apontam que teriam “mais força falando com alguém da prefeitura”. “Família, vizinhos e amigos” e o “grupo que participam” apresentam distribuição parecida entre 20% e 26% (Figura 37).

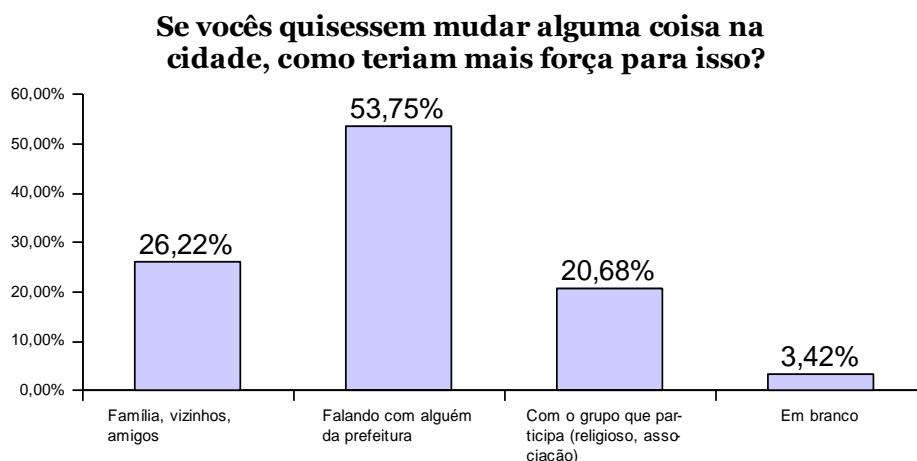


Figura 37 - “Força” para mudanças em Urupês.

A imagem desgastada da política convencional (partidária eleitoreira) pode ser mais evidentemente detectada perante os dados da Figura 38. Apenas 13% da população assinala que a “política é boa para a cidade e que gostam de participar”. A grande maioria prefere se esquivar: 59,77% assinala que a “política faz bem para a cidade mas preferem não se envolver”. Ainda 25,9% destacam que a “política não resolve nada além de estar numa esfera de brigas”.

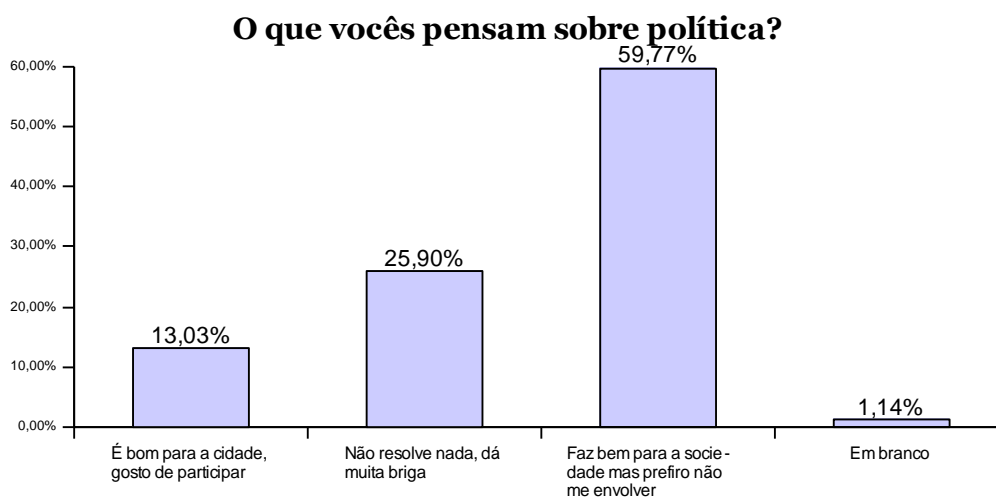


Figura 38 – Visão de política para a população de Urupês.

Finalmente, diante de todas as respostas, muitas vezes paradoxais, a população de Urupês ainda é otimista quanto ao futuro (Figura 39). Embora 22,64%

não acredite que muita coisa mude na cidade, a maioria dos entrevistados (76,87%) acredita que a cidade vai melhorar.

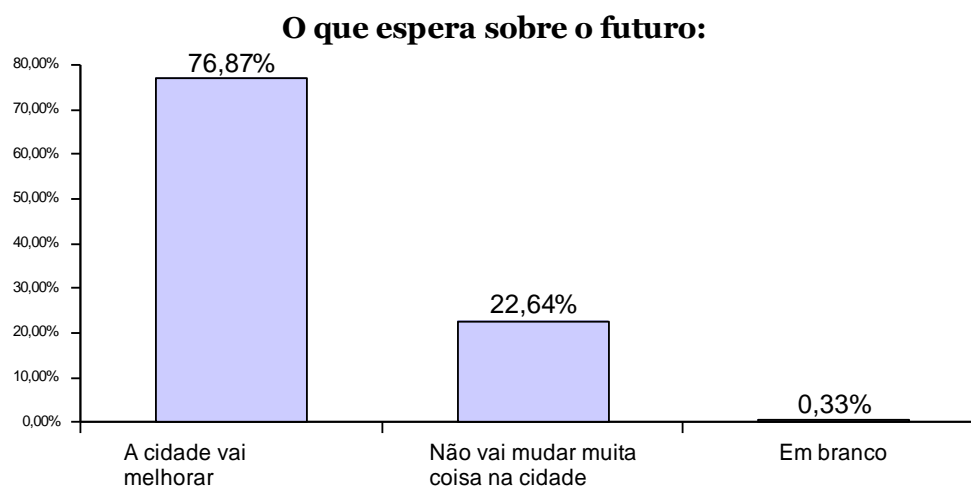


Figura 39 – Expectativa quanto ao futuro de Urupês.

3.4 Entrevistas

Os pontos principais das entrevistas com os representantes dos três poderes municipais estão organizados em “Quadros” conforme a temática abordada durante a realização da entrevista. Os representantes são identificados com as siglas “E” (representante do executivo), “J” (representante do judiciário) e “L” (representante do legislativo). Esta opção foi tomada para preservar o sigilo de identidade, já que, em se tratando de município de pequeno porte, os mesmos seriam facilmente identificados. Esse foi o procedimento ético-metodológico para realização das entrevistas, de forma que o entrevistado se sentisse mais seguro para responder as questões.

Em cada “Quadro”, há a questão realizada, os trechos mais característicos das respostas e um comentário síntese para posterior reflexão.

O roteiro das entrevistas foi o seguinte:

- Questões pessoais sobre o entrevistado e sua percepção sobre o município;
- Percepção sobre a administração municipal, forma de gestão pública e o relacionamento entre os três poderes;

- Percepção dos três poderes sobre a população, organizações da sociedade civil e sobre a administração municipal;
- Arena política de participação, comunicação e organização da sociedade civil;
- Dimensões da Sustentabilidade Democrática;
- Percepção temporal sobre o município.

A primeira etapa de questionamentos foi elaborada com o intuito de caracterizar os entrevistados tendo em vista sua relação com o município. Tais perguntas, de domínio pleno por parte do entrevistado, possibilita “quebrar o gelo” para que a conversa flua mais naturalmente. Conforme as informações do Quadro 14, os representantes do Executivo e Legislativo têm vínculo mais forte com o município, em geral desde o nascimento. Quanto ao Judiciário, geralmente o vínculo é recente, por escolha de vagas disponíveis quanto ao preenchimento do concurso público que foram aprovados. Tal fato se reflete quanto ao conhecimento recíproco da população e no tamanho de suas famílias, visivelmente menor no judiciário.

Ainda no início, questionou-se sobre aspectos positivos e negativos que caracterizam o município de forma que o restante da entrevista não influenciasse suas respostas. As mesmas questões foram retomadas ao final da entrevista para verificação de sua coerência. Dentre as respostas, o aspecto positivo que se sobressai enquanto característica marcante de Urupês é a receptividade, solidariedade e proximidade no convívio cotidiano. Estas questões, afeitas ao conhecimento recíproco, também são encaradas como aspecto negativo na medida em que tem-se um controle e preocupação excessivos com as questões que dizem respeito ao outro. Também como aspecto negativo, fatores que de certa forma desestabilizam esta situação de solidariedade e proximidade são citados, tal qual o desemprego, as drogas, a violência, o déficit habitacional e a imigração de trabalhadores em razão do corte de cana. A política assistencialista e coronelista também fazem parte desta caracterização (Quadro 14).

Quadro 14 - Questões pessoais e percepção sobre o município.

ASPECTO ABORDADO E COMENTÁRIO	EVIDÊNCIA
Relação com a cidade	
No geral, têm vínculo de longa data com o município, exceto	Executivo - No geral, todos têm um vínculo bastante forte com o município, basicamente desde a infância ou juventude.

representantes do judiciário	Judiciário - De 3 entrevistados, apenas um tem vínculo com o município (desde a infância). Os demais estão no município, recentemente pelo trabalho (concurso público). Legislativo - vínculo forte com o município, desde a infância.
Quantas pessoas pensa conhecer em Urupês?	
Pensam conhecer boa parte da população. No judiciário esse conhecimento é menor.	Executivo - 3 dos entrevistados disseram conhecer 75% da população, e 2 entrevistados, 50%. Judiciário - 2 dos entrevistados disseram conhecer 25% da população, e 1 entrevistado, 50%. Legislativo - 75%.
Qual o tamanho da sua família em Urupês (grande, média, pequena)?	
Respostas divididas entre as opções. Ressalva para o judiciário, com membros sem família no município.	Executivo - 1 entrevistado grande, 2 entrevistados média e 2 pequena. Judiciário - 2 dos entrevistados não têm família em Urupês; 1 entrevistado, média. Legislativo - Pequena.
O que mais chama a atenção do(a) senhor(a) no município de Urupês?	
Em todos os discursos fica evidente a questão do conhecimento mútuo e da solidariedade. A participação popular relacionada à solidariedade também é citada.	E1 - [...] é a preocupação que as pessoas têm com as outras em todos os sentidos. E2 - [...] são os laços afetivos mesmo que as pessoas têm umas com as outras, a solidariedade né das pessoas, o relacionamento assim das pessoas. E4 - [...] é a hospitalidade do povo [...]. E5 - Olha, uma das coisas que a gente tem observado e aqui a gente até comenta com relação a outros municípios, é a parte social, as pessoas aqui saem de casa e convivem . [...] você sai de segunda a segunda e tem gente na praça, tem gente andando, tem gente batendo papo. Tudo que você convida elas estão prontas pra participar. Eventos que a gente realiza aqui, promoções, por exemplo, leilão do gado que nós fizemos agora no mês passado pro hospital. Todo mundo ajuda. [...] um povo muito solidário , um povo muito alegre, ta sempre na rua. É uma cidade cheia de gente eu acho. <i>Você consegue pensar numa causa pra isso, alguma explicação?</i> [...] as minhas famílias tanto do meu pai quanto da minha mãe são famílias muito grandes e famílias muito unidas, e eu vejo isso em outras famílias também aqui em Urupês, famílias grandes e famílias unidas. Então eu acho que isso vai passando de pai pra filho [...]. Judiciário - Não responderam. Passaram para a próxima questão. Legislativo - Qualidade de vida.
E se fôssemos classificar em uma coisa boa e uma coisa ruim, o que mais chama a atenção?	
Confirma-se a questão do conhecimento mútuo e da solidariedade como aspecto positivo. Este ponto também é situado como negativo em relação à visão de mundo limitada e a fofoca. O mercado de trabalho restrito, o déficit habitacional relacionado à imigração de cortadores de cana-de açúcar, as drogas e a violência, e a política coronelista e assistencialista são citados como aspectos negativos.	E1 - [...] ruim é eles não terem uma visão maior do que é a sociedade, o mundo mesmo, que eles são muito presos assim aonde eles moram e quem mora do lado , não tem uma visão geral. E2 - [...] o mercado de trabalho é muito restrito para as pessoas, acho que não é nem por falta de vontade, de governança nada, é que é mesmo. [...] interesse deles (empresários) é um retorno muito imediato [...]. E3 - [...] ruim em cidade pequena é a questão da fofoca [...]. Ao mesmo tempo que tem forte essa questão da solidariedade, que eu acho que tem mesmo em Urupês, também tem a preocupação excessiva com a vida privada das pessoas . E4 - [...] falta de habitação . [...] muita gente desesperada atrás de casa e não tem casa na cidade. E além de tudo, por causa do pessoal que vem pro corte da cana , aí dificultou mais ainda porque aquelas casas mais baratas hoje elas se tornaram caras porque tem concorrência né [...]. E5 - [...] essa questão das drogas, a violência . Não a violência propriamente dita mas assim, o que a droga gera né, a questão de pequenos furtos. [...] vai mudando o perfil da cidade. A gente ficava com a porta da casa aberta. Hoje você já não fica mais . J1 - É uma cidade com características normais do mesmo tamanho e parâmetro da região. J3 - Eu acho assim, de forma negativa eu acho assim a política do município. A maneira como a população é dominada , como ela é tratada, como ela é domesticada. Sabe, esse tipo de coisa. Uma coisa positiva é que assim, é uma cidade acolhedora , é receptiva, é legal isso.

A etapa seguinte tratava da caracterização da administração e gestão pública municipal no que diz respeito às prioridades de atuação e a identificação dessas prioridades. As formas de divulgação envolvendo ações do governo municipal e a

comparação com o passado recente do município também foram objetos de interesse, assim como o apontamento das principais dificuldades e o contato entre os demais poderes na perspectiva de compartilhar a gestão pública.

Conforme a leitura do Quadro 15, as prioridades de atuação da administração estão centradas nas três áreas básicas que constituem a rede de proteção social: saúde, educação e assistência social. Sendo que em cada área, a identificação da demanda é percebida no dia-a-dia do município, no contato direto com os representantes do governo municipal, notadamente o fácil acesso centralizado na figura do prefeito. A divulgação das ações por parte do governo municipal segue mesma tendência, percebida pela população no dia-a-dia, conforme a própria execução da ação. Os meios de comunicação local (rádio, jornais e carros de som) são também utilizados. Destaca-se a maior divulgação por esses meios em período eleitoral. Vale lembrar que as características da administração municipal vigente são descritas como “seguinto a mesma linha”, numa posição de continuidade entre as gestões públicas recentes.

A maior dificuldade enfrentada pela administração municipal diz respeito a capacidade de arrecadação tributária. Os recursos limitados decorrentes da ausência de grandes indústrias ou empresas no município é o principal fator que dificulta investimentos diversos dos especificados pela constituição, repassados diretamente para a saúde, educação e assistência. Neste aspecto, conforme relato dos entrevistados, a autonomia municipal é limitada, isto é, o município é dependente de repasses de verbas das esferas estadual e federal, não conseguindo trilhar um caminho próprio de desenvolvimento. Todavia, conquanto haja dependência, são relatadas possibilidades de contorno, superação ou alternativas de desenvolvimento, como sucede com o setor municipal de confecções de vestuário e a própria característica da população, receptiva e solidária (Quadro 15).

Quanto a comunicação entre os poderes, prevalece a percepção de que os mesmos são distantes e apresentam contato apenas diante de relações exigidas formal e burocraticamente.

Quadro 15 - Percepção sobre a administração municipal e a forma de gestão pública e o relacionamento entre os três poderes.

ASPECTOS ABORDADOS E	EVIDÊNCIA
----------------------	-----------

COMENTÁRIOS	
Quais as prioridades que o(a) senhor(a) percebe na atual administração municipal?	
São citadas as três áreas básicas de atuação que são a saúde, assistência social e educação. Não há nada específico como projeto de desenvolvimento. Fala-se em continuidade de um processo iniciado nas gestões anteriores, centrado na figura do prefeito.	<p>E1 - Moradia e saneamento básico. E2 - Esse governo continua priorizando como o anterior a educação, a saúde e a assistência social [...]. E4 - [...] muito em cima da educação. [...] habitação. [...] o social e saúde né. E5 - [...] a administração anterior, eu acho que deu alguns passos assim muito importantes com relação a saúde, e com relação a educação né. [...] foi feita uma continuidade nesta gestão [...].</p> <p>J1 - [...] a saúde, como a reforma do hospital municipal, inclusive na rede de tratamento de esgoto que está vinculado. J3 - [...] não to vendo prioridades. [...] ele está correndo atrás de colocar algo em ordem que já tem aí [...].</p> <p>L1 - A saúde.</p>
Como a administração municipal detecta (percebe) as necessidades da população?	
As necessidades da população são detectadas no dia-a-dia, no contato próximo com a população. Esta tem acesso direto ao prefeito, figura central da administração municipal. Um dos entrevistados denota que as reais necessidades não são detectadas, isto é, as ações são tomadas de acordo com os objetivos pessoais daqueles que tomam as decisões.	<p>E1 - [...] é por esse lance da conversa, sabe, com o pessoal, com a comunidade mesmo. Como o prefeito é assim aberto, as pessoas falam na cara, vão lá e conversam [...]. E2 - [...] no contato do dia-a-dia mesmo. As pessoas, em cidades pequenas, as pessoas procuram a prefeitura por qualquer necessidade que eles tenham. E4 - Bom, como é uma cidade pequena, no contato que a gente tem no dia-a-dia com o povo você vai percebendo aquilo que é mais cobrado no município. [...] São coisas que não precisa nem ficar aí fazendo pesquisa pra descobrir, você já é cobrado. E5 - É no corpo-a-corpo mesmo, no dia-a-dia, sabe. E ouvindo os profissionais. [...] a administração ouve muito nossas sugestões e tenta atender na medida do possível.</p> <p>J1 - Seja reclamação dos próprios munícipes, seja por provocação as vezes de outras autoridades, seja do legislativo, do ministério público, do judiciário. J2 - [...] quando a pessoa tem necessidade tem as entidades beneficentes que ajudam [...]. J3 - Olha, eles não percebem. Eles têm aquilo que eles querem fazer e eles jogam pra população assim.</p>
Como a administração municipal divulga suas realizações (obras, campanhas, eventos, etc.), seja o que já foi feito ou o que será realizado?	
São citados os meios de comunicação local como os jornais, rádio e o carro volante. O contato do dia-a-dia também é citado como divulgação conforme a realização pretendida. A divulgação das realizações em período eleitoral também caracteriza o município.	<p>E1 - [...] carros volantes, isso aí não pode faltar, e nos jornais. E2 - [...] o jornal local. [...] o contato com eles pessoalmente [...]. E3 - [...] os dois jornais, o carro né que fala na rua, que aqui em Urupês é um meio de comunicação, e o rádio. E4 - [...] se tratando de uma cidade pequena, conforme você vai fazendo o povo já vai ficando sabendo né. Mas normalmente [...] no jornal [...]. E5 - [...] é pouco divulgado. Deveria ter uma divulgação muito maior. As pessoas que têm acesso, que se beneficiam sabem disso mas não sabem com tanta riqueza de detalhe como eu to falando pra você agora.</p> <p>J1 - [...] imprensa e órgãos oficiais, as vezes tem denúncias, autos de infrações. J3 - Através de uma feira, um show e muita queima de fogos, entendeu. [...] vai chegando em época de eleição é uma "doidera", ainda há, sabe aquela história de pão e circo, aqui é. [...]. Sabe o que você sente, que o pessoal treme de medo. As pessoas aqui ainda não perceberam, que ninguém vai estar lá dentro da urna vendo em quem você vai votar.</p> <p>L1 - [...] divulgam tudo, seja no jornal, rádio, o que tiver de meio de comunicação eles tão divulgando.</p>
Quais dificuldades o(a) senhor(a) diria que a administração enfrenta?	
A maior dificuldade da administração está relacionada ao aporte de recursos financeiros já que a arrecadação tributária é baixa e não há empresas de grande porte no município.	<p>E2 - [...] grandes investimentos a gente não consegue fazer porque no município pequeno a arrecadação em relação a outros é pequena. E3 - [...] dificuldade com recurso, muita coisa que a gente gostaria de fazer, a gente não consegue fazer por causa de recurso mesmo. E4 - [...] em se tratando de uma cidade pequena é a falta de recursos. Esse é o principal fator de uma cidade pequena. Por que a arrecadação do município é pequena, e então é aquele básico né, se você sair fora daquele básico, você já começa a ter dificuldade.</p> <p>J1 - A maioria é o inchaço de servidores públicos, restrição orçamentária pra investir em todas as áreas.</p> <p>L1 - Ah, a falta de recursos financeiros que é o que alegam só não fazem mais por</p>

	causa disso mesmo.
Você consegue indicar algum diferencial desta administração com o passado recente do município?	
Conforme os entrevistados, não há diferenças significativas entre as últimas gestões municipais, que nos últimos 10 anos são do PSDB e seguem a mesma linha de atuação.	<p>E1 - Eu to achando que ta na mesma linha com algumas exceções [...].</p> <p>E3 - [...] nós começamos numa linha de continuidade do governo anterior, que eu entendo que foi um bom governo. Mas o diferencial que teve é que anteriormente havia uma visão muito política e a visão agora é mais administrativa [...].</p> <p>E4 - Olha, não tem muita diferença [...].</p> <p>E5 - [...] é uma continuação mesmo sabe. [...] seguiu a mesma linha, não deixou de oferecer nada que a outra administração oferecia [...].</p> <p>J1 - Essa administração me parece mais suscetível à críticas e está disposta a corrigir.</p> <p>L1 - [...] foi uma seqüência né que já vem... desde 1998, então desde lá pra cá eles seguem a mesma cartilha mesmo e não tem mudado nada, ta tudo do mesmo jeito ainda.</p>
O município tem autonomia para desenvolver suas potencialidades e trilhar um caminho próprio de desenvolvimento?	
A dependência financeira é o principal empecilho ao desenvolvimento local. Assim mesmo, a agricultura é lembrada como setor importante ao desenvolvimento mas não exclusiva. O setor de vestuário (confeções) desponta como alternativa atual. A participação e receptividade popular é lembrada para promover mudanças.	<p>E1 - [...] com essa coisa de impostos?! Eu acho que não. Eu acho que é dependente. Acho não, tenho certeza.</p> <p>E2 - [...] é dependente de recursos do governo estadual e federal. Pra atingir todas as metas sim. Ele não é totalmente autônomo. Acho que nenhum município pequeno consegue ser. A fonte é muito pequena, principalmente Urupês, porque não têm grandes empresas, não tem uma arrecadação suficiente pra alavancar rapidamente.</p> <p>E3 - É, tem essa questão financeira que a gente acaba dependendo de verbas estaduais e federais.</p> <p>E4 - Não, ele é dependente, um município que depende muito da verbas do governo Estadual e Federal, mas nosso município, você veja bem, até uns 10 anos atrás ele era muito dependente da agricultura, era exclusivamente agrícola e hoje nós já temos já uma linha assim do lado de confeção, é uma coisa que despontou no município, que é uma tendência pra confeção.</p> <p>J1 - Não, só autonomia legal. Autonomia econômica é muito dependente de repasses dos fundos.</p> <p>J3 - Se quisesse. O povo é muito receptivo e tudo que você chama o povo pra participação, o resultado é... desde que não contrarie. Eu acho, porque olha se quisesse, a parte da agricultura é forte no município né, e o pessoal, se fosse por exemplo “oh, vamos montar tal projeto” mas coisas assim, ouve primeiro a população, depois oh, vamos executar isso, você contaria (com a população).</p>
Durante sua permanência neste cargo houve alguma situação que você considera relevante (positiva ou não) com os outros poderes?	
Nota-se um distanciamento entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Nenhuma situação relevante foi recordada envolvendo os três poderes. Neste aspecto, um dos entrevistados relata que este é o funcionamento habitual no qual o questionamento não é bem vindo.	<p>E1 - [...] os vereadores, o poder judiciário e o executivo, é muito distante [...]. Mesmo entre eles, entre os vereadores, eu sinto isso porque na câmara, nas sessões que eu já fui não tem nada assim de relevante, que você fala assim “poxa, que coisa legal”.</p> <p>J3 - [...] quando você começa a questionar então você é mau visto, você é excluído, entendeu. Então, eu não tenho acesso a eles. [...] Ou você lê a cartilha, ou você é queimado e você não serve [...]</p> <p>L1 - [...] da parte de fiscalização. Agora, fora isso, mais nada, é muito difícil. [...]. Mas o contato entre prefeitura e câmara é constante, sempre difundindo, sempre procurando o bem comum. Mas não tem nenhum fato ou alguma coisa...</p>
Há alguma forma de comunicação entre este poder e os demais?	
As respostas se dividem embora seja evidente o distanciamento de comunicação entre os poderes ou a mera formalidade burocrática de solicitação de documentos diversos.	<p>E2 - Com o legislativo: acontece muito pouco. Com o judiciário: Não, nunca solicitam, é difícil.</p> <p>E5 - Sim, o judiciário solicita bastante. Porque esses casos através do conselho tutelar então eles solicitam da gente, atendimento médico e também atendimento psicológico e, as vezes, em algum caso de processo, perícia médica. Com o legislativo: Hum, não, é mais tranquilo. Nada assim...</p>

J1 - Com a atual administração **há uma política de boa vizinhança**.
 J3 - Olha, os contatos que a gente teve, porque o que acontece aqui, você sabe esse monte de ação civil pública, então não tem como acabar quieto sabe. Então é só assim em época, preciso disso, aquilo que o tribunal não fornece, **não é aquela relação de parceria, harmônica**. Não percebo isso não.

L1 - **Relação harmônica**. [...] mas tudo isso **sem formalidade alguma** [...]. Aqui no caso, o vereador encaminha as indicações lá pro prefeito sugerindo melhorias na cidade que são os pontos que a população chega pro vereador que é o representante legal deles e fala assim: “oh, to com dificuldade naquele bairro lá... então o vereador vem, faz uma indicação sugerindo a melhora naquele bairro.”
 J2 - Com o legislativo ainda **não teve**.
 J3 - Com o legislativo acho que **nem existe**. Porque é assim, com o executivo sabe o que acontece, o tribunal muitas coisas fornece a nível material, então, é uma **relação regular** [...].

Prosseguindo, a etapa que se sucede esteve voltada à caracterização sobre a sociedade e suas formas de organização no que diz respeito a formação de grupos, presença de lideranças e reivindicação de seus interesses. Questões sobre o diferencial da administração municipal atual foram retomadas para confirmação das respostas anteriores. A relação da população com o poder legislativo também foi abordada. As respostas desta etapa constam no Quadro 16.

Primeiramente é notável a designação de organizações públicas de caráter religioso como forma de organização da sociedade. Dentre elas, associa-se seu caráter de assistência colaborando com a prestação de serviços públicos à população. Neste aspecto, três entidades são mais recorrentes ao longo de toda a entrevista: a Associação Espírita Matheus, a Pastoral da Criança e a Sociedade São Vicente de Paula (Vicentinos). Fora este tipo de organização, a população municipal é vislumbrada, conforme os relatos, sem capacidade organizativa.

No tocante ao cadastramento destas entidades, embora as respostas sejam controversas, verificou-se que o mesmo não existe embora seja de interesse para a administração municipal para que não haja sobreposição de assistência entre as famílias beneficiadas. Percebe-se a função relevante destas organizações religiosas para políticas públicas sendo que a dificuldade no cadastramento das entidades de caráter público é referente ao receio em que estas têm ao compartilhar suas ações, informações e seus “assistidos”.

Sobre as condições socioeconômicas da população, fica evidente duas posições: a ausência de classe alta e ausência de miseráveis em Urupês. Trata-se de uma maioria classe média com nuances para classe alta e classe baixa, estando a maioria da população na classe média-média. Ainda classificam a população como simples e humilde em razão das poucas oportunidades que tiveram na vida. Outro ponto, a

entrada de imigrantes cortadores de cana-de-açúcar, é apresentado como característica de preocupação e mudanças na estrutura sócio-econômica local.

As demais evidências confirmam os comentários anteriores sobre as formas de divulgação das realizações da administração municipal. No caso das reivindicações populares, o caráter individual é destacado no contato direto com o prefeito, isto é, são de interesses próprios e não coletivos.

Enquanto liderança, as entidades religiosas ocupam evidente posição, sendo mais recorrente nos relatos. Quanto ao acompanhamento do legislativo por parte da população, o possível desconhecimento de suas atribuições e a falta de interesse e participação marcam esta relação, representada sobretudo pelo esvaziamento popular durante as sessões legislativas da câmara (Quadro 16).

Quadro 16 - Percepção dos três poderes sobre a população, organizações da sociedade civil e sobre a administração municipal.

ASPECTOS ABORDADOS E COMENTÁRIOS	EVIDÊNCIA
Quais as formas de organização da sociedade que você identifica em Urupês?	
<p>A organização religiosa é evidente enquanto organização da sociedade e está associada à prestação de assistência social no município. Fora essa questão religiosa e de assistência, os entrevistados consideram bastante informal, preliminar e até mesmo nula a organização da sociedade. As organizações religiosas que mais se destacam são a pastoral da criança, os vicentinos e o grupo espírita. A organização de assistência lembrada está relacionada à recuperação de alcoólatras (ARA).</p>	<p>E1 - [...] tem entidades trabalhando muito sério nessa questão social. Tem o centro (espírita) que eu acho perfeito, religiosa no caso. [...]. Escola seria também?! Existe muita campanha sobre o alcoolismo, sobre a violência mas isso tudo mais em escolas. Agora, essas entidades religiosas, eu acho que a gente pode chamar tanto a espírita quanto a católica tem um grupo da criança, da pastoral da criança [...]. E2 - Eu acho que em Urupês, é muito difícil, tá muito ainda no início. Eles ainda não conseguem formar organizações, eles não têm ainda, eu acho, um preparo pra assumir organizações. Eu acho que o que mais trabalha nesse sentido é a Igreja, os grupos religiosos. E3 - Eu acho que é bem informal. Eu acho que a população de Urupês ainda não aderiu essa questão como ela poderia estar participando mais ativamente. A gente tem uma série de conselhos mas a gente tem que puxar, quase que pedir por favor pras pessoas participarem desses conselhos. E4 - Ah, eu acho que existem vários grupos né. Tem o da Loja Maçônica, que é muito forte na cidade. Nós temos o Centro Espírita, nós temos os Vicentinos, que é da Igreja, ligado à parte religiosa. São os que se destacam na cidade. São os três maiores da cidade. [...]. Nós temos também a Pastoral da Criança, que é bem forte também. E temos, aquele antigo, o ARA, que era o de sobriedade. E5 - Eu participo da Igreja né. Então eu posso falar da realidade. [...] é um movimento da igreja católica, e chama rede de comunidades. [...] eu percebi esse movimento muito importante porque eu moro lá há quatro anos, tinha vizinho [...] que eu não sabia nem que morava ali. Então agora, a gente tá muito mais unido em termos de bairro. Então eu achei que esse é um movimento que deve estar ocorrendo na cidade toda.</p> <p>J1 - Olha, praticamente, organização é quase que nula aqui. J2 - [...] eu soube que alguns funcionários daqui, não sei se pra você é relevante, mas que eles frequentam acho que determinado tipo de igreja, que têm alguma religião. J3 - Olha, eu só vejo a organização das igrejas, fora isso eu não vejo organização nenhuma.</p> <p>L1 - [...] Eu vejo assim, a associação que seria o ARA (alcoólatras), os vicentinos, os espíritas...</p>
Há algum cadastramento destas organizações?	
Nesta questão há confusão nas	E1 - Não sei , eu acho que era bom você verificar lá.

<p>respostas. Uns dizem que há o cadastramento e outros dizem que não. Fala-se em atuação parceira entre Assistência Social Municipal e as entidades religiosas para evitar a sobreposição de auxílio. Ao mesmo tempo relata-se a dificuldade em atuar conjuntamente pela dificuldade e receio em compartilhar informações.</p>	<p>E2 - Esse cadastramento é feito na área da assistência social. [...] não sei se porque a cidade é pequena todo mundo se relaciona num grupo só. Então eu acho que eles não sentiram a necessidade de fortalecer as organizações, uma organização.</p> <p>E3 - Então, não, não tem. A gente tem o cadastro da assistência social, que tem mais de mil (1000) famílias cadastradas mas o certo seria. A gente tá implantando o CRAS né em Urupês, que começou no início do ano passado. O CRAS é o Centro de Referência da Assistência Social e o certo seria o CRAS trabalhar em conjunto com todas as entidades, por exemplo, com os vicentinos, com a associação espírita. Só que na prática não é fácil porque as pessoas acabam dividindo os setores, não gostam muito de passar informação.</p> <p>E4 - Existe. Pela Assistência Social. Porque a prefeitura na parte da Assistência Social, ela trabalha em conjunto com todas essas organizações. Tanto religiosa, quanto de classe, né. Porque, pra atender aquele problema de dois ou três tá ajudando a mesma pessoa ao mesmo tempo.</p>
<p>Considera que é (ou seria) importante esse cadastramento? Por quê?</p>	
<p>Consideram importante o cadastramento das entidades que prestam assistência para melhorar e aumentar sua eficiência e área de atuação. Neste aspecto, é citado o grande número de voluntários que participam das entidades e falta de integração entre as entidades e com a prefeitura pelo receio ou competição entre os grupos.</p>	<p>E3 - Sim, muito, eu acho! Eu acho que se a gente trabalhar em rede [...] a assistência, educação e saúde, você evita, por exemplo, que uma mesma família seja ajudada por vários segmentos e outra família não seja ajudada por ninguém. Na assistência social, embora esta questão do social seja uma questão institucionalizada, a gente depende de funcionários, ali não são voluntários. Então nós temos duas assistentes sociais e duas estagiárias. Pra atender a população inteira é pouco. Então se a gente conseguisse trabalhar em rede com essas entidades, talvez a gente pudesse fazer um trabalho melhor. Porque como eles têm muitos voluntários, eles ficam sabendo, eles dão uma ligadinha e dizem “olha, tal família, tal criança...”.</p> <p>E4 - O cadastramento é muito importante pra você não estar, duas ou três entidades ou associações tá ajudando a mesma família.</p> <p>E5 - Sim, eu acho. [...] Mas ele tinha que ser único no município, ter um intercâmbio maior mas parece que existe um medo, que um vai roubar cliente do outro. [...] Falta essa integração entre esses movimentos. Eu acho que teria que ter um cadastro único mesmo pra que todo mundo fosse atendido e ninguém ficasse na fila.</p>
<p>Se pudesse definir as condições socioeconômicas da população, como classificaria?</p>	
<p>Basicamente, a percepção sobre as condições socioeconômicas da população a classificam como classe média e média-baixa. A despeito da pouca riqueza, não a caracterizam como miseráveis e sim pessoas que não tiveram muitas chances na vida, humildes, do campo e que decorrente desta situação aceitam aquilo que lhes é dado. A questão da imigração de cortadores de cana é citada.</p>	<p>E1 - Ah, é média-baixa né...</p> <p>E2 - Ah eu acho que ainda... média, média pra... (pela expressão, pra baixo).</p> <p>E3 - Ah eu acho que Urupês é uma cidade pobre. Não é uma cidade miserável. Eu acho que a maioria consegue ter um salário, por comida em casa, cuidar bem dos filhos mas é uma cidade mais de classe média-baixa, classe média-média.</p> <p>E4 - [...]. É de média pra média-baixa.</p> <p>E5 - Eu acho que aqui em Urupês existem poucas pessoas carentes, poucas pessoas abaixo da linha de pobreza. Nem sei se existe aqui. [...] é claro que não é todo mundo que vive numa maravilha mas eu acho assim Urupês não é uma cidade de gente pobre não, gente miserável.</p> <p>J2 - São pessoas humildes e muitas vezes não esclarecidas principalmente nas ações contra o INSS. São pessoas que trabalharam a vida inteira na atividade rural. Dá pra perceber assim que não tiveram muitas chances.</p> <p>J3 - É uma sociedade muito pacífica, né. Aceita tudo muito assim sem questionar. Eu não sei se é reflexo da condição financeira, do poder aquisitivo da população. [...] Eles vivem muito de aparência, e depois com essa história da cana né, a migração de (“paráibas”)... é grande.</p> <p>L1 - Ah, aqui tem uma discrepância muito grande. Tem muita gente com muito e muita gente com pouco.</p>
<p>E dividindo em classe alta, média e baixa, qual a porcentagem da população em cada classe?</p>	
<p>Dividindo em porcentagem, é quase que consenso não haver classe-alta em Urupês. A grande maioria da população é tida como da classe média, variando-se em média-baixa, média-média e média alta.</p>	<p>E1 - Classe média, 1 ou 2 % e classe baixa o restante.</p> <p>E2 - [...]. Uns 60% então seria média pra baixo.</p> <p>E3 - [...]. Eu acho que a classe média-baixa dá uns 50-60% da população. A classe média-alta, eu acho que não chega a 10% da população. E o restante é média-média.</p> <p>E4 - Eu acho que aqui não tem classe alta. Eu acho que seria aí uns 70% de classe média e uns 30% de classe média-baixa.</p> <p>J1 - Na minha percepção aqui a classe média-baixa é preponderante. Em torno de 40%.</p> <p>J3 - Classe alta não tem mais. Pra falar assim, na concepção de classe alta, fulano tem grana mesmo, como a gente via antigamente né, não vejo ninguém não viu.</p> <p>L1 - [...] teve um estudo que saiu aí, eu não to lembrando a porcentagem certinha mas eu acho que classe média, em torno de 40%, um pouco menos. Classe baixa, 60% e classe alta, 6 a 7%.</p>

Na sua opinião, como a população fica sabendo da política municipal?

<p>Enquanto política municipal, a personalidade das relações sociais marca a divulgação e comunicação com a população. A vivência do dia-a-dia e o próprio acesso aos serviços públicos revelam as ações públicas da administração municipal, tendo sua responsabilidade centrada na figura do prefeito. Aspectos eleitorais também são citados quando da divulgação de realizações em época de eleições. A ausência de participação nas sessões do legislativo também é relatada.</p>	<p>E1 - Mais esse jornalzinho “A voz do povo” e a voz do povo mesmo...risos. E3 - Eu acho que a partir da vivência por a cidade ser pequena por exemplo então quase toda família tem um filho ou um neto na escola então ele fica sabendo rapidinho como é que ta a educação porque essas crianças frequentam a escola, como é que ta a saúde eu acho que 80, não, 90% da população da cidade frequenta o centro de saúde, uma minoria que só vai no médico particular. [...] E tem os meios de comunicação [...]. A diferença de uma cidade grande que essas pessoas para saber o que aconteceu no outro bairro, tem que ser através do jornal. Aqui a gente acaba sabendo, tendo a notícia todo dia né. E4 - Olha, eu acho que a população também fica atenta, eles ficam ligados naquilo que o prefeito ta fazendo. Mas uma das maneiras de você divulgar seria através do rádio local e da imprensa escrita né. J2 - Eu acho que principalmente nas épocas de eleições que eu já soube que é bem acirrado. J3 - [...] é passado aquilo que de uma maneira “isso a gente tem que se curvar”, sabe, porque eles sabem como passar uma imagem positiva mesmo que você vê que aquilo vai prejudicar mas a pessoa não consegue perceber isso [...]. L1 - Infelizmente, cara, na câmara, você viu a sessão naquele dia, o pessoal não participa. Então eles ficam sabendo pouca coisa e o que sabe é só através do jornal ou então alguma coisa de boca aí... e muitas vezes a coisa distorce da realidade mesmo. Mas é pelo jornal mesmo a maior comunicação.</p>
--	--

O que a administração municipal oferece hoje à população que não era possível no passado?

<p>Quanto aos serviços públicos prestados pela administração municipal são relatadas melhorias nas áreas da saúde, educação e assistência. Fala-se em aumento de investimentos e forma de aplicação, tentando transformar o caráter assistencialista. O aspecto financeiro é tido como maior em relação ao passado.</p>	<p>E1 - [...] essa parte de educação e cultura melhorou [...]. E2 - Na área educacional, eu acho que mais oportunidades de estudo. [...]. Agora nas outras áreas, eu acho que intensificou muito a área da saúde. [...] a assistência social sempre existiu né, [...] só que hoje ela é direcionada diferente, as regras são diferentes, antes fazia assim um assistencialismo sem contrapartida. Eles tentam hoje, se bem que ainda não conseguem, [...] fazem uma troca de, por exemplo, a família ta precisando mas ela também é orientada ta, pra que ela preste serviços à comunidade pra que ela não só receba mas que ela tenha condições de ta procurando alguma coisa pra fazer né. E3 - [...] a gente tem um investimento maior na parte de social. [...] estamos também investindo um pouquinho mais na educação e também aumentou muito o investimento na saúde. São as três coisas que a gente tem gastado mais aqui do que a administração anterior. L1 - Hoje já é outra realidade, as condições de finança aí e de dinheiro são muito maiores do que antes. [...] melhorou muito porque tem mais gente trabalhando e hoje parece que a gente ta enfrentando uma nova fase, uma outra era [...].</p>
---	--

Durante sua permanência neste cargo houve manifestação ou pressão da população para solicitar ou reivindicar alguma coisa? Se não, por quê? Se sim, foi individual ou em grupo e para que?

<p>As reivindicações não têm caráter coletivo. As pessoas se manifestam individualmente conforme seus interesses, tal qual a procura de emprego. A visão assistencialista é evidenciada também por parte da população que se usa do voto como chantagem.</p>	<p>E2 - Pressão não mas reivindicações tem direto. [...] pedido de emprego. E3 - [...] ainda tem uma visão da população muito assistencialista. [...] não é só o político que compra o voto, a população vende o voto também né. Então, por exemplo, eles vão pedir alguma coisa, se você precisa falar não porque é uma coisa que não é possível ser feita legalmente ou por falta de recursos, são raras as pessoas que entendem. Aí sai falando “ah, então tá bom, então vai na minha casa pedir voto”, “você vai ver quando você vai for em casa”. Claro que não são todos mas uma grande parte da população faz assim [...]. E4 - Em grupo não teve. Tem manifestação individual, o cara cobra uma lombada, o outro cobra lá uma melhoria do vizinho que ta com necessidade [...]. São reivindicações informais. E5 - Ah, sempre tem mas é mais indivíduo. Grupo nunca. Nunca sofremos pressão. Mas indivíduo sim. J1 - Sim, mas poucas vezes. Fica difícil em responder o por quê. Ou por que não há o que reclamar ou às vezes por temeridade, repressão política, sei lá. J3 - Não, por medo da pessoas.</p>
--	---

O(a) senhor(a) identifica alguma(s) liderança(s) na população? Que tipo de liderança e qual o papel dessas lideranças?

<p>As entidades religiosas são indicadas como lideranças embora apenas relacionadas aos serviços de assistência. Os líderes políticos também são citados. Interessante descrição aponta o caráter formal estipulado do político, sem o envolvimento para assuntos polêmicos (ficam em “cima do muro”). Com menor frequência são citados os vereadores e lideranças sindicais, mesmo que envoltos por interesses políticos eleitorais.</p>	<p>E1 - Eu não sinto liderança aqui em Urupês, aliás eu acho que está faltando líderes no mundo, muito menos aqui em Urupês. E2 - [...] são os líderes religiosos [...]. E os vereadores acabam sendo, como são representantes da comunidade, das pessoas, são eles que acabam liderando também isso, acabam chegando e buscando alguma coisa em favor das pessoas, entendeu. E3 - Uma pessoa não. Eu vejo algumas organizações. Por exemplo, eu acho que os vicentinos. [...]. Eu acho que tem a pastoral da criança. O pessoal do centro espírita, eles são forte mas eu acho assim que eles são menos envolvidos politicamente, eles prestam assistência social interessante pra cidade [...] e tem a maçonaria também. E4 - [...] a Igreja, que eu acho que é uma das lideranças maior. E5 - Aqui eu não sinto isso [...].</p> <p>J1 - Sim, tem lideranças. São poucas mas tem. Tem a liderança sindical. Tem os líderes políticos. O papel nem sempre está em sintonia com a função exercida. A princípio, os líderes sindicais deveriam zelar pelos interesses dos trabalhadores mas aí acaba mesclando com os interesses políticos também. E os líderes políticos, preocupação em ascensão ao poder. J3 - Só as lideranças políticas mesmo.</p> <p>L1 - Hoje ta todo mundo meio na moita por causa de política. Porque todo mundo aí tomou gosto por política então. Você vai ver o que é de candidato que vai ter, tanto a prefeito quanto a vereador na próxima [...]. Medo de se envolver, dar a cara pra bater. [...]. Mas uma liderança assim não me vem ninguém</p>
<p>Na sua opinião, a população acompanha o andamento do poder legislativo? Por quê? A população participa das reuniões da câmara? Por quê?</p>	
<p>Especificamente quanto às sessões públicas da câmara legislativa, relata-se a falta de participação da população. Dentre as possíveis explicações, situa-se o desconhecimento das funções do legislativo por parte da população e a sua consequente falta de interesse.</p>	<p>L1 - Não, não acompanha. Cara, as vezes eu me levanto essa questão: “por que o povo não vem?”, porque o interesse maior mesmo é deles, porque aqui só vai ser visto coisas pertinentes ao bem da população mesmo. [...] Eles sabem que é de vereador mas nem sabe o que o vereador faz, vota sem saber o que o vereador faz.</p> <p>L1 - É baixa, o pessoal não vem mesmo. A gente já tentou fazer convite em rádio, em jornal, até o Genésio já passou aí pela rua (se referindo aos carros volantes) convidando o pessoal pra vim aqui participar das reuniões da Câmara, pra deixar a população mais ativa e consciente do que ta acontecendo né... mas não adianta cara, [...]. Eu acho que tem até falta de interesse da população que não vê que a coisa acontece porque deixa de controlar toda a matéria, porque o pessoal filtra aqui primeiro pra depois ser transformado em lei lá [...].</p>

Aprofundando sobre a caracterização da arena política de participação, comunicação e organização da sociedade civil, o Quadro 17 contém os principais trechos respondidos e analisados nesta etapa.

O canal de comunicação entre administração e organizações da sociedade civil é tido como aspecto que necessita de maior organização. Dois aspectos aparentemente contrários são destacados. O primeiro quanto a visão de coletivo, pensando-se no município como um todo, já que as reivindicações são individuais e também de interesse individual. O segundo, quanto a importância deste tratamento individual, ponto forte para o esclarecimento da população, que “absorve menos” as mensagens passadas coletivamente. Neste aspecto, o assistencialismo denota dependência à população, que não consegue agir de maneira autônoma (Quadro 17).

Quanto a participação nas decisões da política municipal, a característica que predomina é a de ausência de participação e desinteresse. Todavia, este aspecto está relacionado aos moldes instituídos constitucionalmente, tal qual a realização de

conferências, palestras, audiências públicas, sessões da câmara legislativa etc. Nestas instâncias, dificilmente realizadas, a população não comparece. A mínima participação é notada pela constituição dos conselhos municipais, embora seja verificada a insistência por parte da administração municipal para que a sociedade civil participe: “[...] *a gente quase que acaba pedindo por favor pra essas pessoas participarem [...]*” - E3.

Sobre a relação entre os poderes e as entidades de caráter público, um primeiro passo foi dado com a realização da Expocultura, um evento de exposições, shows, danças, músicas e a culinária típica de vários países. A administração municipal organiza todo o evento e as entidades se responsabilizam pelo cardápio típico dos países que representam. Toda verba arrecada é apropriada pela própria entidade para o desenvolvimento de suas atividades de assistência. Quanto ao legislativo e judiciário, estes relatam não ter qualquer contato com tais entidades. Apenas um representante do judiciário diz haver um cadastro de algumas entidades para recebimento de cestas básicas decorrentes de transações penais, isto é, penas revertidas em assistência à comunidade.

O Orçamento Participativo, experiência de maior visibilidade quanto à gestão democrática, também foi ponto de questionamentos. Apesar de não ser realizado no município, os entrevistados consideram importante esta experiência embora apontem a falta de recursos disponíveis para discussão, a ausência de consciência coletiva por parte da população e a falta de interesse de participação, assim como ocorre com os conselhos municipais, que também é uma esfera de decisão sobre aprovação e aplicação de recursos.

E finalmente para situar a concepção de política e democracia, questionou-se acerca de seus significados. A concepção inicial de política foi descrita em sentido pejorativo, desgastado pelo histórico da corrupção que ainda se faz presente na atualidade. A noção de **mediação de interesses** para o bem coletivo também foi explicitada perante o dia-a-dia de cada cidadão, entretanto, nesta concepção é perceptível o âmbito do desejo pela colocação verbal “seria”, “atendesse” etc. Para democracia, predominou a idéia de **liberdade de expressão e participação** enquanto usufruto de direitos e tomada de decisões, estando o direito à frente dos deveres do cidadão (Quadro 17).

Quadro 17 - Arena política de participação, comunicação e organização da sociedade civil.

ASPECTOS ABORDADOS E COMENTÁRIOS	EVIDÊNCIA
<p>Alguns paradoxos permearam as respostas no aspecto do coletivo e do individual. Relata-se que é preciso organizar o canal de comunicação já existente e melhorar a visão de coletivo, já que a população considera seus problemas como exigências individuais. Ao mesmo tempo, o contato pessoal e individual é tido como mais adequado ao melhor entendimento da população, na sua maioria de pessoas simples. O tamanho reduzido da população parece permitir esse diálogo individual. As divulgações formais (rádio, jornal, carro de som) atingem uma minoria. O passado político é resgatado como causa de temerosidade política, o que inibe discordâncias. Cidades vizinhas são tidas como mais politizadas.</p>	<p>Na sua opinião, é necessário melhorar o canal de comunicação entre a população e a administração municipal? Por quê? Como isso poderia ser realizado?</p> <p>E3 - [...] não melhorar o canal mas organizar. [...] isso acontece de uma forma muito individual. [...] Então se a pessoa precisa de alguma coisa, é essa visão bem assistencialista, ela baixa lá ou na assistência (prefeitura) ou na maioria das vezes no gabinete do prefeito e quase que exige como se a prefeitura estivesse a serviço de um problema pessoal dela. Não tem muito essa visão do coletivo.</p> <p>E4 - [...] uma maneira que eu vejo de ta colocando mais a população seria através dessas lideranças que você citou agora há pouco, que a nossa cidade, até pela política que foi feita até aqui, não tem liderança. A população fica muito ali esperando o que vai fazer, o que deixa de fazer e não se manifesta. Então eu acho que até de medo, medo assim de ser perseguido politicamente e tal. [...] a pessoa tem que ter liberdade de se manifestar, de cobrar, de não contar pra quem ela vai votar. Por exemplo, cidades vizinhas aqui, pega a cidade de Irapuã, eles são mais politizados.</p> <p>E5 - A grande maioria das pessoas parece que [...] não entende as mensagens passadas de uma outra forma né. [...] Não sei se é porque são pessoas mais simples [...]. Mas eu acho que esse diálogo aí, individual, que você senta e explica ainda é o melhor. As divulgações de rádio, carro de som na rua, jornal poucos lêem, eu acho que é complicado. Você não atinge a maioria, você atinge a minoria.</p> <p>J2 - Eu acho que hoje até as pessoas estão mais interessadas. Elas vão atrás dos direitos que elas acham que tem [...].</p> <p>J3 - [...] maior contato da administração com o povo através de reuniões de bairro, de igreja [...].</p> <p>L1 - [...] é preciso que se formasse os blocos aí, as lideranças de bairro e por exemplo pegar um representante, porque não adianta você lotar também porque quanto mais gente falando pior né.</p>
<p>É quase que unânime a descrição sobre a não participação da população nos moldes convencionais (conferências, audiências, conselhos, sessões do legislativo etc.) para tomada de decisão sobre a política municipal. No caso específico dos conselhos municipais, condição essencial para repasse de verbas, relata-se a grande insistência para a população participar. Interessante notar um momento de reflexão proporcionado pela pesquisa durante a entrevista, no qual a partir das questões prévias, situa-se a possibilidade de atuação das entidades de caráter público.</p>	<p>Consegue identificar alguma forma de participação por parte da população em relação as decisões sobre as políticas adotadas pela administração municipal?</p> <p>E2 - [...] a gente faz conferências municipais, audiências, por exemplo tem audiência pública na área da saúde, isso é publicado no jornal, às vezes é divulgado na rádio e ninguém se interessa. Eu vejo que mesmo nas reuniões de Câmara do Legislativo são poucas as pessoas que se interessam em assistir. A comunidade não tem o hábito, eles ainda não tem despertado né, eu acho também a gente tem um pouco de culpa [...].</p> <p>E3 - [...] uma forma organizada seria uma participação mais efetiva nos conselhos. Então, as pessoas acabam participando mas a gente quase que acaba pedindo por favor pra essas pessoas participarem. Fora isso, pra você formar um conselho, você teria que ter ONG's, entidades, oscips, etc e a gente tem pouquíssimas na cidade que façam assim essa representatividade.</p> <p>E4 - Não participa, então, isso é até uma coisa até que o padre ta cobrando que nas seções da Câmara não vai ninguém. [...]. Agora, poderia a gente fazer alguma coisa pra melhorar em relação a isso? Não sei... através das entidades, das classes né, que você falou aí, política ou o social, de ta convidando eles pra participarem mais da política do município [...].</p> <p>E5 - Então, através do conselho municipal [...]. O nosso conselho existe da fato [...] formado por representantes do poder público e da sociedade civil. O conselheiro vai trazer a realidade do grupo dele. [...] é uma via de mão dupla, nós também passamos pra eles tudo que acontece [...].</p> <p>J1 - Não. J2 - Não. J3 - Não, nenhuma.</p> <p>L1 - Então, são abertas... a lei aqui, a lei 101, a lei de responsabilidade fiscal, ela determina que sejam realizadas sessões públicas, no caso do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias... então são reuniões, que acontecem aqui na Câmara inclusive, que é feito o convite pra população pra que a população venha, tome conhecimento do que a administração pretende desencadear neste período aí tudo, e aceita sugestão da população pra que ela opine justamente isso, onde precisa melhorar, onde precisa de uma reforma, o que poderia ser melhorado. Só, cara, que infelizmente na audiência pública não dá ninguém, não aparece uma viva alma.</p>

Qual a relação do respectivo poder com as organizações da sociedade civil?

Um evento organizado pela prefeitura, a Expocultura, é citado como “porta de entrada” para a participação conjunta com as entidades de caráter público.	E1 - [...] a Expocultura foi um evento que abriu muitos canais entre essas entidades . Porque era uma coisa assim meio que cada um... agora, nossa, o que eles tão conseguindo. Essa Expocultura foi um canal e tanto pra todas as entidades tanto essas filantrópicas como as outras, entre as escolas, eu acho que teve uma integração bem legal essa Expocultura. E4 - [...] falta muita coisa ainda .
---	--

Você já ouviu falar em Orçamento Participativo? O que acha desta experiência? Seria possível desenvolver em Urupês? Quais os empecilhos? Quais as vantagens?

<p>Todos os entrevistados consideram importante a experiência do Orçamento Participativo (OP). Os conselhos municipais são até citados como forma de OP embora apenas seus membros compareçam nas reuniões em detrimento de mais representantes da população. Dificuldades são apresentadas no que se refere a quantidade limitada de recursos que estariam disponíveis para discussão (em virtude da baixa arrecadação tributária municipal) e a falta de consciência coletiva para a cidade.</p>	<p>E1 - [...] muito bom, primeiro lugar o executivo teria um feedback pra saber realmente o que é prioritário pra população porque nem sempre o que é prioritário pro pessoal lá (executivo), é prioritário pra população. [...] eu acho que a escola também tá caminhando nessa mesma linha de participação junto no conselho de classe, nos planejamentos escolares, na discussão do que é prioritário ou não no ensino, participação da comunidade.</p> <p>E3 - [...] seria possível. O orçamento que a gente tem em cidade pequena, como Urupês que não tem por exemplo uma usina, porque hoje em dia a gente tem na região cidades pequenas que têm um orçamento altíssimo por ter usina né. No nosso caso que nós não temos é um orçamento, a hora que você coloca as porcentagens, por exemplo, 25% na educação, 15% na saúde que a gente acaba gastando quase 30%, acaba saindo 15%. O que sobra é tão pouco que acaba indo pra aquelas coisas que são prioridade [...] acaba não sobrando muito não pra ficar pensando o que fazer. Mas de qualquer forma eu acho que é um exercício democrático que é importante. Só que eu acho que a grande dificuldade que eu vejo em Urupês com relação a maior parte da população é essa questão de as pessoas ficarem muito no individual [...] e não a preocupação com o crescimento do todo, da cidade, do bem público, do bem coletivo.</p> <p>E4 - [...]. é pouca coisa (pouco recurso) mas poderia a população participar [...]. Agora, pra você colocar a população, aí teria que a população realmente se manifestar, porque senão isso seria fácil, da maneira como é hoje, de você manobrar grupos por interesses políticos ou pessoais de tá direcionando isso naquilo que vai fazer na cidade.</p> <p>E5 - Então, através desses conselhos, porque é assim, a cada trimestre a gente faz uma prestação de contas aqui, a gente faz uma audiência pública. É publicado em jornal de circulação na cidade, nos dois e é aberto, é divulgado a data e o horário. Fica até na Câmara. Nunca compareceu uma pessoa além do conselho. Acho que as pessoas não se interessam.</p> <p>J1 - Sim, importante. Porque a população vai dizer ao administrador as prioridades em razão das limitação orçamentária.</p> <p>J3 - Já sim, tanto é que eu coloquei que eu acho que seria uma das formas né, de estar ouvindo os bairros.</p> <p>L1 - Sem dúvida alguma. [...]. Então, através dessas comissões (Conselhos Municipais) existe a participação da população mas é muito pequena a participação, porque são poucas comissões que entram a população de cabeça mesmo na história.</p>
--	--

O que seria política para o(a) senhor(a)?

<p>As respostas são diversificadas. A política partidária evidenciada pela mídia é tida como aspecto ruim e desgastado também fazendo parte da vivência do município, assim como relatado em diversos momentos das entrevistas. Ainda assim tem-se a noção da política do dia-a-dia, da mediação de interesses para garantia do bem coletivo. Todavia esta questão parece distante da realidade, na maioria das vezes relatada no âmbito do desejo: “seria”, “atendesse” etc.</p>	<p>E1 - [...] a gente tem o conceito de política como aquilo que a gente sempre ouviu falar que é o sujo [...]. Então eu acho que política pra mim seria essas duas coisas andarem juntas, o ser e o ter.</p> <p>E2 - A política de atendimento é necessária [...]. Agora a politicagem eu abomino um pouco, eu não gosto muito, eu acho que ela tem que ser muito bem feita, com ética, com responsabilidade.</p> <p>E3 - A política eu acho que é o jogo de relações.</p> <p>E4 - [...] teria que ser uma coisa praticada assim de livre e espontânea vontade, que é o contato com o povo, que é você procurar desenvolver coisas que vai melhorar a vida da população ou seja na sua cidade ou a nível de estado, federal. Seria você lutar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas né. Usar suas influências as vezes, ou o intelectual, ou as vezes financeira mas em benefício da população. Seria o contato com as pessoas no dia-a-dia.</p> <p>E5 - Eu acho complicado assim, a política partidária tá, então eu acho que a política todos nós fazemos e devemos fazer, tá. [...] eu vou fazer a minha política pra que isso aqui seja melhor do que já foi, a cada dia, né.</p>
---	--

	<p>J2 - [...] quando a gente fala em política eu penso no sentido pejorativo. [...] quando as pessoas falam que justiça tem que ser feita, tem que começar de lá de cima e aí chegar até aqui. A maioria das pessoas que vêm aqui, os réus, a maioria são pessoas humildes, não tem condições financeiras, não teve oportunidade na vida. Não to falando que isso justifica, longe de mim, sou até rigorosa nestas coisas mas a lei não é só pra eles. Tem que ser pra todo mundo.</p> <p>J3 - Política pra mim seria assim, um instrumento de estar formulando programas, projetos que atendessem a população em si, as necessidades do município [...] uma coisa que construisse, e não assim, que domesticasse, destruísse, regressasse ou estagnasse, [...] que atendesse uma coletividade e não meia dúzia de pessoas.</p> <p>L1 - Um dos meios de organização do município. A ferramenta maior pra se alavancar o município. Porque hoje se não for através de política você não desenvolve nada, tudo é questão de interesse. Um deputado vem aqui fazer uma obra, fazer alguma coisa aí, fazer a liberação de dinheiro tudo através de política né... sem política não se cresce. E o interesse dele é também fazer a divulgação e buscar voto pra próxima eleição.</p>
O que seria democracia para o(a) senhor(a)?	
<p>Democracia está basicamente relacionada a liberdade de expressão e participação. No aspecto da gestão pública é denotada a efetividade da liberdade enquanto usufruto de direitos e participação enquanto decisão de medidas de ações. O espectro dos direitos está sempre a frente ao dos deveres do cidadão.</p>	<p>E1 - [...] é você ter livre-arbítrio e poder exercer porque de repente você fala que tem mas não pode exercer.</p> <p>E2 - [...] é a participação do povo em todas as decisões né. [...] o pessoal tem mais liberdade hoje de expressão né, de reivindicar as coisas, de participar... mas eu acredito que ainda ela não seja plena. Ela vai ser plena quando todo cidadão conseguir exercer todos seus direitos.</p> <p>E3 - [...] é uma participação coletiva nas decisões onde vence a vontade da ampla maioria.</p> <p>E4 - [...] é você ter liberdade de expressão, né. De você falar aquilo que você acha que deveria acontecer, de você falar quem você acha que é o melhor candidato ou o porquê, que é uma coisa que hoje o pessoal tem muito medo de se manifestar. Eu acho que é até um problema cultural mesmo, que nós ficamos aí sessenta e tantos anos sem voz direta.</p> <p>E5 - [...] onde as pessoas têm direito à voz, mas não só de falar mas de serem ouvidas. Porque não adianta nada você só falar e não ser ouvido naquilo que você está falando né. Aí eu acho que é demagogia e não democracia né. É como o conselho né, as pessoas estão ali, dão um monte de sugestões e a gente fala “ah, que legal, então ta bom”, aí eu vou lá e apresento pro prefeito só aquilo que acho que o prefeito acha que é legal [...].</p> <p>J1 - [...] é a possibilidade do povo ser ouvido na administração visando a atender seus interesses.</p> <p>J2 - É a participação efetiva da população nas decisões políticas.</p> <p>J3 - é a pessoa poder querer, sabe, sem pressão, sem perseguição, sem violência [...] uma coisa de liberdade, de expressão, de pensamento, entendeu, de atitude, de tudo.</p> <p>L1 - Seria um direito que todos temos e que não usamos. Um direito que tá aí, uma coisa assim tão, uma coisa que já nasceu, já nos foi dado e a gente não usa isso.</p>

Em se tratando da caracterização da dimensão política de municípios de pequeno porte, também foi objeto de interesse a percepção sobre a atuação por parte dos três poderes nas demais dimensões da sustentabilidade democrática, conforme consta no Quadro 18.

Na dimensão social, foram citadas diversas melhorias alcançadas nas áreas de saúde, educação e assistência social. Nestas áreas, quando o serviço não é oferecido no município, o transporte é garantido para o atendimento necessitado ou requisitado. Ainda nesta dimensão, o cadastro único municipal das famílias que necessitam de assistência e as entidades que contribuem com a administração

municipal na prestação de serviços públicos foi citado. Os demais poderes (legislativo e judiciário) apenas cumprem com suas formalidades processuais (Quadro 18).

Na dimensão econômica, a administração municipal tem oferecido cursos de capacitação nos setores de emprego que se destacam em Urupês e na região, como o de fábricas de roupas e usinas sucro-alcooleiras. Também têm tentado atrair a instalação de novas empresas concedendo benefícios. No aspecto trabalhista, cita-se o temor do usufruto de direitos garantidos por lei já que perante a pessoalidade (conhecimento mútuo da população) o trabalhador estaria “marcado” perante os patrões e não conseguiriam novos empregos.

Na dimensão cultural, apesar do relato de verbas escassas, tem-se um amplo espectro de ações sobretudo em parceria e em benefício às escolas. As realizações vão desde projetos diversos de música, dança, teatro, esportes à eventos tais como a Expocultura, citada anteriormente. Quanto ao legislativo, relata-se uma experiência envolvendo jovens da escola na simulação de sessões da câmara. No judiciário nada é relatado.

Na dimensão política, embora haja os espaços de participação junto aos conselhos municipais, descreve-se a pouca atuação por parte da administração municipal embora a experiência do Orçamento Participativo do município vizinho de Catanduva surja como influência a ser considerada. Já o poder judiciário nesta área relata sua participação nos conselhos municipais embora o discurso seja contraditório, contrastado pela característica do desinteresse social, isto é, a execução “fria” dos processos formais (Quadro 18). O legislativo cita novamente a experiência de simulação de sessões da câmara com jovens da escola.

E finalmente na dimensão ambiental, a maior realização da administração municipal é a finalização da lagoa de tratamento de esgoto que garantirá 100% do esgoto tratado no município. Embora seja uma medida de grande abrangência, relata-se a pouca atuação nesta área. Quanto ao judiciário, suas ações se concentram no cumprimento de processos, apenas de caráter repreensivo. E quanto ao legislativo, sua atuação se diz nula nesta dimensão (Quadro 18).

Quadro 18 - Dimensões da Sustentabilidade democrática.

ASPECTOS ABORDADOS E	EVIDÊNCIA
----------------------	-----------

COMENTÁRIOS	
O que o respectivo poder tem realizado em relação à área social (saúde, educação, educação, lazer, transporte, segurança)?	
<p>Na área social, a administração municipal evidencia a tentativa de organização da assistência social no desenvolvimento de um cadastro único junto às famílias, prefeitura e entidades de caráter público. Diversas melhorias são citadas nas áreas básicas de saúde, educação e assistência social. Evidencia-se também a garantia de acesso aos serviços de saúde e educação que não são possíveis no município fornecendo-se o transporte. A atuação do judiciário nesta perspectiva está na proposição de ações junto ao poder público. Esta descrição é contrariada pelo relato de sua atuação apenas na esfera processual e formal. Quanto ao legislativo, conforme o relato, sua atuação se reserva à análise dos projetos que necessitam de aprovação quanto a sua viabilidade e constitucionalidade.</p>	<p>E3 - [...] ta tendo uma preocupação grande com a qualidade de vida das pessoas. [...] já vinha tendo um movimento de organização da assistência social mas nós procuramos organizar, melhorar né. Contratamos mais uma assistente social, implantamos o CRAS, que é o centro de referência. Estamos tentando trabalhar na questão do cadastro único e o atendimento na assistência social tem sido muito em cima da necessidade daquela pessoa ou daquela família. Sem uma questão política no sentido eleitoreiro né.</p> <p>E4 - Na saúde a gente aumentou o número de médicos, aumentamos o número de doação de remédios. Na educação [...] aumentamos o número do quadro de professores. No social a gente ampliou aí o número de cestas básicas e de visitas às casas, pessoas que mais necessitam. [...].</p> <p>E5 - [...] na saúde a administração garante o transporte dos pacientes que não são atendidos aqui, é garantido o transporte para todos os encaminhamentos diariamente, Rio Preto, Catanduva, Barretos e mais outras cidades que não são diariamente mas é garantido o transporte para tratamento. Os estudantes têm transporte garantido aqui também na educação, faculdade e até colegial, tem vaga no ônibus e pessoal que fazem colegial fora né. Garante a saúde e a educação.</p> <p>J1 - Seria mais na parte de urbanismo, meio ambiente, na própria saúde, com ações civis públicas ou recomendações ao poder público para atender e sanar irregularidades.</p> <p>J3 - Não, nem aqui nem em lugar nenhum. Nada. É só a nível de processo mesmo [...]. É uma instituição muito fria, muito calculista.</p> <p>L1 - Então, todos os projeto que vêm da prefeitura, que no caso precisa da autorização da câmara, sempre vem pra cá né, passam pras comissões e as comissões vão estudar no caso a viabilidade né pra implantação daquele projeto no município quanto também a constitucionalidade vendo todos os pontos legais dele.</p>
O que o respectivo poder tem realizado em relação à área econômica (condições de trabalho, iniciativas locais para cooperação e associação, emprego)?	
<p>Na área econômica, a administração municipal tem realizado cursos para qualificação de mão-de-obra para o potencial local, no caso, as microempresas de confecção e costura e a indústria sucro-alcooleira. Também colabora o quadro de pessoal para auxiliar no poder legislativo (estagiários). Interessante relato quanto à influência da personalidade no direito trabalhista: funcionários demitidos ou lesados temem denúncias processuais pois caso isto ocorra, estes estarão “marcados” e dificilmente conseguirão outro emprego. Quanto ao legislativo, esta área é vista como além de suas competências.</p>	<p>E1 - Até tem o SEBRAE, eles dão muitos curso de capacitação, inclusive tem o pessoalzinho jovem que pega e faz o curso.</p> <p>E2 - [...] já entraram algumas empresas, eles criaram aquele espaço lá do parque industrial. Eles tem incentivado, por exemplo, aqui em Urupês nós temos mais de 30 indústrias de roupas [...]. E eles estão incentivando cursos com o SEBRAE (de corte e costura).</p> <p>E3 - [...] parceria entre prefeitura, o SEBRAE e o SENAI pra trabalhar a qualificação da mão de obra para as confecções [...]. Vai começar a partir de agosto o curso de açúcar e álcool pra adolescentes e jovens que também é dentro de uma demandas de oferta da região né [...].</p> <p>E4 - [...] ajudar nas vias possíveis as confecções, que é uma coisa que a gente percebeu que dá retorno mais rápido porque cada um montou lá uma fábrica e depois da montagem, dentro de um mês já ta contratando de 10 a 15 funcionários, e ele já ta começando a costurar e trabalhar né. [...] mas nós também temos a política da agroindústria, a gente entra aí com doação de terrenos pra quem quer se instalar no município. [...]. Nós temos aí o SEBRAE, a associação comercial que a gente tem feito curso aí, tanto pra indústria quanto pro comércio, pra preparação desse pessoal né. [...].</p> <p>E5 - [...] a prefeitura por exemplo deu cursos... uma carência aqui de Urupês, das fábricas era a mão de obra. As fábricas estão carentes de mão-de-obra especializada. A prefeitura através do SENAI ou do SENAC ofereceu os cursos.</p> <p>J2 - Então, aqui, eu até tinha comentado com você, a gente tem um problema muito sério com a falta de funcionário pra desempenhar todo serviço que tem aqui no fórum. Então a gente conta com a colaboração da prefeitura, que cedeu funcionários e com os convênios que são feitos também de estágio, eu não sei direito se é entre judiciário e as escolas, que vem menores colaboradores pro fórum também pra auxiliar.</p> <p>J3 - [...] vai um empregado levar o patrão na justiça pra ver o que leva. A justiça legisla em causa própria, cara.</p> <p>L1 - Aí já não é competência do legislativo. No caso a gente só autoriza, autorizaria o executivo a desenvolver esse trabalho. Porque a Câmara também, ela não pode nem mesmo apresentar nada, nenhuma composição que gere ônus.</p>
O que o respectivo poder tem realizado em relação à área cultural (eventos, ensino público,	

registro de hábitos, atividades integradoras, costumes, artes, lazer)?

<p>Ao mesmo tempo em que se relata a escassez de verbas para esta área sobretudo pelo tamanho da cidade, nota-se um espectro amplo de atuação desde o ensino público (tido como de alta qualidade pela maioria dos entrevistados) até os eventos de teatro, conservatórios de música, dança, a Expocultura etc. Quanto ao judiciário, nada é descrito nesta área. Já para o legislativo é citado o contato com a escola e jovens em simulação de sessão.</p>	<p>E1 - [...] pelo tamanho da cidade, pelo núcleo de população eu acho que Urupês é uma cidade cultural [...] temos aqui cinco conservatórios de música, você procura nas cidades vizinhas, não tem [...] e eles gostam muito de teatro [...].</p> <p>E2 - [...] A cultura depende muito de incentivos e os governos estaduais e federais não repassam nenhum recurso pra cultura. Então a gente consegue na comunidade mesmo, da prefeitura, pra qualquer ação cultural que a gente vai fazer. [...] a gente consegue um pouco de patrocínio que também é pequeno, porque a comunidade também é pequena e todo mundo busca recursos no comércio que é a maior fonte que a gente tem né na área aí [...]. A comunidade vê também assim a cultura de uma forma que pra eles... nós fizemos uma pesquisa uma vez, cultura pra eles é show na praça [...] então a gente faz essa conscientização na escola [...]. Eles não valorizam muito as artes como um todo né... mas também a gente consegue assim, a longo prazo mudar essa situação. Então na cultura a gente precisa fazer bastante coisa ainda.</p> <p>E3 - É, o ensino eu acho que já vinha numa qualidade altíssima em Urupês [...]. Na questão cultural nós continuamos investindo aí na Expocultura, no Festival de Teatro e principalmente através, que é uma coisa que acontece no dia-a-dia através dos projetos sociais que trabalham com crianças e adolescentes no horário da escola, então o pessoal de classe média-baixa, até classe média-média acaba frequentando os projetos sociais que são música, dança, capoeira, teatro. Aí a gente tem o projeto municipal que a gente tem uma parceria com o conservatório Amadeus Mozart, que as crianças fazem bandinha, os pequenininhos, teclado e violão os maiores. Então no início do ano os pais vão até a Assistência, fazem a inscrição e as crianças frequentam o ano todo.</p> <p>E4 - Acho que aí, é um setor da prefeitura também, que eu acho que vem da outra administração e muito nessa né, a nossa primeira-dama ta investindo muito nisso né, através de... eh, alguns eventos que eu tenho participado da terceira idade, café com poesia[...]. Essa Expocultura que acontece, ela tem toda a parte cultural também. Então eu acho que investe-se bastante nessa área.</p> <p>J1 - Também a atuação é muito ínfima neste aspecto.</p> <p>J2 - Não, aqui não tem nada.</p> <p>L1 - Nesse caso aí, da cultura, a Câmara participa quando a escola vem aqui na Câmara fazendo um histórico do município. Aí eles participam de eventos, a gente até fez um no ano passado, duas vezes, uma simulação de sessão. [...] difundindo mesmo essa cultura política.</p>
--	--

O que o respectivo poder tem realizado em relação à área política (participação, decisão sobre os recursos disponíveis, discussão, debates, conselhos, mobilização coletiva)?

<p>Nesta área é citada a participação dos conselhos municipais por iniciativa da administração municipal. Reconhece-se que é uma área com pouca atuação direcionada. Interessante notar o relato do Orçamento Participativo em cidade vizinha (Catanduva) constituindo-se exemplo que pode influenciar sua realização em Urupês.</p> <p>Quanto ao judiciário, cita-se a participação nos conselhos municipais embora também seja situado seu desinteresse na área política, também galgada em interesses próprios.</p> <p>No legislativo, a experiência pontual de simulação de sessão com os jovens é citada novamente.</p>	<p>E2 - [...] oferece oportunidade mas ainda tá difícil a participação deles. Agora os conselhos sim, os conselhos eles atuam bem mas também por iniciativa nossa, não por eles né. [...] então a nossa maior discussão são com os conselhos municipais que estão representando todos mas ainda é pequeno né, a gente gostaria que tivesse uma participação maior.</p> <p>E4 - [...] é uma coisa que ta passando batido mas eu acho que a gente tem que envolver sim a população, por exemplo, eu tava vendo em Catanduva, o prefeito, por exemplo o IPTU, arrecadou no bairro São Francisco, então ele pede pros moradores do bairro São Francisco pra escolher entre 3 e 4 obras que ele pensou em fazer e coloca pra ver qual que eles acham melhor pra eles [...].</p> <p>J1 - Aí tem várias participações com integrantes da comunidade, direção de ensino, saúde, conselho tutelar pra implementar políticas.</p> <p>J3 - A política hoje, do judiciário, não é diferente do executivo que eu critico. É igualzinho, baseada em interesses próprios.</p> <p>L1 - Então, tem o "Parlamento Jovem" que é um programa da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, que aí a Câmara aqui, a gente tentou fazer tipo um parlamento jovem também mas foi só naquele dia porque se dá delongas aí a coisa vai longe [...].</p>
--	--

O que o respectivo poder tem realizado em relação à área ambiental (planejamento ocupação e uso do solo, respeito às leis ambientais, recursos hídricos, preservação)?

Na área ambiental, a grande medida realizada é a construção da lagoa de tratamento de esgoto, em fase de finalização. Apesar de abrangente, é a única realização abordada.

No judiciário, as medidas estão relacionadas ao cumprimento das leis, ao caráter repreensivo. Não há nenhuma medida preventiva.

Para o legislativo, a atuação foi tida como nula nesta área.

E1 - [...] não sei o que eles tão fazendo, eu só sei que eles tão aí com uma **obra de saneamento básico**. Porque todo mundo fala e fala em meio ambiente mas só fica no papel.

E3 - [...] isso é o que a gente menos tem feito. De recursos hídricos né, a grande obra que ta sendo feita aí [...] é a **lagoa de tratamento**, que não sei se você observou, melhorou até o pernilongo na cidade né [...].

E4 - [...] estamos terminando a **lagoa de tratamento de esgoto**, nós vamos ter 100% do esgoto tratado. Já é um primeiro passo muito importante.

E5 - [...] essa **lagoa de tratamento** [...] é uma coisa importantíssima pro município, né. A água tratada é uma coisa muito importante, isso é básico né. [...] Os nossos poços, eu fico de boca aberta com isso, os poços da cidade todos, é tudo digitalizado, sabe, super moderno, tudo novo. E é coisa que o povo não vê né. [...].

J1 - Tem bastante medida neste sentido no **combate ao lotamento clandestino, preservação de mananciais, recuperação de áreas degradadas**.

J2 - Por parte do judiciário, na verdade quando tem alguma coisa relacionada com o meio ambiente, **costuma ser repressivo porque é crime ambiental**. [...]. Preventivo, aí eu não sei te falar, teria que ver lá no cartório se tem alguma ação civil pública, que normalmente as ações civis são condenatórias justamente pra desfazer um dano que já ocorreu [...].

J3 - É, tem de monte, tem muito muito muito. Mas fica ali, **limitado no cumprimento da lei**.

Finalizando a etapa de entrevistas, retomou-se a percepção sobre o município como um todo, agora em relação aos aspectos positivos e negativos do passado e do presente em Urupês (Quadro 19). Basicamente, situa-se como positividade atual a educação e a saúde. Todavia, em contraste, dentre os aspectos negativos, a situação dos menores é tida como agravada pelo contato com as drogas. Portanto, ao mesmo tempo em que a educação é tida como melhor, a situação para os jovens é tida como pior, também reforçada pela questão do desemprego. Neste aspecto, surge outro agravante representado pela imigração em massa de cortadores de cana-de-açúcar que chegam ao município. Todos estes fatores se relacionam, como se nota pelas positivities do passado, descrito como melhor nos aspectos da sociabilidade, isto é, a união das famílias, a amizade, as festas, a tranquilidade etc. Ainda no passado, o acesso (rodoviário) ao município é descrito como pior, ficando a cidade “ilhada” ou “isolada”.

Quadro 19 - Percepção temporal sobre o município.

ASPECTOS ABORDADOS E COMENTÁRIOS	EVIDÊNCIA
O que está melhor em Urupês hoje?	

<p>A educação é tida como aspecto em destaque no município. Com menor frequência, a saúde também é citada. Interessante comentário sobre as condições de vida da população situada como melhor em todos os aspectos e contraste de resposta como melhor em nada.</p>	<p>E1 - Educação. E2 - Educação. E3 - Educação. E4 - [...] a própria vida da população de Urupês, melhorou muito né. Hoje nós temos, vamos ter aí 100% do esgoto tratado, hoje nós temos asfalto pra toda a cidade, nós temos aí quase que 100% das crianças na escola, essa facilidade que tem hoje de vocês, não só você que está fora mas o pessoal que trabalha aqui e tá viajando pra fazer faculdade em Rio Preto e Catanduva. Melhor na assistência médica, melhorou também na educação [...]. E5 - A saúde e a educação eu acho que não resta dúvida né. J1 - A saúde, a parte de saneamento. J3 - Nada. L1 - [...] o ensino.</p>
<p>O que está pior em Urupês hoje?</p>	
<p>Dentre as diversas respostas, destaque à questão das drogas e falta de emprego. Estes dois aspectos, que se relacionam, repercutem na vida pública municipal quanto à segurança e violência, atingindo sobretudo os jovens. A corrupção também é apontada como uma de suas causas por perpetuar as desigualdades.</p>	<p>E1 - [...] o zelo e o cuidado e a atenção pros menores pra essa coisa de droga de todos os tipos, álcool. E2 - Emprego. E3 - Emprego. E4 - [...] é esse índice grande de droga na cidade que a gente tem né. Hoje também não vejo, vejo assim com um pouco de frustração, de as pessoas não respeitarem principalmente as autoridades (sobretudo referência aos policiais), né. Semana passada precisei trocar 5 bancos lá naquela pracinha do Cardoso, os caras quebraram cinco banquinho novo daqueles. São coisas que eu acho que piorou, piorou né. E5 - Pior, a segurança né. A segurança já foi melhor. J1 - O que está pior mesmo é a questão de menores, na infância. A questão de vias de acesso ao município, nas estradas com estragos, isso prejudica a economia do município. E a migração de trabalhadores em razão do corte de cana. J2 - Tem de tudo. Tem muita ação em razão de crimes praticados, envolvendo família... J3 - Nossa senhora, eu acho assim ó, a corrupção se enraizou tanto que acabou se legitimando, entendeu. E as pessoas passaram a achar isso normal, por exemplo, e isso acaba refletindo na parte social, por exemplo, as drogas [...]. Tem muito problema em Urupês com drogas? Muito, muito, muito. Em escola, sabe, crianças, e aí existem as denúncias que aí eu tenho contato com traficante, com usuário, com todo mundo e sei quanto cada um recebe, tem que pagar pra que, eles deixarem atuar e isso vai repercutindo não só no dano pra pessoa em si mas na violência. Então não é mais como antigamente... L1 - Conservação de ruas e o próprio público.</p>
<p>O que era melhor em Urupês antes?</p>	
<p>Nesta questão, é quase que unânime a característica da personalidade (parentesco e amizade) como mais evidente no passado do município. Tem-se o sentimento de ruptura dessa característica embora a mesma ainda seja citada como razão da receptividade e solidariedade da população. A presença de trabalhadores migrantes do corte da cana é apontado como fator de piora ao município.</p>	<p>E1 - Eu acho que a escola, e a parte social de festas, sabe, estas festas que não tem mais, não tem, tem aqueles que toca música e o pessoal fica sentado num lugar, eu acho que era uma alegria geral, nos carnavais, nestas festas de grupo [...]. E2 - Acho que em termos de festas antes era melhor. E4 - [...] eu acho que era a amizade das pessoas né, era uma coisa mais sadia, as famílias se comunicavam mais, tinha mais... era mais unida né. E5 - O que era melhor no passado eu acho que é essa história daí da... eu sinto saudade de por cadeira na rua, de não fechar as portas, de uma grande família. J1 - A ausência dessa força de trabalho migratória em razão do corte de cana. J3 - Nossa senhora, eu acho que tudo aqui era melhor antes sabia. Tinha mais tranquilidade, era uma coisa mais, sei lá, era uma coisa mais família, entendeu. A população em si, apesar de ser bastante receptiva, isso e aquilo, essa receptividade da população talvez seja espontânea, eu acho que vem, é fruto daquela, sabe, daquele alicerce, de antigamente.</p>
<p>O que era pior em Urupês antes?</p>	
<p>Muitos entrevistados não responderam esta questão. Disseram de nada lembrar como pior. Ao contrário, um entrevistado disse tudo ser melhor no passado, já que hoje está tudo limitado à execuções formalizadas, “entre quatro paredes”. Dois entrevistados</p>	<p>E4 - [...] a gente ficava meio ilhados aqui né, porque não tinha asfalto, nós tínhamos dificuldade na saúde, que eu lembro que acho que tinha uns 5 ou 6 funcionários no Posto de Saúde... E5 - [...] quando a estrada era de terra, a gente ficava ilhado. Urupês, pra Rio Preto, pra Catanduva, o acesso era tudo terra e se chovia [...] então virava uma ilha.</p>

citaram o acesso rodoviário ao município como dificuldade do passado, ficando o município “ilhado” perante o mundo. O acesso à saúde também é tido como algo de ruim no passado.

J3 - [...] Então isso tudo foi se perdendo, eu acho que ficou tudo muito, “friozaõ” a nível de quatro paredes.

3.4.1 Entidades de caráter público

Os tópicos a seguir descrevem as entrevistas com representantes das entidades de caráter público evidenciadas nas demais coletas de dados: Pastoral da Criança, Vicentinos e Associação Espírita. O conteúdo das entrevistas foi organizado em “Quadros”, dividido por assuntos abordados. No último tópico é realizado comentário geral sobre a organização destas entidades.

3.4.1.1 Pastoral da Criança (Quadro 20)

Quadro 20– Entrevista com representante da Pastoral da Criança.

Assuntos abordados	Descrição
História da Pastoral no Brasil	A partir de um encontro da Organização das Nações Unidas (ONU), foi colocada a questão da mortalidade infantil e desnutrição no Brasil. Sugeriu-se a contribuição da Igreja Católica como importante organização para sanar o problema. O representante do Brasil na ocasião, Dom Evaristo Arn tomou as providências e sua irmã, a média sanitária Zilda Arn, o auxiliou para fundarem o organismo da Pastoral da Criança junto ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ainda conforme o relato, durante o desenvolvimento da experiência junto com a contribuição de voluntários de diversas áreas de atuação foi elaborada uma metodologia e forma de trabalho galgados na pesagem de crianças e visitas nas casas das gestantes. Destaca-se a importância da Pastoral da Criança e seu respaldo junto ao Governo Federal.
Exigências	A pastoral estabeleceu regras que são cumpridas com bastante disciplina, conforme o relato. Segue-se um manual (Guia do Líder) que orienta o procedimento de atuação desde a informação da gestação, nascimento e crescimento da criança até os cinco anos de idade. O dirigente destaca que o mais conhecido da pastoral é a “multimistura” (combinado de substâncias para fortalecimento da criança), todavia ressalta que não é apenas isso. Cada comunidade preenche um documento que vai para o governo federal tomar ciência do que está acontecendo. Há também o caderno de visita, no qual o líder anota diversas informações (se a criança foi levada na unidade de saúde, se tomou determinado remédio, qual medicamento etc. Esta situação permite até mesmo comparar se os dados fornecidos pelas unidades de saúde junto ao governo federal “batem” com os dados passados pela pastoral.
Divisão da Pastoral em Urupês	A Pastoral é designada em “ramos” (correspondente à paróquia). Há um coordenador para cada ramo (também dito coordenador da paróquia). Acima desta organização, há os setores. No caso, o ramo de Urupês pertence ao setor de Catanduva (que possui um coordenador diocesano). Abaixo do ramo, há as comunidades. Em Urupês, existe três comunidades: São Judas, Santuário de Nossa Senhora Aparecida e São José. Para cada comunidade também há um coordenador.
Objetivos da Pastoral	O dirigente denota que há muita confusão sobre a pastoral: “O pessoal acha que é só pedir comida. Mais do que isso, auxiliamos as famílias carentes a caminhar de forma mais organizada, dando oportunidades de conquista. É um trabalho de reflexão e avaliação baseado no ver, julgar, agir, avaliar e celebrar. Trocamos idéias e valores com que cada comunidade conquistou”.
Gastos e políticas públicas	Cada paróquia (ou ramo) da Pastoral recebe uma verba para compra de alimentos que são distribuídos nas reuniões. Todavia, a Pastoral de Urupês realiza atividades “extras”, isto é, conforme cada festividade do ano, distribui objetos referentes tais como presentes de natal, ovos de páscoa, brinquedos para o dia das crianças, etc. Dessa forma, solicitam patrocínio, fazem publicidade e têm o apoio do prefeito e primeira-dama. Além disso, também estabelecem contato com profissionais diversos informando sobre a carência de cada família e solicitando apoio para a mesma: “Somos amigos das famílias, buscamos caminhos para ela andar”. O dirigente da pastoral citou a importância da pastoral como política pública. Conforme seu relato, “o prefeito só

	<i>tem a ganhar com a pastoral na sua cidade</i> ". O dirigente faz parte do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente.
Conhecimento das gestantes	Uma das formas de detectar as gestantes é o "Arrastão da gestante", no qual se faz uma varredura de casa em casa na comunidade. O dirigente informou que em Urupês ainda não foi realizada esta atividade já que as comunidades surgiram de forma muito rápida (uma média de 5 meses de intervalo entre a criação de cada comunidade). Dessa forma, disse que <i>"uma mãe cochicha com a outra, vai atrás, comenta com os outros"</i> e assim, naturalmente, vão tomando conhecimento sobre as gestantes ou crianças.
Contatos com famílias e reuniões	No mês, há dois contatos com a família. No primeiro contato as famílias vão ao encontro da pastoral, isto é, em cada comunidade há um local para este encontro (prédio público ou religioso) e as famílias comparecem conforme o dia e horário estipulado. No segundo contato, o pessoal da pastoral vai na casa da família. Nesta ocasião, pesam o bebê e a partir de uma tabela verificam e explicam se a criança está se desenvolvendo bem. Conforme o dirigente a visita é indispensável já que se pode analisar as condições de vida da família e da criança, conversar com os familiares, etc. Há também as reuniões exclusivas dos membros da pastoral para promover a formação contínua do grupo. A comunidade S. Judas se reúne todo segundo sábado de cada mês, às 14h no "Postinho" (unidade de saúde) da comunidade. No primeiro sábado de cada mês, às 14h, refinem-se as comunidades S. José e Santuário, respectivamente na "Casa de Catequese" e "Casa de Curso" (ambas da igreja).
Divulgação	Uma das formas de divulgação da pastoral e do seu trabalho é um programa na rádio do município. Basicamente, trata-se de um programa gravado e distribuído pela central de Curitiba com 15 minutos. Segundo o dirigente, no setor de Catanduva, apenas Urupês, Pindorama e Novo Horizonte têm esse programa de rádio. Além disso, o tempo reservado ao programa em Urupês se estende por 1 (uma) hora. Portanto, além do programa gravado, o pessoal da pastoral complementa com entrevistas, campanhas, projetos de conscientização, humor, etc.
Assistidos e Voluntários	A pastoral assiste 120 crianças e suas famílias em Urupês. O dirigente relata que ainda são necessários mais voluntários

3.4.1.2 Sociedade São Vicente de Paulo - "Vicentinos" (Quadro 21)

Quadro 21– Entrevista com representante dos Vicentinos.

Assuntos abordados	Descrição
Organização	A "Sociedade São Vicente de Paulo" é uma organização internacional, fundada em Paris, em 1833. Segue organizada em conselhos até chegar às conferências. No caso, o Conselho Particular de Urupês pertence sucessivamente ao Conselho Central de Novo Horizonte, que por sua vez pertence ao Conselho Metropolitano de São José do Rio Preto, que pertence ao Conselho Nacional do Rio de Janeiro. Há nove Conferências em Urupês dedicadas ao trabalho no âmbito familiar geral e uma Conferência exclusiva para lidar com crianças.
Fundação e membros	A Sociedade São Vicente de Paulo em Urupês foi fundada em 1998. A partir daí assumiram a administração do Asilo São Vicente de Paulo. O Conselho Particular e cada conferência são compostos por: um presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e, primeiro e segundo tesoureiros. Considerando o número de conferências e suas diretorias, há, no mínimo, 60 pessoas que compõem o grupo. Um membro de cada conferência é "membro nato" do conselho particular. Os "vicentinos" são um grupo autônomo à Igreja Católica. Todavia, estão ligados à igreja já que para ser membro do grupo é preciso ser cristão e católico, <i>"além de ter vocação à caridade"</i> , conforme relato do dirigente. O padre católico é diretor espiritual do grupo.
Atuação, assistidos e reuniões	Os Vicentinos visitam semanalmente as famílias assistidas. No setor de cada conferência, dois membros vão na casa da família e conversam sobre as necessidades que estes apresentam. Conforme o dirigente, os membros analisam e avaliam a situação em que a família se encontra, seja de aspecto material ou imaterial. Cada conferência é responsável pelo acompanhamento de aproximadamente 15 famílias, portanto, cerca de 150 famílias são assistidas. Segundo relato do dirigente, há a obrigação de cada conferência (e seus respectivos membros) visitar a família durante a semana. Estes, levam as informações sobre as famílias na reunião semanal de todas as conferências. Nesta reunião, discutem os problemas e melhor forma de ajudar.
Arrecadação de verba	O grupo promove eventos para arrecadação de verba, sobretudo jantares beneficentes. Também arrecadam produtos e dinheiro nas saídas de supermercados e nas missas. Todo ano, o grupo é convidado pela prefeitura a participar de uma festa beneficente (a Expocultura). Na ocasião, os Vicentinos organizam uma "Barraca Italiana", sendo todo o lucro convertido para a própria sociedade e o desenvolvimento de suas atividades. Na festa, a administração municipal promove shows, apresentações e exposições, sendo que o custeio não é rateado com as organizações beneficentes convidadas para participar.
Diferencial	O dirigente destaca que o ponto principal da Sociedade São Vicente de Paulo é o contato que se estabelece com as famílias: <i>"com a família sentimos na pele o que ela está passando, temos um</i>

vínculo muito maior”.

3.4.1.3 Associação Espírita Matheus (Quadro 22)

Quadro 22 – Entrevista com representante da Associação Espírita Matheus.

Assuntos abordados	Descrição
Organização do Grupo	Conforme a dirigente, trata-se de um grupo pequeno de aproximadamente 10 pessoas que participam efetivamente organizando e executando as atividades da associação. Fora isso, há os voluntários que participam esporadicamente, um grupo aproximado de 15 a 20 pessoas.
Doação de cestas básicas	Mensalmente, são distribuídas cestas básicas às famílias carentes da cidade. Há um grupo que, a cada 3 meses, visita a casa das famílias para averiguar se realmente esta necessita do auxílio. Há um esforço em conscientizar a família para que ela mesma avalie se está precisando ou não do apoio. Geralmente, são as famílias que procuram a associação para solicitar o recebimento de cestas básicas. Aproximadamente 80 famílias são auxiliadas. No dia da entrega da cesta, as famílias comparecem na Associação Espírita e assistem a uma pequena palestra sobre orientações diversas para melhorarem de vida, sem cunho estritamente religioso. Além disso, dialogam com os dirigentes sobre sua condições de vida.
Sopa Fraternal	De 1991 a 2006, uma vez por semana a associação distribuía sopa para as famílias carentes. No início, deslocavam-se até os bairros carentes levando o alimento. Posteriormente, foi estabelecida a distribuição na sede da associação. Conforme relato da dirigente, esta atividade foi cancelada pois, aos poucos, foi diminuindo a frequência de famílias que buscavam a sopa. Conforme o relato, <i>“parece que as famílias não tinham mais esta necessidade”</i> . A dirigente destaca a importância desta atividade no passado, já que no dia de entrega da sopa havia um maior contato com as pessoas para saber sobre sua vida, suas necessidades e trocar experiências.
Arrecadação de verbas	A arrecadação de verbas da associação provém de: 1) Pizzas: mensalmente, a associação realiza a confecção de pizzas e as vende para toda a cidade. O trabalho conta com a participação de voluntários desde a compra de ingredientes, divulgação e venda, confecção e entrega das pizzas. 2) Doações em dinheiro: os associados e frequentadores doam quantias em dinheiro. Não há um valor nem datas fixas. 3) A associação também é convidada pela prefeitura a participar da Expocultura. Na ocasião, a Associação Espírita organiza uma “Barraca Suíça, de tortas e doces”, sendo todo o lucro convertido para a própria associação e o desenvolvimento de suas atividades. 4) Doações de objetos: descrito a seguir (Bazar Amigo).
Bazar Amigo	A associação recebe doações de móveis, roupas, utensílios e objetos usados ou semi-novos. Há um cadastro das famílias no qual direciona-se a doação recebida tal qual uma “lista de espera”. Se o objeto recebido não consta como necessidade de nenhuma família, o mesmo é direcionado ao bazar, para venda sob preços acessíveis. Conforme relato da dirigente, a verba arrecadada junto ao bazar constitui grande auxílio para compra de itens da cesta básica.
Clube do Livro	O Clube do Livro constitui um grupo de associados que pagam a mensalidade de R\$ 10,00 e recebem mensalmente um livro da doutrina espírita. Esta atividade visa tão somente a divulgação da doutrina embora haja margem lucro já que alguns livros são comprados a preço de capa. Com o dinheiro excedente, mais livros são comprados para acervo da biblioteca e sorteio durante determinada atividade da associação.
Relação com a Prefeitura	Anualmente é realizado um cadastro junto a prefeitura com informações sobre as atividades da associação.

3.4.1.4 A organização das entidades de caráter público

As entidades de caráter público mais evidentes em Urupês são de cunho religioso. Cada uma delas tem característica própria de organização embora com aspectos comuns. Dentre eles se destaca a participação voluntária para a constituição dos grupos e sua ação pública. Além disso, consta como objetivo dos grupos estabelecer contato mais próximo com as famílias assistidas de forma a proporcionar o seu desenvolvimento autônomo. Neste aspecto, os encontros com as famílias são

periódicos (semanais, quinzenais e mensais), estabelecendo-se amplo canal de vivência e comunicação entre as entidades e a população. As reuniões intragrupo, isto é, entre os dirigentes e voluntários também são freqüentes no sentido de informar, avaliar e planejar o andamento de suas atividades.

Quanto ao aspecto de manutenção das entidades, a organização também é semelhante. Promovem eventos, confeccionam artefatos, contactam profissionais e realizam atividades diversas para angariarem recursos (monetários, materiais e de serviços). Duas das entidades entrevistadas participam da Expocultura, captando recursos com o lucro de suas vendas na festa.

Em média, as entidades assistem 100 famílias cada uma, representando importante porcentagem da população municipal.

CAPÍTULO 4

4.1 Reflexões sobre a dimensão política de municípios de pequeno porte

Hipótese: A dimensão política de municípios de pequeno porte se configura por 1) relações de sociabilidade mais estreitas (conhecimento mútuo, face-a-face, amizade, vizinhança, parentesco) e a representação mais evidente por 2) entidades de caráter público (representada sobretudo por aquelas de cunho religioso e de assistência); 3) e a própria administração municipal (representada sobretudo pela figura do prefeito).

A hipótese principal que norteou o trabalho foi corroborada e complementada com o estudo de caso. Basicamente, a dimensão política de municípios de pequeno porte está representada de forma mais evidente pela administração pública municipal, sobretudo na figura da prefeitura e do prefeito, e pelas entidades de caráter público, sobretudo as de cunho religioso e assistencial. A escola também é situada como constituinte da dimensão política já que apresenta certa centralidade no município de pequeno porte e por aglutinar boa representatividade da população local, inclusive com o desenvolvimento de atividades que envolvem grande parte da população, tais como campanhas educativas, reuniões de pais e mestres, eventos comemorativos etc. (Figura 40).

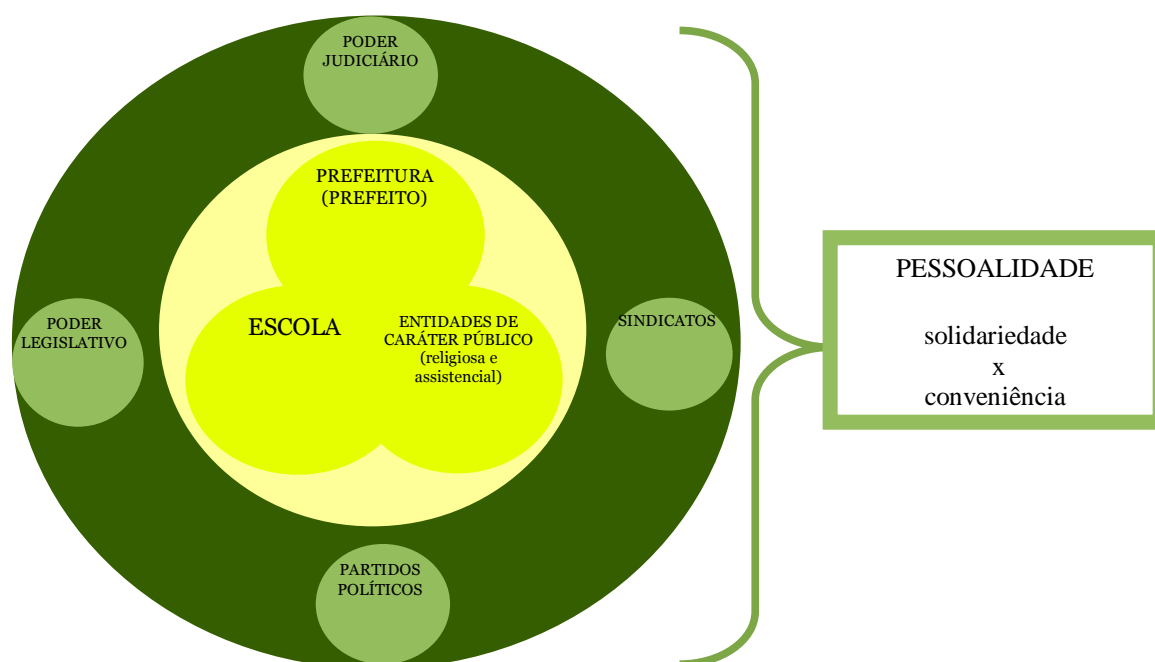


Figura 40 – Composição e qualificação da dimensão política de municípios de pequeno porte.

A dimensão política, averiguada inicialmente como forma de organização da sociedade, evidenciou instituições eminentemente de caráter público. Grupos que se organizam para satisfazer interesses privados, mesmo que seja para a formação de cooperativas ou grupo de empresários, não foram evidenciados durante as coletas. Não significa que não existam em municípios de pequeno porte, entretanto, sua atuação se faz menos evidente. Possíveis explicações decorrem das características da população local, marcadamente qualificadas pela personalidade, como será discorrido posteriormente.

De forma menos evidente, ainda compõem a dimensão política de municípios de pequeno porte os poderes legislativo e judiciário, os partidos políticos e sindicatos. Não significa que têm menor importância, entretanto são evidenciados secundariamente como forma de organização da sociedade, isto é, que representam alguma efetividade para a população.

Especificamente para as entidades de caráter público, o levantamento exploratório realizado demonstrou a consolidação das mesmas, sendo a grande maioria de cunho religioso, com sede para reuniões, com registro de pessoa jurídica e há bastante tempo presentes no município, com média de aproximadamente 30 anos.

Neste aspecto, conforme Santos Jr. (2005), dados sobre o tecido associativo brasileiro indicam mudanças no passado recente. Até os anos de 1980 verificava-se formatos de organização relacionado ao mundo do trabalho como sindicatos e associações profissionais, e, ligados aos bairros como as associações de moradores e amigos de bairro. Com a nova Constituição e no início da década de 1990, a reconfiguração associativa foi marcada pela diversidade e complexidade já que multiplicaram-se organizações sociais, religiosas, articulados com o movimento feminista, de minorias, movimento ambiental, cultural e a constituição de redes e fóruns de articulação entre os atores. A partir de então, uma ausência de centralidade é notada em movimentos de permanente reconfiguração.

Outra característica que compunha a hipótese principal também foi confirmada. Ficou bastante evidente as relações de sociabilidade mais estreitas, tal qual o tamanho das famílias (percebidas como grandes), o conhecimento dos vizinhos, o contato quase que diário com familiares e vizinhos e o conhecimento face-a-face de quase toda a população local. Ainda assim, as características de solidariedade e receptividade compuseram o discurso da maioria dos representantes dos executivo, legislativo e judiciário entrevistados. As características decorrentes deste estreitamento dos laços de sociabilidade são comentadas a seguir.

Hipótese: Os laços estreitos de sociabilidade constituem e conferem importantes canais de comunicação, participação e representação social para a identificação da demanda e oferta de serviços de caráter público do município de pequeno porte.

Esta hipótese é confirmada pelo levantamento exploratório e destaca a importância do conhecimento recíproco da população decorrente do reduzido porte demográfico e a proximidade de parentesco, contato com vizinhos, amigos, familiares, colegas de trabalho etc.

Conforme Demo (1996, p. 86), uma “comunidade” de pequenos municípios¹⁸ pode ser assim definida: grupo pequeno, localizado, dito primário, ou seja, de conhecimento mútuo face-a-face, onde se exerce um estilo participativo de poder. O autor ainda ressalta que os ideais participativos só podem ser concretizados, ainda

¹⁸ Pedro Demo define apenas comunidade. O enquadramento aos pequenos municípios é realizado por Crivelaro (2007).

assim de forma aproximativa, em grupos pequenos. Não delimita o tamanho destes grupos mas toma como referência o conhecimento mútuo face-a-face num espaço limitado (DEMO, 1996, p. 87).

Perante o estudo de caso, Urupês, verifica-se a premissa exposta no parágrafo anterior a partir das informações levantadas sobre o cotidiano local, no qual a população acompanha, solicita e avalia diariamente as realizações da administração municipal. Neste aspecto, é evidente o contato direto com o prefeito, estabelecendo-se uma relação próxima da realidade a partir desta possibilidade de interação. Aliás, justamente o contato com o prefeito é tido como de “maior força” para solicitações diversas ao mesmo tempo em que a administração municipal e os demais poderes indicam a detecção das necessidades da população no contato direto do dia-a-dia, na conversa com os munícipes.

Ainda no âmbito da comunicação, todos os dados coletados convergem e indicam que as informações são trocadas no diálogo cotidiano embora a imprensa local (jornais impressos, carro-volante e rádio comunitária) também seja apontada, mesmo que de forma secundária ou posterior à conversa do dia-a-dia, do trabalho, entre os vizinhos e entre a família. Além disso, o canal de comunicação entre administração municipal e organizações da sociedade civil é tido como aspecto que necessita de maior organização perante dois aspectos destacados e aparentemente contrários. O primeiro quanto a visão de coletivo, pensando-se no município como um todo, já que as reivindicações são individuais e também de interesse individual. O segundo, quanto a importância deste tratamento individual, ponto forte para o esclarecimento da população, que “absorve menos” as mensagens passadas coletivamente.

Hipótese: A arena política convencional acaba sendo esvaziada visto que os assuntos públicos são compartilhados no cotidiano das pessoas. Este fato acaba descaracterizando as funções de cada ator social e pode ser um entrave potencial ao desenvolvimento democrático sustentável. Todavia, a participação da sociedade civil analisada sob enfoque diverso das formas convencionais (conferências, palestras, audiências etc.) representam possibilidade de atuação para o planejamento e política pública do município de pequeno porte, desde que os papéis de cada ator estejam devidamente esclarecidos. Os sindicatos, partidos políticos, poderes

judiciário e legislativo acabam por representar um papel secundário nos municípios de pequeno porte.

Diversos são os indicativos que corroboram as hipóteses citadas, decorrentes das demais. O relacionamento entre os representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário no município de pequeno porte é marcado pelo caráter formal, sentido estrito do cumprimento de determinações exigidas por lei. Deste modo, a forma de comunicação predominante entre os mesmos foi exemplificada pela “emissão de ofícios”. No caso estudado, não há nenhuma ação coordenativa no sentido de melhor delimitar e complementar a atuação por parte desses poderes. Sobretudo para os poderes legislativo e judiciário, isso acaba refletindo na falta de conhecimento sobre seus papéis perante a sociedade, concentrados e creditados majoritariamente ao poder executivo, isto é, ao prefeito e à prefeitura.

A política municipal centrada na prefeitura e na figura do prefeito pode eximir o munícipe enquanto cidadão, isentando-o do conhecimento e ação sobre seus direitos e deveres, bem como dos papéis de cada ator na sociedade, seja do poder judiciário ou legislativo e até mesmo do executivo. Apenas para situar, o papel de vice-prefeito não foi sequer mencionado em nenhum momento do levantamento exploratório. Trata-se de um aspecto de pobreza política no que diz respeito aos assuntos de ordem pública estatal, descrito por Demo (1996) como a falta de discernimento crítico perante as obrigações do Estado, o que facilita a manipulação de ações por aqueles que se encontram no poder (DEMO, 1996).

No mesmo sentido, conforme Bava (2005), a sociedade não utiliza os instrumentos jurídicos que têm à sua disposição nem ocupam os espaços nos conselhos de gestão. Para o autor, isso expressa a inexperiência em exercer a cidadania sendo necessária alguma forma de capacitação para tal fato. Ainda para este autor, a criação dos Conselhos de Gestão de Políticas Públicas é uma conquista da sociedade civil para a construção da democracia. Entretanto, denota que há certo esquecimento das formas de representação junto aos bairros e comunidades em virtude do empoderamento dos conselheiros no espaço de disputa dos conselhos.

No caso estudado, a realidade difere da consideração anterior. Quanto a participação nos Conselhos Municipais, os representantes do Executivo “quase que

imploram” pela participação de alguns representantes da população já que este é um dos requisitos para repasse de verbas tributárias.

Outro ponto ao encontro das hipóteses propostas é a ausência de público nas sessões da câmara legislativa, tidas como de pouco interesse à população pela sua configuração “mecânica”, apenas para cumprimento burocrático, sem discussão ou proposições que cativem a população.

Conforme Tonella (1991), dentre os cargos eletivos, o vereador é aquele que está mais próximo da população e que tem condições de mediar conflitos e encaminhar proposições, cumprindo o papel de se constituir em elo principal de ligação entre a população e o sistema político como um todo. Além disso, ele age, muitas vezes, como mediador na socialização e preparação de indivíduos para ocupar outros cargos públicos. Todavia, no município de pequeno porte, este cargo é representado e exercido exclusivamente pelo prefeito.

Esta simplificação da dimensão política é demonstrada perante a percepção que a população tem deste termo (de “política”), tido como algo que suscita brigas e, conseqüentemente, não tem o envolvimento das pessoas. Estas, por sua vez, se sentem “por fora” dos processos que decidirão o futuro do município. Além disso, quando entrevistados sobre a concepção que fazem de política e democracia, as descrições aparecem no âmbito do desejo, do que deveria ser mas acaba não sendo, como: “*política **seria** a mediação de interesses*” e “*democracia **seria** a participação e a liberdade de expressão do cidadão*”.

No mesmo sentido, e também afetado pela questão histórico-cultural da conveniência, as pessoas preferem não tomar partido publicamente nesta mediação de interesses, participação e liberdade de expressão. Conforme descrição de um dos entrevistados: “*o pessoal fica em cima do muro, prefere não se envolver*”.

Portanto, a arena política sendo esvaziada descarateriza os papéis de cada ator na sociedade. É o que se pode constatar quando a população indica “achar não ter condições” para participar e decidir sobre o futuro do município ao mesmo tempo em que “gostariam de saber mais sobre seus direitos e deveres”.

Entretanto, uma nova arena de participação pode ser vislumbrada sob o enfoque das entidades de caráter público, no caso, as entidades religiosas e de assistência. Conforme se constatou, a grande maioria da população participa de algum desses grupos com frequência semanal e realizando atividades de assistência

pública. Inclusive são citadas como lideranças sociais. Durante o levantamento de dados, até mesmo um dos entrevistados em momento de reflexão captou a hipótese do trabalho referindo-se à atuação destas entidades: “*podemos até usar esses grupos que você perguntou anteriormente*”.

Nesta perspectiva, um primeiro passo foi dado com a realização da Expocultura, um evento cultural promovido pela administração municipal que envolve entidades filantrópicas do município.

Outra perspectiva abordada, a realização do Orçamento Participativo, foi cogitada. Todavia, de antemão, situou-se a falta de recursos disponíveis para discussão com a população. Ademais, assim como no caso dos conselhos municipais, indicou-se a falta de participação e comprometimento da população.

Quanto ao papel secundário dos sindicatos, partidos políticos e poderes legislativo e judiciário, além de serem indicados em diversos pontos do levantamento de dados como “ausentes” ou “estritamente formais e distantes da população”, este fato é verificado quando a população denota recorrer diretamente à prefeitura e ao prefeito quando querem solicitar ou reivindicar alguma coisa, ou mesmo quando denotam ter “mais força para mudanças” recorrendo diretamente à prefeitura ou com os grupos que participam, no caso, predominantemente religiosos.

Para Celiberti (2005), a política reduzida à gestão estatal constitui-se como uma das fragilidades da democracia. Isto porque há uma grande lacuna entre as instituições e demandas de uma sociedade em crescente individualização e auto-reflexão, e que remete a política para além das hierarquias formais. Desta forma, com o caminho paralelo entre o político, a gestão estatal e de governo, aprofunda-se a ausência de diálogo entre os diferentes atores do sistema democrático e cada vez mais cai-se no desencanto. Para a autora, são necessários desafios constantes de abrir novos espaços de participação encontrando novas subjetividades, isto é, eixos válidos e reconhecíveis de diferenciação, mas não de desigualdade. Algo em intersecção e interação entre si para construir novas subjetividades e novas culturas democráticas (CELIBERTI, 2005). No caso estudado, cogita-se esta possibilidade às entidades de caráter público de cunho religioso e assistencial.

Hipótese: As entidades de caráter público, sobretudo as de cunho religioso e assistencial, desempenham importante papel no que diz

respeito à minimização das desigualdades sociais. Tais entidades apresentam organização própria de funcionamento e ação pública constituindo-se ator relevante de atuação junto ao poder municipal (público ou estatal) e demais poderes.

Conforme Sampaio (2005), 70% dos brasileiros não tem vinculação com qualquer entidade (sindicato, igreja, clube etc.). Para este autor, a articulação social dessas pessoas é com a família nuclear e com pessoas da sua vizinhança. Pessoas “soltas” (aspas do autor) em uma sociedade complexa como a nossa não dispõem dos elementos mínimos para uma participação democrática efetiva.

No caso estudado, o vínculo associativo (sobretudo às igrejas) difere da média nacional e constitui possibilidade de articulação social conjuntamente com o núcleo familiar e vizinhos. É o que demonstrou a explicitação da atuação dos grupos religiosos e de assistência junto a comunidade local. Ademais, a caracterização da população em núcleos familiares de grande porte, o contato estreito com vizinhos e o fato de a religião ter em sua essência a questão da solidariedade contribuem para a validação da hipótese, isto é, a minimização de desigualdades sociais. É o que demonstra também o IPVS, apresentado no capítulo anterior a despeito das poucas desigualdades sociais neste município e o acesso a alguns benefícios sociais que minimizam os seus riscos à pobreza. Ficou também bastante evidente no discurso dos entrevistados a percepção sobre a ausência de miseráveis e classe-alta em Urupês. Trata-se, portanto, de uma maioria classe-média e suas variações para média-baixa, média-média e média-alta.

Esta constatação constitui causa potencial que reflete na satisfação da população em morar em Urupês já que a grande maioria gosta de residir neste município (inclusive tido como melhor em relação ao passado). Além disso, a população se mostra bastante otimista quanto ao futuro da cidade em termos de melhorias, como constatado nos questionários. Neste ínterim, a mesma tendência não é verificada quanto ao mundo supra-local, tido comparativamente como pior na atualidade.

Especificamente quanto as entidades de caráter público, estas constituem grupo de interesse à administração municipal que já tentou realizar um cadastramento para melhorar e tornar mais abrangente a atuação pública junto a sociedade. Desta forma, têm noção de sua importância na prestação de assistência.

Todavia, enquanto forma de organização e participação da sociedade, não vislumbram essa possibilidade já que denotam a organização civil nula no município nos moldes convencionais (sindicatos, partidos políticos etc.)

Santos Jr. (2005) relata que, vinculada à dimensão dos direitos sociais da Constituição Federal de 1988, desenvolveram-se no Brasil novas formas de interação entre governo e sociedade em que se percebe a abertura de canais que ampliam a participação cívica da sociedade em todos os níveis de governo. Baseado numa concepção de democracia que postula a representatividade do governo e a garantia de liberdades e direitos fundamentais, Santos Jr. (2005) fundamenta a dinâmica efetiva da democracia a partir da inclusão social que permita cultura e participação cívica. Dessa forma, as desigualdades sociais são o grande empecilho à sua efetivação e requer o investimento na cultura associativa visto que pequena parcela da população tem vínculo com associações civis (têm capacidade de organização e expressão política, não estão em situação de vulnerabilidade ou exclusão social). O autor também atenta para o fato da relação positiva entre maior escolaridade, renda, nível de filiação em organizações associativas e participação político-social.

A colocação acima não é verificada no estudo de caso já que apesar da relativa menor escolaridade e renda, o nível de filiação institucional é bastante evidente e as desigualdades não são tão perceptíveis no local. Todavia, ainda assim os papéis enquanto esfera de participação são ocultados, o que pode camuflar incoerências. Nesta perspectiva a afirmativa de Santos Jr. (2005) é válida ao colocar que existe uma rica e diversificada experiência de participação, mas imersa em enorme bolha de alienação e indiferença da população em geral. Para o autor, esta cultura de pouca participação remonta à tradição escravista e colonial em que apenas uma minoria participava da política convencional. Entretanto, existia um outro comportamento participativo comunitário da população em outras esferas, principalmente em torno de grandes festas, da religião e assistência mútua que reuniam ex-escravos, imigrantes, classe média e proletários numa esfera em que não se reproduzia nem era reconhecida no âmbito da política. Assim, a história da cultura associativa não foi capaz de transformar participação comunitária em participação política no sentido de decidir sobre um projeto de desenvolvimento e discussão dos interesses mútuos. Algo parecido com o que se passa hoje em que, apesar do elevado grau de urbanização, temos cidades sem cidadãos plenos. Para Santos Jr. (2005), é fundamental

confrontar os limites e bloqueios da dinâmica democrática com a concomitante superação do modelo neoliberal que separa política econômica e aprofunda desigualdades sociais. Para tanto, uma das formas seria a ampliação da participação popular na dinâmica democrática e a articulação das esferas locais e supra-locais e a possibilidade de parcerias e mecanismos redistributivos entre municípios, Estado e Nação.

4.2 Problemas, limites e potencialidades ao desenvolvimento democrático sustentável nos municípios de pequeno porte

Conforme Silva (2005, p. 148), as condições essenciais para elaboração de políticas públicas encontram-se relacionadas à atuação dos agentes, à escala territorial e às dimensões da sustentabilidade. Segundo a autora, não basta a atuação isolada de e em apenas uma escala, agente e dimensão. Deve haver uma estruturação política orientada em todos os níveis, com a descentralização fundamentada por repasse de verbas, auxílios de técnicos capacitados e organização participativa compartilhada. As considerações desta autora sintetizam de forma bastante coerente o que foi verificado no estudo de caso em Urupês.

A caracterização da dimensão política permite a elucidação da atuação dos agentes perante a escala local e as dimensões de sustentabilidade, não se descartando influências supra-locais. Dessa forma, é possível levantar os limites e potencialidades, que muitas vezes se situam como paradoxos e afetam a consolidação do desenvolvimento sustentável e democrático. Suscitar estes paradoxos é o primeiro passo para minimização (quicá eliminação) de suas contradições.

Primeiramente, é importante destacar que a região onde se insere Urupês recebeu grande contingente de imigrantes espanhóis e italianos em meados do século XX e vultosos investimentos na área agropecuária e de infra-estrutura na década de 1970. Sobretudo nos municípios de pequeno porte, o estabelecimento dos imigrantes reflete a permanência atual de grandes famílias descendentes, tal qual denotado pelo tamanho das famílias, tido como “grandes” no estudo de caso. A atividade agropecuária também apresenta relação causal já que se sabe do contato estreito com o “manuseio da terra” da cultura européia. Reforçado com os investimentos nesta

área, desenvolveu-se a potencialidade que a região continha e prevalece ainda nos dias atuais. Desta forma, quando são analisados indicadores sociais, a região apresenta hoje bons indicadores sociais, acima da média estadual e até mesmo da média nacional, com destaque para indicadores de longevidade e escolaridade, a despeito da menor riqueza.

Também é importante destacar a configuração do porte demográfico dos municípios que compõem a região. Basicamente, uma grande maioria de municípios de pequeno porte rodeiam a cidade média de São José do Rio Preto e algumas outras cidades com população mediana tais como Catanduva, Votuporanga e Fernandópolis. Esta configuração garante uma gama complementar de relações de serviços e abastecimento que favorecem o bom desempenho de indicadores da região. Dessa forma, as inferências sobre o estudo de caso têm relevância para o contexto regional já que esta maioria de pequenos municípios são descritos com certa homogeneidade de condições.

Primeiramente, uma das principais limitações constatada no estudo de caso refere-se ao aspecto financeiro. A administração municipal tem pouca capacidade de arrecadar tributos e gerar receita para realização de projetos diversos, sobretudo na área de infra-estrutura já que os serviços públicos básicos têm repasse direcionado das esferas estadual e federal. Esse é um dos problemas mais apontados: a restrição orçamentária.

Outro problema bastante citado e relacionado com o anterior é a questão do emprego, isto é, uma das maiores carências do município são as oportunidades de criação de novas vagas de trabalho. Entretanto, outro discurso também bastante citado mostra outra visão no qual o setor de confecção de vestuários (principalmente calças jeans) e o setor agropecuário (relacionado à cultura do limão) aparecem como receptores e criadores de oportunidades de trabalho. Neste aspecto, os empregos criados pela cultura canavieira, apesar de vislumbrado como potencialidade da região e do município que se consolida e envolve toda a cadeia de produção já que os donos de terras arrendam suas propriedades e acabam desenvolvendo uma nova frente de trabalho, o que se sobressai desta relação é a imigração dos cortadores de cana-de-açúcar que se estabelecem no município. Isto porque estes trabalhadores se fixam no município, isto é, não retornam para sua cidade de origem no período de entre-safra, inclusive trazendo sua família para viver em Urupês. Portanto, conforme os relatos,

trata-se de uma condição que, apesar do produto gerado pela força de trabalho destes imigrantes, gera ônus ao município já que a “nova” família recém-chegada utiliza os serviços públicos de saúde, educação e assistência social sendo que a arrecadação de impostos não é repassada ao município visto que a sede da usina se encontra em município vizinho.

No que diz respeito à característica da pessoalidade das relações sociais, o problema apresentado mediante o conhecimento mútuo da população está no controle exercido uns aos outros. As pessoas acabam se preocupando e interferindo de maneira excessiva com relação a vida do outro. Esta condição ocasiona o controle de padrões de convivência que limitam a liberdade de expressão contida no conceito democrático e a possibilidade de mediar interesses contido no conceito de política. Então a questão da pessoalidade pode situar-se também como aspecto negativo. Um exemplo elucidado no estudo de caso diz respeito à conduta no trânsito local no qual infrações não são penalizadas já que, geralmente, o policial é um “conhecido” e acaba “relevando” a infração por ser um vizinho, um parente ou alguém próximo do infrator. Desta forma, alguns policiais “de fora” da cidade estão sendo designados para atuar no município pois assim este não necessitaria participar da conveniência nem trocar favores e, desta forma, poderia melhor cumprir a lei que não se enquadra no padrão de conveniência.

Outros problemas apontados de forma correlata são as drogas, a segurança e a violência. Sobretudo para os jovens, as drogas constituem o maior receio em relação às famílias pelo que se pôde constatar no cotidiano local e a partir das entrevistas com representantes dos poderes públicos. Trata-se de um problema recorrente que está ganhando maior visibilidade e projeção além de atingir todas as classes sociais. Portanto, não é apenas o pobre ou a classe média-baixa que sofrerá as consequências mas também as famílias das classes média-média e média-alta. Então trata-se de um problema que se generaliza no município e gera violência, furtos locais e alimenta o ciclo do tráfico. Também como consequência, a segurança nas casas exige e opera mudanças nos padrões de edificação com muros e portões mais altos, enclausuramento no lar, antes “de portas abertas” durante quase todo dia, a população receosa de comportamentos seguros como deixar bicicletas na rua e encontra-la na mesma posição deixada assim como se fazia no passado (e ainda se faz embora com menor frequência), o carro não fica mais constantemente aberto etc.

Dessa forma, alteram-se os padrões de sociabilidade conquanto este estágio de alteração ainda seja preliminar, isto é, tais problemas são potenciais causadores de grandes transformações no padrão comportamental que ainda se caracteriza por laços mais estreitos de sociabilidade do que nos municípios de médio e grande porte.

Pode-se situar esta problemática como paradoxo já que a educação é posicionada como um dos aspectos melhores em comparação ao passado do município. Como visto anteriormente, o papel central da escola na dimensão política municipal de municípios de pequeno porte é o de agregar representatividade, de promover eventos, realizar projetos de conscientização, proporcionar a comunicação entre as famílias e a sociedade de forma abrangente. Assim, a educação é tida como aspecto melhor em relação ao passado, do ponto de vista dos entrevistados, sobretudo pela sua melhoria em infra-estrutura (prédios ampliados e reformados, aquisição de material didático e promoção de cursos de capacitação aos funcionários). O problema da escola portanto é reportado na sua relação com a sociedade no aspecto da violência, de mudanças nos padrões familiares, da proteção excessiva e incondicional que pode gerar distúrbios de autonomia ao menor, mudanças societárias tais como as mudanças nos meios de produção, consumo e comunicação, que primam pela individualização do comportamento humano. Inclusive, a questão do individualismo é apontado como um dos aspectos negativos da atualidade já que no passado a pessoalidade das relações sociais, o parentesco, a amizade, as festas que envolviam grande parte da população, o sentimento de companheirismo e a solidariedade eram fatores apontados como melhores. Quiçá seja um momento de melancolia dos entrevistados, todavia é uma constatação presente na maioria dos discursos coletados. Aliás, como aspecto negativo do passado, muitos dos entrevistados não responderam já que disseram nada ser pior no passado de Urupês. Trata-se de uma aparente contradição já que pelo que foi constatado nos questionários, a população considera que hoje a cidade está melhor do que no passado embora ainda seja possível melhorias para o futuro. Tratam-se de incoerências que devem ser analisadas com o intuito de sempre aumentar o grau de satisfação da população e sanar os problemas que emanam como potenciais, assim como o caso das drogas, problema mais evidente em municípios de médio e grande porte mas que já afetam os de pequeno porte.

Como um dos poucos aspectos tidos como negativos do passado local, o acesso rodoviário ao município também é citado. A “cidade ficava ilhada” em termos de acesso de pessoas e de cargas de produtos. O acesso rodoviário é apontado como fator de maior conectividade com as cidades da região e com as cidades maiores mediando relações de complementaridade como serviços e matéria-prima. Sobretudo serviços de saúde e educação superior estão concentrados no município de maior porte. No caso estudado, o município até agrega serviços de saúde para cidades vizinhas embora não haja o repasse de verba para o município se constituir uma microrregião. Portanto, atentar para as possibilidades de complementação de serviços que o município pode oferecer de acordo com suas características locais é atentar para uma possibilidade de maior abrangência para a contemplação dos serviços que o município de pequeno porte encontra-se limitado a oferecer e que se encontra saturado no município de maior porte.

A relação apontada anteriormente é bastante complexa e pouco analisada pois embora se descreva alterações no âmbito da segurança pública, produção e consumo de bens e serviços no município de pequeno porte, é visível o movimento de pessoas da cidade grande para a pequena como tentativa de “fuga” do estresse urbano excessivo ocasionado, entre outras coisas, pelo trânsito caótico, pela violência demasiada, pelo excesso de trabalho etc, e em “busca” de tranquilidade ou até mesmo o contato mais estreito de sociabilidade como a visita de familiares em “sua terra de origem”. A cidade grande como local atrativo para as pessoas “ganharem” a vida, terem seu emprego, maiores possibilidades de “crescimento”, acabam concentrando aglomerados de pessoas com menor vínculo de sociabilidade.

Mais especificamente sobre o discurso da sustentabilidade, o estudo de caso possibilitou vislumbrar alguns entraves decorrentes do poder público municipal. O aspecto principal apontado para todas as dimensões de atuação pública refere-se ao caráter eleitoral no qual a atuação dos três poderes se faz mais presente sobretudo em período eleitoral. Em ano eleitoral torna-se mais visível as divulgações, propagandas e inaugurações de realizações diversas do poder executivo, legislativo, judiciário e também dos partidos políticos (e seus candidatos).

Em questionamentos específicos sobre as dimensões cultural, política, econômica, social e ambiental, os poderes legislativo e judiciário pouco situaram alguma forma de atuação em quaisquer das dimensões. Sua atuação, como

comentado anteriormente, se limita ao cumprimento dos trâmites legais, indubitavelmente de cunho financeiro e que não se reflete como ação autônoma destes poderes, geralmente “delegado” ao poder executivo. Dessa forma, sua atuação se restringe ao “apoio passivo” às medidas de ação do prefeito.

Assim, no que diz respeito à atuação por dimensões, a administração municipal evidenciou suas ações nos três pilares que constituem a rede de proteção social: a saúde, a educação e a assistência social. Para as dimensões, desdobrou-se este conteúdo conforme a análise solicitada. Importante ressaltar a cotidianidade e o contato pessoal entre os indivíduos na detecção das necessidades da população local e a atuação nestas três áreas. Entretanto, estas medidas são tidas como áreas de atuação que seguem uma tendência desde gestões municipais anteriores. Decorre a consideração que o contato do dia-a-dia não permita mudanças drásticas de governança pois as cobranças da população são realizadas “na cara”, sob contato direto, diário e próximo com o governante local. Seus eleitores são, antes de mais nada, vizinhos, parentes, amigos, colegas de trabalho, de infância ou conhecidos. Portanto, a pessoalidade pode ser um empecilho à governança injusta e ilegal na medida em que a população tenha condições de perceber más intenções de ação pública para benefício privado.

De maneira sintética, o desdobramento das três áreas básicas de ação pública em relação às cinco dimensões categorizadas da sustentabilidade se fazem coerentes, com exceção de uma dimensão, a política. Conquanto a administração municipal tenha empenhado esforços em garantir e promover o desenvolvimento local por meio de realizações na área de educação, saúde e assistência social, ou ainda, nas dimensões cultural, econômica, social e ambiental, a dimensão política enquanto possibilidade democrática, isto é, de um espaço de diálogo e reflexão, participação e decisão coletiva sobre o futuro coletivo é pouco evidenciado. Conforme relato de um dos representantes do poder público, esta é a área de menor atuação, que “passa batido” enquanto área de planejamento, gestão e política pública. A dimensão política local, a despeito das influências supra-locais às quais o município não escapa – tal qual a globalização, é a dimensão mais próxima da satisfação imediata das necessidades da população de acordo com as características sociais históricas da localidade. Para Silva (2005, p. 36), em qualquer município a centralidade de decisões encontrada na dimensão política por meio das estruturas de poder poderia

assegurar um maior desenvolvimento local. Para esta autora, os pequenos municípios apresentam carências e demandas que muitas vezes não podem ser suprimidas no âmbito local pelas limitações que passam por problemas como atraso técnico, limitada competitividade, insuficiente qualificação, estagnação econômica, baixo investimento, insuficiente agregação de valor, dentre outros (SILVA, 2005, p. 36).

Portanto a dimensão política de tomada de decisão e de compartilhar de opiniões e pontos de vista para atuação e direcionamento de investimentos (não apenas econômico mas humano) é uma área de pouca realização por parte da administração municipal para promoção deste espaço de diálogo. As determinações que emergem fora da esfera local como a constituição de conselhos municipais, de palestras, conferências e audiências públicas são de pouca efetividade no município de pequeno porte, como a própria sessão da câmara legislativa exemplificada anteriormente.

A ausência de participação, assim como constatado no debate teórico sobre democracia, também no estudo de caso reflete condições de um passado autoritário nos ditames coronelistas. Diversos são os momentos em que se menciona a temeridade quanto à liberdade de expressar posicionamentos diversos e contrários aos dos poderosos locais, marcadamente os homens proprietários de terras e estabelecimentos comerciais e, ao mesmo tempo, governantes do passado local. As práticas clientelistas e assistencialistas também são denotadas na mediação histórica da troca de favores, potencializada pelo conhecimento recíproco da comunidade, tanto por parte dos governantes locais quanto da população, que usa seu direito de voto como chantagem para satisfações individuais, conforme constatado nas entrevistas.

E para finalizar, as entidades de caráter público analisadas especificamente a partir daquelas destacadas no cenário local, apresentam formas de organização próprias com sedes para reuniões e desenvolvimento de atividades, formas específicas de arrecadação de verbas, de participação de base, de comunicação, divulgação, com avaliação periódica, com propósitos e propostas de atuação local, etc. Nos casos analisados, nota-se uma estruturação comum entre as entidades, sobretudo por seguirem, em essência, direcionamentos cristãos baseados na solidariedade como forma de realização dos seus ideais peculiares, mesmo que seja no caráter de assistência não apenas material mas também sobre a vivência e

inquietações das famílias assistidas. Portanto, de uma certa forma, as entidades de caráter público estão atentas aos problemas que permeiam a população local além de concentrarem a presença participativa de grande parte da população. Estas acabam desempenhando uma atuação conjunta com o poder público, sobretudo com o poder executivo. Dessa forma, tais entidades também podem ser encaradas como poder público visto que discutem e atuam sob interesses e problemas públicos da própria população local. Portanto, as entidades de caráter público constituem potencialidade (e já em atuação) enquanto ator de políticas públicas para redução de desigualdades sociais, comunicação, diálogo, liderança, promoção de cultura, eventos etc. É preciso sobretudo deixar mais claro o papel destas entidades, sua importância, sua organização e sua abrangência.

Aliás, para o município como um todo, é preciso deixar mais claro o papel de cada setor, de cada divisão, de cada ator da sociedade em relação à própria administração pública e o que compete a cada um e a todos. Isto vale também para os poderes judiciário e legislativo, sindicatos, partidos políticos ou qualquer outra de forma organização. Trata-se de uma tarefa difícil diante das causas estruturais apontadas por Oliveira (2005). Para este autor, em relação ao Brasil a mundialização como tentativa de crescer economicamente tem inviabilizado o país como nação, economia e sociedade pelas constatações de aumento das desigualdades sociais internas a exemplo da informalidade, tráfico e violência. Conforme o autor, “a política se desfez como a relação entre classes” provinda do capitalismo globalizado que constrói a comunicação e o consenso ao dissenso. Se antes as impossibilidades de democracia provinham pela disputa da hegemonia do projeto nacional, hoje a burguesia perde a utopia enquanto nação e nada disputa com as classes dominadas. As lideranças populares saem das organizações partidárias (que não representam nada) e chegam ao povo corroborando políticas de exceção (assistencialista) ou ausência de política diante da ausência de ideais.

De forma mais otimista, este trabalho pretendeu mostrar a observação do arranjo institucional e as relações intrínsecas da esfera política dos municípios de pequeno porte sob “um novo olhar”. A marca da personalidade pode ser um diferencial em tempos de exacerbação do individualismo e afrouxamento dos laços afetivos. No caso analisado, é visível a influência recíproca sobretudo do poder executivo, entidades de caráter público e sociedade civil mesmo que sua atuação e importância

não estejam “elucidados ou bem delimitados” para os mesmos. Ainda neste âmbito, os poderes legislativo e judiciário e os partidos políticos parecem estar situados num segundo plano sendo necessário o resgate e maior evidência dos seus objetivos e importância na democracia sob o regime de república federativa. Quanto às formas convencionais de participação, talvez fosse necessária sua reestruturação a partir de estruturas organizacionais pré-existentes, como os próprios grupos religiosos, de assistência e as escolas (instituições bastante centrais no município e que envolvem quase toda a população).

Enfim, uma nova institucionalidade pode ser desenhada ou adaptada a partir de organizações pré-existentes e pouco consideradas, e um olhar diferenciado e criativo ao interior da localidade de acordo com as escalas ascendentes. Há alguns paradoxos que permeiam a dimensão política de municípios de pequeno porte: trata-se de uma arena de participação repleta mas com papéis ocultos, perante a política convencional, oriundos de uma cultura que não permite discordância embora as discordâncias existam. Paradoxos decorrem, em grande parte, de não se ter os papéis esclarecidos, o que compete a cada ator e o aproveitamento das organizações existentes. Assim, a caracterização da dimensão política de municípios de pequeno porte mostrou-se bastante pertinente para elucidar possibilidades e minimizar contradições para se pensar gestão e políticas públicas para o planejamento sustentável e democrático.

Considerações Finais

“Sem o tesouro do sentimento, todas as obras da razão humana podem parecer como um castelo de falsos esplendores” (Boa Nova – Chico Xavier).

A dimensão política de municípios de pequeno porte é “território vasto a ser desvendado” perante os ideais de democracia e sustentabilidade, e constitui-se caráter estratégico potencial para fins de política pública, gestão e planejamento.

Basicamente, a configuração da dimensão política caracteriza-se por relações de sociabilidade mais estreitas em que se destaca a marca da personalidade. De forma complementar, a organização da população local tem representação mais evidente pelas entidades de caráter público (sobretudo as de caráter religioso e assistencial) e a própria administração municipal, representada principalmente pela figura do prefeito.

Os laços estreitos de sociabilidade constituem e conferem importantes canais de comunicação, participação e representação social para a identificação da demanda e oferta de serviços de caráter público do município de pequeno porte, agravando ou beneficiando as condições socioambientais do município.

Entretanto, a arena política convencional acaba sendo esvaziada visto que os assuntos públicos são compartilhados no cotidiano das pessoas. Este fato acaba descaracterizando as funções de cada ator social e pode ser um entrave potencial ao desenvolvimento democrático sustentável. Todavia, a participação da sociedade civil analisada sob enfoque diverso das formas convencionais (conferências, palestras, audiências etc.) representam possibilidade de atuação para o planejamento, gestão e política pública do município de pequeno porte, desde que os papéis de cada ator estejam devidamente esclarecidos para serem cumpridos.

Portanto, falta um maior esclarecimento do papel de cada ator na sociedade, ou mesmo a explicitação e o acordo comum sobre os deveres e direitos de cada

cidadão no regime democrático. Neste íterim, cabe destacar a educação como área fundamental para efetivação de mudanças sociais já que, entre outras coisas, sobretudo nos pequenos municípios a “escola” têm grande evidência e centralidade na adesão de proposições públicas e em variados aspectos da vida cotidiana local, tais como eventos esportivos, de arte, de conscientização, de festas típicas, reuniões de pais e mestres etc. Isto porque há sempre algum membro da família em período escolar já que os laços familiares são maiores nestes municípios.

Quanto as entidades de caráter público, sobretudo as de cunho religioso e assistencial, estas desempenham importante papel no que diz respeito à minimização das desigualdades sociais. Tais entidades apresentam organização própria de funcionamento e ação pública, constituindo-se ator relevante de atuação junto ao poder municipal para assistência à população (e não apenas de ordem material).

Em contraponto, os sindicatos, partidos políticos, poderes judiciário e legislativo acabam por representar um papel secundário nos municípios de pequeno porte, ou seja, do ponto de vista de participação na vida pública estas entidades são pouco situadas pelos próprios representantes do poder executivo e mesmo pela população. Apesar dos direitos e deveres do cidadão, estas são instituições que também necessitam melhor esclarecer e se fazer visível perante sua extrema importância no regime democrático. Especialmente quanto ao judiciário, denota-se seu caráter eminentemente repressivo, podendo ser ampliada sua atuação sob o caráter preventivo e educativo. Para o legislativo, é necessário estender seu período de maior divulgação e atuação, restrito ao período eleitoral.

Ainda quanto aos três poderes, no município de pequeno porte é visível o distanciamento prático caracterizado pela formalidade das relações requisitadas entre executivo, judiciário e legislativo (geralmente por ofícios). Encontros de caráter estratégico e atuação conjunta poderiam alterar e potencializar seu espectro de atuação.

Em síntese, a problematização das características da dimensão política de municípios de pequeno porte revelam algumas contradições que podem ser minimizadas a partir da reflexão conjunta entre a população e suas formas de organização peculiares. Como exemplo de contradições, situam-se:

- a personalidade como afeita aos laços de solidariedade e receptividade ao mesmo tempo em que se constitui aspecto de controle de padrões da vida alheia;

- a percepção da população e representantes dos três poderes sobre a educação como melhor área de atuação e melhorias ao mesmo tempo em que as drogas, o desemprego e a violência atinjam sobremaneira os jovens.

Enfim, os municípios de pequeno porte apresentam características importantes para se pensar o desenvolvimento democrático e sustentável. Conforme definição dos próprios entrevistados, a democracia sendo “**liberdade de expressão e participação**” e a política “**a mediação de interesses**”, aproveitar a estrutura “natural” existente que decorre dos laços estreitos de sociabilidade e a organização de entidades de caráter público em atuação conjunta com os demais poderes públicos, se analisados sob enfoque diverso do convencional constitui possibilidade essencial de minimização das contradições que permeiam a sociedade.

Referências

ABRUCIO, F. L. . Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, S. (Org.). **Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil e Espanha**, Rio de Janeiro: FGV Editora, 1. ed., p. 77-125, 2006.

ACSELRAD, H. Sustentabilidade, espaço e tempo. **Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, Rio de Janeiro, RJ: FASE, n. 4, Disponível em: <www.brasilsustentavel.org.br/downloads>. Acesso em: 23 maio 2005.

ACSELRAD, H.; LEROY, J. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, Rio de Janeiro, RJ: FASE, n. 1, 1999.

ASSIS, L. G. B. de. Criação de novos municípios: Alternativa ou erro? **Revista Jurídica**, Brasília, v. 8, n. 81, out./nov., 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/index.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2007.

BAVA, S. C. Democracia e participação. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, p. 33-40. 2005.

BAVA, Sílvio Caccia. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 53-59, jul./set. 1996.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 3. ed. Editora Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BREMAEKER, F. E. J. de. Despesas municipais com as funções de competência da União e dos Estados em 2002. **Estudos especiais** - IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, n. 56, 22f., 2003.

CARVALHO, S. N. Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 130-135, out./dez. 2001.

CELIBERTI, L. Atores, práticas e discursos da participação. In: TEIXEIRA, A. C. C. (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, p. 51-58. 2005.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1996. 176p.

DER – Departamento de Estradas e Rodagem. 2006. Disponível em: <http://www.der.sp.gov.br/vder/mapa_rodoviario/default.asp>. Acesso em: 13 mai. 2006.

FAVERO, E.; ZMITROWICZ, W. Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir dos indicadores sociais urbanos. **Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP**. São Paulo: EPUSP, 2005.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, abr./jun. 2004.

GERARDI, L. H. O.; NENTWIG, B. C. S. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: ed. Difel, 1981.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1989.

GOMES, R. C.; BARBOSA, A.; DA SILVA, V. Gestão social das políticas públicas nas pequenas cidades. **Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-9.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

GOOGLE EARTH. A 3D interface to the planet . Disponível em: <<http://earth.google.com>> . Acesso em: 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 26.581, de 05 de janeiro de 1987**. Compatibiliza as Regiões Administrativas com as Regiões de Governo criadas pelo Decreto nº 22.970, de 29 de novembro de 1984.

GRAZIA, G.; QUEIROZ, L. L. (*et al.*). O desafio da sustentabilidade urbana. **Série Cadernos Temáticos Brasil Sustentável e Democrático**, Rio de Janeiro, RJ: FASE, n. 5, 2001.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1997. **Contagem da População, 1996**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2006.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2002. **Censo Demográfico, 2000**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2006.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2004. Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. **Estudos e Pesquisas: informação demográfica e sócio-econômica**, n. 14, Rio de Janeiro, 2004.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2005. **Mapas de divisão territorial**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2006.

IGC – Instituto Geográfico Cartográfico. **Mapas das regiões administrativas**. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2006.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p.3-10, 2001.

LEROY, J. (*et al.*) **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MENEZES, L. C. A.; JANNUZZI, P. M. Planejamento nos municípios brasileiros: um diagnóstico de sua institucionalização e seu grau de efetividade. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, n. 12, Ano VII, p. 69-76, jul. 2005.

NUNES, E. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol. 10, n. 3, p. 32-39, 1996.

OLIVEIRA, F. O capital contra democracia. In: TEIXEIRA, A. C. C. (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, p. 13-21, 2005.

PETISCO, A. C. de A. **Cidades, competição e planejamento: a reestruturação dos anos 1990 em São José do Rio Preto (SP)**. 221f. Dissertação (Mestrado).Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

PITTERI, S. Desenvolvimento econômico sustentável dos pequenos municípios paulistas. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 11, Ano VII, p. 46-56, jan. 2005.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em: 17 abr. 2006.

PRADO, S. A questão fiscal na federação brasileira: diagnósticos e alternativas. CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, mar., 2007. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi->

bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/28329/P28329.xml&xsl=/brasil/tpl/p9f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: abr. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÊS. Café mundo novo. Disponível em: <www.urupes.sp.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2006.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

RUIZ, A. P. O emprego está se mudando para o interior. **Jornal Carreira & Sucesso**, 2007. Disponível em: <www.catho.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2007.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. 1992. In: BURSZTYN, Marcel (org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.29-56.

SAMPAIO, P. de A. Participação popular. In: TEIXEIRA, A. C. C. (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, p. 47-50. 2005.

SANTOS JR. O. A. dos. Dilemas e desafios da governança democrática. In: TEIXEIRA, A. C. C. (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, p. 41-46. 2005.

SANTOS, A. M.; MOTTA, A. Desafios para a sustentabilidade no espaço urbano brasileiro. **Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, Rio de Janeiro, RJ: FASE. Disponível em: <www.fase.org.br>. Acesso em: 05 dez. 2004.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Histórico dos Municípios – Urupês. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2006.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. 2004b. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2006.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. O Estado dos Municípios 2000-2002: Índice Paulista Responsabilidade Social. 2004a. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 14 abril. 2006.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Pesquisa Municipal Unificada, Perfil Municipal e Informações dos Municípios Paulistas. 2003, 2005 e 2006. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2006.

SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**. v. 5, n.2, 2000.

SILVA, M. R. **Limites do processo de formulação de políticas públicas de habitação com desenvolvimento local**. Caso: Itararé (SP) e região. 185f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

SJRP – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Disponível em: <www.riopreto.sp.gov.br>. Acesso em: 14 mai. 2006.

SOUZA, C. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 84-97, out./dez. 2001.

TEIXEIRA, B. A. N., SILVA, R. S. (Coords.). Urbanismo e saneamento urbano sustentáveis: desenvolvimento de métodos para análise e avaliação de projetos. Relatório 2. São Carlos: CEF / UFSCar, 1998.

TONELLA, C. **Poder local, partidos políticos e eleições na reedição do pluripartidarismo em Maringá** – Paraná, 1979/1988: um estudo de caso. 1991. Dissertação (Mestrado)-Programa de Ciência Política, IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 1991.

URANI, A.; REIS, J. G. A. dos. Desenvolvimento com justiça social: uma agenda para os municípios. **Policy Paper** - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), n. 4, jan., 2004.

VEIGA, J. E. Os verdadeiros vilões do “federalismo truncado”. 2002. **O Estado de São Paulo - Economia**. São Paulo, 25/03/ 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

Anexos

ANEXO 01 – Modelo do questionário aplicado nas escolas.

PESQUISA



Olá! Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado realizada junto à Universidade Federal de São Carlos sobre as características de pequenos municípios, no caso, Urupês. O objetivo maior é contribuir com o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população local, regional, etc. Ficaria muito grato com sua colaboração!

Pesquisador: Sérgio Henrique Rezende Crivelaro (ecólogo, mestrando em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos – contato: sergiocrivelaro@yahoo.com.br)

Dica: sugiro que o questionário seja respondido considerando-se as opiniões da família.

1. Quantas pessoas aproximadamente você e sua família conhecem em Urupês:
 - 10% da cidade 40% da cidade 80% da cidade
 - 20% da cidade 60% da cidade 100% da cidade
2. Como vocês se informam sobre as notícias e acontecimentos de Urupês (assinale quantas alternativas quiser):
 - jornal
 - pelo rádio
 - fico sabendo pelos outros
 - outra forma: _____
3. Qual o tamanho da sua família (incluindo irmãos, primos, tios, avós):
 - pequena média grande
4. Qual o seu bairro: _____
5. Qual o nome da rua em que mora: _____
6. Você e sua família conhecem seus vizinhos:
 - sim não
7. Quantas vezes você e sua família conversam com os vizinhos (apenas uma alternativa):
 - todo dia
 - alguns dias por semana
 - dificilmente
8. Quantas vezes você e sua família encontram outros familiares (apenas uma alternativa):
 - todo dia
 - alguns dias na semana
 - uma vez por semana
 - uma vez por mês
9. O que você e sua família pensam sobre Urupês:
 - é bom morar aqui
 - não gostamos de morar aqui
 - a cidade é boa mas poderia melhorar
10. Você alguma vez foi consultado sobre o que a cidade poderia melhorar:
 - sim não
11. Você gostaria de participar das decisões sobre as verbas que o município arrecada e recebe?
 - sim não
12. Como pensam que poderia participar: _____
13. Vocês acham que sabem de todos os direitos e deveres que têm como cidadão?
 - sim
 - não
 - sim mas gostaria de saber mais sobre isso
14. Vocês estão “por dentro” das decisões sobre o futuro do município?
 - sim não
15. Alguma vez você ou sua família solicitaram alguma coisa da prefeitura, vereadores, fórum?
 - sim → prefeitura vereadores fórum
 - não
16. Vocês participam de alguma atividade fora de casa algum dia da semana (pode ser missa, culto, encontro, palestra, reunião, grupo religioso, associação de assistência, comercial, etc.)?
 - sim não
17. No total, mais ou menos quantas vezes ocorrem estas atividades:
 - 1 vez por semana
 - 2 ou 3 vezes por semana
 - 4 ou 5 vezes por semana
 - 6 ou 7 vezes por semana
18. Neste grupo ou associação que vocês participam existe alguma pessoa com mais contato com a prefeitura?
 - sim não
 - não participo de nenhum grupo
19. Neste grupo ou associação que vocês participam existe alguma atividade para ajudar outras pessoas?
 - sim não
 - não participo de nenhum grupo
20. Em poucas palavras como é essa ajuda? _____
21. Você e sua família pensam que hoje:
 - o mundo está melhor
 - o mundo está pior
22. Se vocês quisessem mudar alguma coisa na cidade, como teriam mais força para isso:
 - família, vizinhos, amigos
 - falando com alguém da prefeitura
 - com o grupo que participa (religioso, associação)
23. Você e sua família pensam que hoje a cidade está melhor que no passado?
 - sim não
24. O que vocês pensam sobre política:
 - é bom para a cidade, gosto de participar
 - não resolve nada, dá muita briga
 - faz bem para a sociedade mas prefiro não me envolver
25. O que espera sobre futuro:
 - a cidade vai melhorar
 - não vai mudar muita coisa na cidade

ANEXO 02 – Modelo do atestado entregue aos entrevistados.



ATESTADO

Urupês, ____ de _____ de 2007.

Eu, Sérgio Henrique Rezende Crivelaro, ecólogo e mestrando do curso de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar, pesquisa intitulada “Limites e potencialidades da dimensão política local de pequenos municípios frente às interações supra-locais e o desenvolvimento sustentável democrático”, declaro para os devidos fins utilizar o conteúdo desta entrevista somente para finalidades científicas e acadêmicas preservando o sigilo da identidade do entrevistado em qualquer circunstância em que estas informações sejam utilizadas.

Assinatura do Pesquisador

ANEXO 03 – Modelo do roteiro de entrevista.

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM O PODER EXECUTIVO, PODER LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

Pesquisa: Limites e potencialidades da dimensão política local de pequenos municípios frente às interações supra-locais e o desenvolvimento sustentável democrático.

Objetivo: Caracterizar a dimensão política local de pequenos municípios (entre diferentes atores e com o panorama atual de desenvolvimento e ideal de democracia).

Pesquisador: Sérgio Henrique Rezende Crivelaro (Ecólogo, mestrando em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos).

1.Nome: _____

Cargo/Função: () prefeito, () vice-prefeito, () secretário _____ () outro _____

2. História e formação:

Idade:

Quanto tempo mora na cidade:

Sexo: () M () F

Escolaridade:

Relação com o município (infância, adolescência, maioridade, etc.):

Pessoal 1

Como chegou no cargo que ocupa?

Quais as atividades a serem desenvolvidas no seu cargo?

Qual o seu objetivo (sua meta) neste cargo?

Está filiado ou participa de alguma associação civil (partido político, grupo religioso, associação de assistência, sindicato)? Qual (ais)?

Como o(a) senhor(a) se informa sobre questões da atualidade do país, do estado, e do município?

Quantas pessoas o(a) senhor(a) pensa conhecer em Urupês?

() 25% () 50% () 75% () 100%

Qual o tamanho da sua família em Urupês (grande, média, pequena)?

() pequena () média () grande

O que mais chama a atenção do(a) senhor(a) no município de Urupês?

E se fôssemos classificar em uma coisa boa e uma coisa ruim, o que mais chama a atenção?

Percepção do respectivo poder sobre si e os demais poderes:

Quais as prioridades que o(a) senhor(a) percebe na atual administração municipal?

De maneira geral, quais os serviços públicos oferecidos pela administração municipal?

Como a administração municipal detecta (percebe) as necessidades da população?

Como a administração municipal divulga suas realizações (obras, campanhas, eventos, etc.), seja o que já foi feito ou o que será realizado?

Há algum tipo de terceirização nesta administração municipal?

Quais dificuldades o(a) senhor(a) diria que a administração enfrenta?

Você consegue indicar algum diferencial desta administração com o passado recente do município?

O município tem autonomia para desenvolver suas potencialidades e trilhar um caminho próprio de desenvolvimento?

Durante sua permanência neste cargo houve alguma situação que você considera relevante (positiva ou não) com o poder legislativo e com judiciário?

Há alguma forma de comunicação com o poder legislativo e com o judiciário?

Qual a relação do poder executivo com o poder legislativo?
() muito boa () boa () regular () ruim () péssima () indiferente
Qual a relação do poder executivo com o poder judiciário?
() muito boa () boa () regular () ruim () péssima () indiferente

Percepção do respectivo poder quanto à população:

Quais as formas de organização da sociedade que você identifica em Urupês?

Há algum cadastramento destas organizações?

Considera que é (ou seria) importante esse cadastramento? Por quê?

Se pudesse definir as condições socioeconômicas da população, como classificaria?

E dividindo em classe alta, média e baixa, qual a porcentagem da população em cada classe?

- classe média:

- classe baixa:

- classe alta:

Na sua opinião, como a população fica sabendo da política municipal?

O que a administração municipal oferece hoje à população que não era possível no passado?

Durante sua permanência neste cargo houve manifestação ou pressão da população para solicitar ou reivindicar alguma coisa? Se não, por que? Se sim, foi individual ou em grupo e para que?

O(a) senhor(a) identifica alguma(s) liderança(s) na população? Que tipo de liderança e qual o papel dessas lideranças?

Quanto a arena política, participação, organizações da sociedade civil:

Na sua opinião, é necessário melhorar o canal de comunicação entre a população e a administração municipal? Por quê? Como isso poderia ser realizado?

Consegue identificar alguma forma de participação por parte da população em relação as decisões sobre as políticas adotadas pela administração municipal?

Qual a relação da administração municipal com as organizações da sociedade civil?

Você já ouviu falar em Orçamento Participativo? O que acha desta experiência? Seria possível desenvolver em Urupês? Quais os empecilhos? Quais as vantagens?

O que seria política para o(a) senhor(a)?

O que seria democracia para o(a) senhor(a)?

Dimensões Sustentabilidade democrática:

O que a administração municipal tem realizado em relação à área social (saúde, educação, educação, lazer, transporte, segurança)?

O que a administração municipal tem realizado em relação à área econômica (condições de trabalho, iniciativas locais para cooperação e associação, emprego)?

O que a administração municipal tem realizado em relação à área cultural (eventos, ensino público, registro de hábitos, atividades integradoras, costumes, artes, lazer)?

O que a administração municipal tem realizado em relação à área política (participação, decisão sobre os recursos disponíveis, discussão, debates, conselhos, mobilização coletiva)?

O que a administração municipal tem realizado em relação à área ambiental (planejamento ocupação e uso do solo, respeito às leis ambientais, recursos hídricos, preservação)? Por quê?

Pessoal 2

Fazendo uma comparação com o passado, o que o(a) senhor(a) pensa sobre:

- o que está melhor em Urupês hoje?

- o que está pior em Urupês hoje?

- o que era melhor em Urupês antes?

- o que era pior em Urupês antes?

ANEXO 04 – Quadro de Proposições dos Vereadores.

Sessões Ordinárias 2005																			
Nome	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª
01	nt	-	nt	nt	1M	3I	-	-	1R	-	1I	nt	1I	-	-	1M	-	1I	-
02	nt	1I	nt	nt	-	1I	-	-	1I	-	2I	nt	1I	-	-	1I	1I	-	1I
03	nt	-	nt	nt	-	-	3I	-	-	-	2I	nt	-	1I	-	-	-	1I	-
04	nt	-	nt	nt	-	-	-	1I	-	2I	1I	nt	-	-	-	-	1I	1I	1I
05	nt	-	nt	nt	-	-	-	-	-	-	-	nt	-	-	-	-	-	-	-
06	nt	2I	nt	nt	2I	2I	-	1I	1R	2L	1I	nt	-	-	1I	-	-	1I	-
07	nt	-	nt	nt	-	-	-	2I	-	-	1I	nt	-	1I	-	-	-	-	1M
08	nt	2I	nt	nt	-	2I	-	2I	-	1I	2I	nt	1I	-	-	-	2I	1R	2I
09	nt	-	nt	nt	-	-	1I	1I	-	1I	1P L	nt	-	1I 1M	-	2I	1I	-	1I

Sessões Ordinárias 2006																			
Nome	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª
01	1M	2I	-	-	1I	2I	-	-	1M	-	1M	1M	-	1M	1I 1M	-	-	2I 2M	1M
02	-	4I	1I	3I	3I	1I	1M	1I	1I	2I	1M	2I 1M	1I	1I	-	1M	1M	-	3I
03	1I IR	1I	-	1I	3I	1I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1I
04	-	1I	-	2I	-	-	-	-	-	-	-	-	2I	-	-	1I 1M	-	-	1I 1M
05	2I	3I	-	-	1I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06	-	2I	1I	1I	-	-	-	2I IM	1M	-	1I	1I	1I	1M	1M	-	-	1I	1I 1M
07	-	-	2I	-	-	2I	-	-	1I IM	-	-	-	1I	1I	-	1I	-	1I	1I 1M
08	-	2I	-	3I	-	2I	-	2I	2I	1I	2I IM	1I	-	-	2I	3I	1I	-	1I
09	3I	2I	1I	1M	3I	2I	1I	1I	2I	-	-	2I 1M	2I	1I	-	-	1I	1M	-

Obs. Os números à esquerda correspondem aos diferentes vereadores.

R – Requerimento

I – Indicação

M – Moção

PL – Projeto de Lei

“-” – Nenhuma proposição

nt – não houve sessão ou não há ata